



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**CONTEXTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM
ESTUDO DE CASO EM UNIÃO DOS PALMARES – AL**

SELMA LIMA DA SILVA

**Recife – PE
2010**

SELMA LIMA DA SILVA

**CONTEXTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM
ESTUDO DE CASO EM UNIÃO DOS PALMARES – AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof^o. Scott Joseph Allen, Ph.D.

**Recife – PE
2010**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586c Silva, Selma Lima da.
Contexto comunitário e educação patrimonial : um estudo de caso em União dos Palmares-AL / Selma Lima da Silva. – Recife: O autor, 2010.
237 f. : il., 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Scott Joseph Allen.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2010.
Inclui bibliografia e apêndice.

1. Arqueologia - Pesquisa. 2. Arqueologia social. 3. Patrimônio. 4. Educação patrimonial. 5. União dos Palmares (AL). I. Allen, Scott Joseph. (Orientador). II. Título.

930.1 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2011-62)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA SELMA LIMA DA SILVA

Às 9 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2010 (dois mil e dez), no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Selma Lima da Silva** intitulada "*Contexto Comunitário e Educação Patrimonial: um estudo de caso em União dos Palmares-AL*", sob a orientação do **Prof. Dr. Scott Joseph Allen**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**Em exigência**", em resultado à atribuição dos conceitos das professoras: **Ana Catarina Peregrino Torres Ramos**, **Bartira Ferraz Barbosa** e **Ana Lúcia do Nascimento Oliveira**. Assinam também a presente ata, o Coordenador, Prof. Ricardo Pinto de Medeiros e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 30 de agosto de 2010

Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Profa. Dra. Bartira Ferraz Barbosa

Profa. Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Luciane Costa Borba

AGRADECIMENTOS

A realização dessa dissertação contou com a colaboração de diversas pessoas as quais desejo externar meus agradecimentos:

Ao meu orientador, Dr. Scott Joseph Allen, pela orientação, pelas valiosas sugestões, apoio e paciência.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia.

Aos meus professores da Pós-Graduação em Arqueologia.

À secretária da Pós-Graduação Luciane Borba.

Aos meus colegas do mestrado.

À equipe do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico, NEPA- AL, pela colaboração e incentivo.

À Josy Simões pelo empenho na elaboração da diagramação das cartilhas.

À Vivian por sua leitura crítica e valiosas sugestões nas cartilhas.

À comunidade de União dos Palmares que gentilmente me acolheu e colaborou na realização dessa pesquisa. Em especial ao Hito, guia da Serra da Barriga, que me acompanhou nas entrevistas aos moradores da Serra da Barriga.

A todos que de alguma forma colaboraram para a realização desse trabalho.

A meus pais, irmãs, familiares e amigos, pelo apoio e incentivo.

E em especial a Deus pelo privilégio de hoje está vencendo mais uma etapa em minha vida.

RESUMO

Contexto Comunitário e Educação Patrimonial: Um estudo de Caso em União dos Palmares

A Serra da Barriga ficou conhecida como local da mais longa luta de resistência contra a escravidão nas Américas. No entanto, ao longo das pesquisas arqueológicas verificou-se um desconhecimento, por parte da comunidade local, do valor dos bens arqueológicos da localidade. Sua valorização mundialmente ocorreu por ser considerada lugar de negros, o que provocou o apagamento das outras etnias que a habitaram. Considerada lugar de negros, a Serra deixa de ser incorporada como parte importante do patrimônio local e passa a ser vista como algo exterior, indiferente aos anseios e orgulho da comunidade.

A escolha pela temática da Arqueologia Pública se deu por perceber o distanciamento que há entre a comunidade e as pesquisas arqueológicas, apesar dos esforços para atingir os diversos segmentos sociais através de atividades e ações de educação patrimonial. Essa constatação possibilitou a reflexão de que ações imediatistas não provocariam a comunidade nem mudariam seu comportamento diante do patrimônio arqueológico.

Entendendo que a Arqueologia Pública não deveria ser vista apenas como uma forma de divulgação de pesquisas, é apresentada uma proposta de implantação de um Programa de Educação Patrimonial, que com base na pesquisa arqueológica e dados obtidos da população local, busca apresentar a Serra da Barriga como um lugar multivocal, embora ela seja reconhecida apenas por seu passado Palmarino.

Palavras Chave: Arqueologia Pública, Educação Patrimonial, União dos Palmares

ABSTRACT

Community context and Heritage Education: A Case Study in União dos Palmares

Serra da Barriga became known as the place of the longest struggle of resistance against slavery in the Americas. However, during the archaeological researches was verified a lack of knowledge by of the local community, of the value of archaeological assets of the locality. Its valorization occurred worldwide because it is considered the place of blacks, which caused the deletion of other ethnic groups that inhabited it. Considered place of blacks, Serra ceases to be incorporated as an important part of local heritage and comes to be seen as something exterior, indifferent to yearnings and community pride.

The choice for the theme public archeology took to realize the gap that exists between the community and archaeological research, despite efforts to reach different social segments achieve through various social activities and actions of heritage education. This finding allowed the reflection of that immediate action would not provoke to community nor would change their behavior before the archaeological heritage.

Considering that the Public Archaeology should have just not seen as a way of disseminating research, is presented a proposal to implement a program of heritage education, that based on archaeological research and data obtained from the local population, seeks to present the Serra da Barriga as a multivocal place, although it is recognized only by their Palmarini past.

Keywords: Public Archaeology, Heritage Education, União dos Palmares.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Foto aérea da Serra da Barriga	18
Figura-02	Localização do Território Palmarino	22
Figura-03	Distribuição espacial dos sítios arqueológicos da Serra da Barriga demarcados por Orser e Funari	27
Figura-04	Machado encontrado por Funari	28
Figura-05	Terraplenagem e descontextualização do registro arqueológico. Platô da Serra da Barriga	31
Figura-06	Distribuição espacial das áreas escavadas. Platô da Serra da Barriga	32
Figura-07	Unidades após escavação com registro do contexto arqueológico	32
Figura-08	Registro do contexto arqueológico	33
Figura-09	Urna funerária com tigelas associadas	34
Figura-010	Cachimbo em cerâmica	34
Figura-011	Monitoramento da construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares	34
Figura-012	Urna encontrada durante o monitoramento da construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares	34
Figura-013	Ministro da Cultura Gilberto Gil discursando na cerimônia de inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga – União dos Palmares -AL	35
Figura-014	Inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares Construções representativas do Quilombo dos Palmares	36
Figura-015	Sítio dos Teto – Coleta de superfície na área A. Plantio de macaxeira	37
Figura-016	Sítio dos Teto - Poços testes na área B. Mata secundária	38
Figura-017	Sítio dos Teto. Sondagem na área A. Plantio de macaxeira	38
Figura-018	Sítio dos Teto. Escavação de trincheira na área B	39
Figura-019	Sítio Rosa. Coleta do material arqueológico em superfície	40
Figura-020	Prospecção nas serras que formam o vale do Mundaú	41
Figura-021	Visita ao Sítio Arqueológico – p.13	81
Figura-022	Uma Visita ao Sítio Arqueológico – p.27	82
Figura-023	O Indígena no imaginário popular – Capa da cartilha	83
Figura-024	Apresentação do Indígena. Capa da cartilha	85

Figura-025	Aprendendo Arqueologia - Capa da cartilha	87
Figura-026	Aprendendo Arqueologia – p. 03	87
Figura-027	Aprendendo Arqueologia – p. 16	88
Figura-028	Representação do cotidiano dos primeiros habitantes da região do Vale do São Francisco – pp.6-7	90
Figura-029	Comunidade da cidade de Paripueira/ AL visitando a exposição	96
Figura-030	Alunos da cidade de Porto de Pedras/ AL em visita à exposição arqueológica	97
Figura-031	Palestra para professores, Porto Calvo-AL	98
Figura-032	Alunos em oficina delimitando área a ser escavada	100
Figura-033	Coordenadores e diretores participando do Curso de capacitação	101
Figura-034	Etapa teórica da formação de monitores	102
Figura-035	Monitores observando artefatos arqueológicos no armazém do NEPA	103
Figura-036	Monitores aprendendo a fazer limpeza em artefatos cerâmicos	103
Figura-037	Maquete de uma unidade de escavação	105
Figura-038	Monitor Explicando o processo de limpeza do artefato cerâmico	105
Figura-039	Arqueólogo Waldimir Leite Neto ministrando aula sobre material lítico	106
Figura-040	Alunos do curso normal respondendo ao questionário	111
Figura-041	Morador do sopé da Serra da Barriga	127
Figura-042	Artesã do povoado Muquém fabricando cerâmica	129
Figura-043	Adolescentes observando escavação no sítio Serra da Barriga	131
Figura-044	Palestra com professores e alunos da rede municipal de União dos Palmares	132
Figura-045	Moradores da Serra da Barriga observando fotografias de artefatos encontrados nas escavações no sítio Serra da Barriga	134
Figura-046	Alunos do Curso de Formação de Turismo em aula teórica	135
Figura-047	Alunos recebendo orientações sobre o trabalho arqueológico de campo	136
Figura-048	Simulação de uma delimitação de unidade de escavação	137
Figura-049	Alunos fazendo a avaliação da oficina	138
Figura-050	Casa do Poeta Jorge de Lima, sede do Centro Arqueológico Palmarino	141

Lista de Gráficos

Gráfico - 01	Atividades culturais desenvolvidas pela escola	113
Gráfico – 02	Conhecimento sobre o patrimônio local	113
Gráfico – 03	Interação Escola-Museu	114
Gráfico - 04	Atividade de preparação anterior à visita ao museu	115
Gráfico - 05	Conhecimento sobre as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga	116
Gráfico - 06	Escola faz excursão à Serra da Barriga	116
Gráfico - 07	Objetivo da excursão à Serra da Barriga	117
Gráfico - 08	Conhecimento sobre a presença indígena na Serra da Barriga	118
Gráfico - 09	Parque Memorial Quilombo dos Palmares como tema de debate em sala de aula	119
Gráfico - 10	Conhecimento sobre o patrimônio local	122
Gráfico - 11	Citados como patrimônio local	123
Gráfico - 12	Atrito gerado em função da raça	124
Gráfico – 13	Já visitou a Serra da Barriga	125
Gráfico – 14	O que levou a subir a Serra da Barriga	125

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I	
TRAJETÓRIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA SERRA DA BARRIGA	17
1.1 Histórico de União dos Palmares - AL	17
1.2 Serra da Barriga	18
1.2.1 <i>Localização geográfica da Serra da Barriga</i>	19
1.3 Quilombos	19
1.4 Quilombo dos Palmares	21
1.4.1 <i>Localização provável do Território Palmarino</i>	21
1.5 Trajetória das pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga: um breve relato	24
1.5.1 <i>Sítio dos Teto</i>	36
1.5.2 <i>Sítio Rosa</i>	39
CAPÍTULO II	
RUMOS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA	42
2.1 Atuação política nos rumos da pesquisa arqueológica	42
2.2 O Estado brasileiro e o patrimônio arqueológico	48
2.3 Arqueologia Pública	53
2.4 Papel Social da Arqueologia	61
2.5 Conhecimento arqueológico e Educação Patrimonial	65
CAPÍTULO III	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS	70
3.1 Programas de Educação Patrimonial	72
3.1.1 <i>Programa de Educação Patrimonial do Parque Nacional Serra da Capivara/da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM</i>	72
3.1.2 <i>Programa de Educação Patrimonial do Museu Goeldi</i>	75
3.1.3 <i>Museu Arqueológico do Xingó – MAX</i>	77
3.2 Cartilhas	79

3.2.1 <i>Uma visita ao Sítio Arqueológico</i>	80
3.2.2 <i>Geoarqueologia Pesquisa Científica Apresenta Educação Patrimonial: Vamos Descobrir o que é Arqueologia e sua Importância para o nosso Patrimônio Cultural?</i>	84
3.2.3 <i>Aprendendo Arqueologia</i>	85
3.2.4 <i>Xingó: uma Aventura Arqueológica no Sertão</i>	89
3.3 <i>Cadernos</i>	91
3.3.1 <i>Caderno de Educação Patrimonial Arqueológico da Bahia: Material Didático para Professores do Ensino Fundamental e Médio</i>	91
3.3.2 <i>Patrimônio Arqueológico: Para conhecer e Conservar – Material Didático para Professores dos Municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul</i>	93
CAPÍTULO IV	
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA ARQUEOLÓGICO /NEPA/UFAL	95
4.1 Núcleo de ensino e Pesquisa Arqueológico	95
4.1.1 <i>Histórico</i>	95
CAPÍTULO V	
AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UNIÃO DOS PALMARES - AL	107
5.1 Aplicação de Questionários – Comunidade Escolar	110
5.2 Entrevistas com Moradores de União dos Palmares e da Serra da Barriga	121
5.3 Visitas de Turistas às Escavações	130
5.4 Palestra para Alunos e Professores das Redes Estadual e Municipal de Ensino de União dos Palmares	131
5.5 Palestra para Moradores da Serra da Barriga	133
5.6 Oficina	134
5.7 Considerações	138
CAPÍTULO VI	
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA PROPOSTA PARA O CENTRO ARQUEOLÓGICO PALMARINO – CENARP	140
6.1 apresentação do CENARP	140
6.2 Centro Arqueológico Palmarino	141

<i>6.2.1 Salão de Exposição</i>	143
<i>6.2.2 Laboratório</i>	144
<i>6.2.3 Centro de Formação</i>	144
6.3 Ações do Programa	145
<i>6.3.1 Educação Patrimonial para a Comunidade Escolar</i>	145
<i>6.3.2 Preparar a Visita de Professores e Alunos ao CENARP</i>	146
<i>6.3.3 Encontros de Formação de Professores</i>	147
<i>6.3.4 Mini-curso</i>	148
<i>6.3.5 Mostra de Educação Patrimonial</i>	150
<i>6.3.6 Palestra e Visita Pública</i>	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
APÊNDICE A – PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES	162
APÊNDICE B – KIT DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	167
APÊNDICE C – ARQUEOLOGIA NA SERRA DA BARRIGA: CADERNO DE ATIVIDADES	182
APÊNDICE D – ARQUEOLOGIA NA SERRA DA BARRIGA – CARTILHA	197
APÊNDICE E – ARQUEOLOGIA EM UNIÃO DOS PALMARES: DICAS PARA PROFESSORES	209

APRESENTAÇÃO

No Planalto Meridional da Borborema, divisa de Alagoas com Pernambuco está a Serra da Barriga, Patrimônio Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Nacional, situado no município de União dos Palmares, Alagoas. A Serra ficou conhecida mundialmente como local da mais longa luta de resistência contra a escravidão na América. No entanto, ao longo das pesquisas arqueológicas, verificou-se um desconhecimento por parte da comunidade local do valor desse bem arqueológico que apesar de divulgada e aclamada como lugar importante para um momento da História, continua incógnita para a maioria da população de União dos Palmares. Saber o que acarretou esse distanciamento é uma das questões a ser levantada nesse trabalho.

Uma possível resposta a essa questão está na forma como se dão as relações raciais nessa comunidade. Por ser considerada lugar de negros, a Serra deixa de ser incorporada como parte importante do patrimônio local e passa a ser vista como algo exterior, indiferente, portanto, aos anseios e ao orgulho da comunidade. Como lembra Funari (1996), uma prática comum tem sido ensinar as pessoas a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, a si e a seus antepassados. Por ser o patrimônio arqueológico a expressão materializada das marcas do seu passado, cuida-se também de apagá-lo.

Por outro lado, observa-se que a valorização da Serra, pelas autoridades nacionais, pesquisadores e o reconhecimento internacional se deu exatamente por ela ser considerada um lugar de negros. Mais precisamente por ter sido o mais importante local de resistência contra a escravidão na América. Desse fato decorre outra questão: o apagamento de outras etnias que a habitaram, como é o caso da ocupação indígena cujas evidências arqueológicas apontam para uma intensa ocupação indígena. No entanto, essas evidências são ignoradas por aqueles que insistem em apregoá-la unicamente por seu passado palmarino.

Buscando um plano de ação para ao menos minimizar essas questões, o atual projeto arqueológico desenvolvido na Serra da Barriga pelo arqueólogo Scott Joseph Allen “Valorização do Sítio Histórico Nacional da Serra da Barriga: Arqueologia Pública e Museologia em União dos Palmares” propôs a criação do Centro Arqueológico

Palmarino para tornar acessível à população de União dos Palmares e a seus visitantes os resultados das pesquisas arqueológicas na região.

Foi lançado a autora dessa dissertação, pela sua experiência em atuar na área de educação, nas pesquisas arqueológicas em campo, laboratório e nas ações de Educação Patrimonial do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA), o desafio de desenvolver um programa de educação patrimonial baseado na vivência, nos conflitos e nas necessidades da sociedade palmarina.

Para alcançar esse objetivo foi fundamental ouvir a comunidade. Através de questionários, entrevistas e conversas com diversos segmentos da população pôde-se obter informações valiosas a cerca da visão que a população tem da Arqueologia, da história da cidade e da Serra da Barriga, bem como a relação dessa população com o patrimônio cultural e arqueológico local.

A escolha pela temática da Arqueologia Pública se deu por perceber, ao longo de nove anos de participação nas pesquisas arqueológicas, o distanciamento que há entre a comunidade e as pesquisas. Apesar dos esforços para atingir os diversos segmentos sociais, através de atividades e ações de educação patrimonial, constatou-se que esse esforço não surtiu o resultado esperado. Essa constatação possibilitou a reflexão de que ações imediatistas não provocariam a comunidade e conseqüentemente, não mudariam seu comportamento diante do patrimônio arqueológico.

O envolvimento da população na preservação do patrimônio arqueológico já é apontado como indispensável desde 1931, com a Carta de Atenas e depois reforçado com a carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio arqueológico que resalta a necessidade de prover o público geral de informações acerca do patrimônio, salientando que as especificidades locais devem ser respeitadas (ICAHM, 1990).

Entretanto, a prática de optar por um projeto de educação patrimonial imediatista, que responda uma questão legal é comum entre as equipes de pesquisa. Na maioria dos casos a população não é ouvida. Programas e cartilhas são impostos sem observar as peculiaridades da localidade, e, muitas vezes, contendo informações que não faz sentido para a população.

A forma como os programas de Educação Patrimonial têm sido desenvolvidos, é uma das preocupações no presente estudo. Alguns programas, cartilhas, cadernos, foram analisados, a luz de teóricos que tratam de questões raciais, aprendizagem e didática. Nessas análises percebeu-se, que mesmo inconscientemente, há uma tendência em reproduzir práticas que permeiam a sociedade nacional, contribuindo, dessa forma, para a manutenção das mesmas. Ao analisar esse material, compreende-se que há uma necessidade de se refletir sobre essas questões, tomando o devido cuidado para não reproduzir preconceitos.

Pensando nisso, e entendendo a Arqueologia Pública como uma variante da Arqueologia que não deveria ser vista apenas como uma forma de divulgação das pesquisas, é apresentada a proposta de implantação de um programa de Educação Patrimonial que com base na pesquisa arqueológica, tendo as histórias da população local como um referencial, busca apresentar a Serra da Barriga como um lugar multivocal, embora ela seja reconhecida apenas por seu passado Palmarino. Essas questões foram distribuídas em seis capítulos.

O primeiro expõe um histórico sobre a cidade de União dos Palmares; um histórico sobre os quilombos e o Quilombo dos Palmares e a trajetória das pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga, seus objetivos, dificuldades e sucessos.

O segundo traz um levantamento da atuação política no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas e a relação do Estado brasileiro com o patrimônio arqueológico. Essas discussões permitem uma reflexão sobre as dificuldades e utilizações políticas, econômicas e sociais que ainda hoje se faz da Arqueologia. É uma discussão sobre Arqueologia Pública, seu papel social e Educação Patrimonial estabelecendo a diferença entre as mesmas.

O terceiro traz alguns programas, cadernos e cartilhas de Educação Patrimonial desenvolvidos no Brasil. A finalidade é analisar, a partir dos critérios fonte, cores, tipo de desenho, ideologia e atividade proposta, erros e acertos para, dessa forma, construir um programa que atenda a demanda local. Essa análise servirá para reflexão da forma como estão sendo produzidos esses programas.

O quarto relata a trajetória da atuação do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico NEPA em ações de educação patrimonial.

No quinto são apresentadas as análises dos dados coletados através de aplicação de questionários e entrevistas bem como as ações desenvolvidas para a elaboração do Programa de Educação Patrimonial do Centro Arqueológico Palmarino.

E o sexto apresenta como resultado dessa dissertação o Programa de Educação Patrimonial a ser implementado no Centro Arqueológico Palmarino, no município de União dos Palmares em Alagoas. Espera-se que esse programa possa se unir a inúmeros desenvolvidos ou em desenvolvimento no Brasil, na geração de benefícios científicos e públicos.

CAPITULO I

TRAJETÓRIA DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA SERRA DA BARRIGA

1.1 Histórico de União dos Palmares – AL

União dos Palmares é uma das cidades históricas de Alagoas. Suas primeiras habitações surgiram no século XVIII, à margem esquerda do rio Mundaú, formando o povoado chamado Cerca Real dos Macacos. Com a construção da primeira capela do local, dedicada à Santa Madalena, pelo português Domingos de Pino, a povoação passou a ter o nome da padroeira.

Um decreto governamental, em 13 de outubro de 1831, desmembrou o lugarejo do município de Atalaia passando a categoria de vila, denominada de Vila Nova Imperatriz. Em 1835, recebeu o nome de Santa Maria Madalena, sendo elevada a categoria de cidade em 20 de agosto de 1889 pela Lei 1.113.

A denominação "União" surgiu por meio do decreto nº 46, de 25 de setembro de 1890, por ser a cidade o elo entre as estradas de ferro de Alagoas e Pernambuco. Em 1944, a cidade recebeu o nome de "União dos Palmares", homenageando o Quilombo dos Palmares, que permaneceu na região por quase um século. Daí por diante, a cidade ficou mundialmente conhecida por ter em seu território o famoso Quilombo dos Palmares. A partir de 1980, passa a ser ponto de peregrinação no dia 20 de novembro, o dia Nacional da Consciência Negra.

Atualmente, a cidade de União dos Palmares conta com cerca de 62.390 habitantes¹ e passa por uma transformação na sua condição cultural com a implantação na Serra da Barriga do Parque Memorial Quilombo dos Palmares e no centro da cidade de União dos Palmares do Centro Arqueológico Palmarino.

¹ Segundo censo de 2010. Fonte IBGE.

1.2 Serra da Barriga

A Serra da Barriga (Figura 01), situada no município de União dos Palmares em Alagoas, distante 80 km de Maceió, é reconhecida como o local da mais longa luta contra a escravidão nas Américas. Essa fama tem atraído diversos pesquisadores interessados em conhecer as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e militares do mais famoso quilombo que ficou conhecido como Quilombo dos Palmares.



Figura 01 - Foto aérea da Serra da Barriga. Fonte: NEPA

O tombamento da Serra da Barriga pelo Instituto do Patrimônio Histórico - Artístico Nacional – IPHAN se deu em novembro de 1985, sendo caracterizada como Conjunto Histórico Paisagístico. Em 1986, foi inscrita no Livro de Tombamento Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN e em 21 de março de 1988, A Serra da Barriga é reconhecida como Monumento Nacional através do Decreto 95.855. A partir dessas ações, a Serra passou a ser um importante patrimônio cultural e arqueológico brasileiro.

A Fundação Cultural Palmares recebe, por termo de entrega concedido pela Secretaria do Patrimônio da União Federal, em 07 de abril de 1998, certidão que passa

para a sua responsabilidade a manutenção e preservação do sítio histórico da Serra da Barriga.

Hoje, a Serra da Barriga é uma área que recebe turistas, que buscam conhecer um pouco mais da história do Quilombo dos Palmares. No local, foram construídos um posto de observação e três mirantes.

1.2.1 Localização Geográfica da Serra da Barriga

A Serra da Barriga faz parte do Planalto Meridional da Borborema, unidade geomorfológica que compreende terrenos cristalinos submetidos à ação de clima quente e úmido. A área ocupada pela Serra da Barriga e suas ramificações para nordeste, tomando como ponto de partida o vale de um afluente do riacho Açucena até o vale do Mandaú, atinge 8,6 km de comprimento e a sua largura máxima do vale do riacho Pichilinga, ao norte, até o vale do riacho Açucena, ao sul, é de 3,35 km o que lhe dá uma área aproximada de 27,97 km quadrados.

A posição geográfica da área tombada é determinada pelos paralelos 09° 09' 43" e 09° 11' 31" da latitude sul e pelos meridianos 36° 03' 56" e 36° 06' 26" de longitude oeste, a uma distância de 80 km a noroeste de Maceió, capital do estado de Alagoas. A localização geográfica da Serra pode ser dada pela interseção do paralelo 09° 10' 00" S com o meridiano 36° 05' 00" W que fica 165 km de distância de um dos pontos de maior altitude do bloco principal (485 m).

1. 3 Quilombo

A palavra "*quilombo*" tem origem nos termos "*kilombo*" Quilombo ou "*ochilombo*" Umbando presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola, na África Ocidental. Originalmente, designava apenas um lugar de pouso utilizado por populações nômades ou

em deslocamento; posteriormente passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de cera, escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores.

No Brasil, o termo "*quilombo*" ganhou o sentido de comunidades autónomas de escravos fugitivos de seus senhores no período colonial. Esses quilombos representaram uma das mais importantes formas de resistência à escravidão.

Tradicionalmente, os quilombos eram formados nas regiões de grande concentração de escravos, afastados dos centros urbanos e em locais de difícil acesso. Embrenhados nas matas, selvas ou montanhas, esses núcleos se transformaram em aldeias, dedicando-se à economia de subsistência e, às vezes, ao comércio, alguns tendo mesmo prosperado.

Uma tática importante na sobrevivência de quilombos nas Américas foi a escolha de locais fora de alcance de autoridades coloniais. No caso de Palmares, os diversos vilarejos se estabeleceram a partir do final do século XVI numa faixa interiorana afastada do litoral. A região, hoje uma mistura de resquícios da mata atlântica e vastos canaviais, era propícia à proteção destas comunidades por possuir uma cadeia de serras, densa floresta e diversos rios e riachos. (ALLEN, 2010).

Existem registros de quilombos em todas as regiões do país. Primeiramente um destaque especial ao estado de Alagoas, na cidade de União dos Palmares, que concentrou o principal e maior quilombo que já existiu: o Quilombo dos Palmares. Os seus habitantes denominados de "*quilombolas*", eram originalmente agrupamentos de ex-escravos fugidos de seus senhores desde os primeiros tempos do período colonial. Em algumas épocas e locais, tentaram reproduzir a organização social africana, inclusive com a escolha de reis tribais.

A maioria dos quilombos tinha existência efêmera, pois uma vez descobertos, a sua repressão era marcada pela violência por parte dos senhores de terras e de escravos, com o duplo fim de se reapossar dos elementos fugitivos e de punir exemplarmente alguns indivíduos, visando atemorizar os demais cativos.

1.4 Quilombo dos Palmares

O mais conhecido dos quilombos, o quilombo dos Palmares, foi criado a partir de um pequeno refúgio de escravos localizado na Serra da Barriga, em Alagoas. Palmares se fortificou, chegando a reunir quase 30 mil pessoas. Transformou-se num estado autônomo, resistiu aos ataques holandeses, luso-brasileiros e bandeirantes paulistas, perdurou por todo o século XVII, dominando amplo território, resistindo a diversas ofensivas de proprietários rurais e do governo colonial.

A República dos Palmares, como chegou a ser conhecida, iniciou sua formação em 1597 e durou até 1695, situada numa vasta área da Capitania de Pernambuco, principalmente na comarca de Alagoas, em uma região serrana que atingia até 500 metros de altitude, coberta por florestas e de acesso muito difícil. O líder negro Zumbi foi o chefe do quilombo dos Palmares. Derrotado e morto pelas tropas comandadas pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, em 20 de novembro de 1695, entrou para a galeria dos heróis 300 anos depois, quando, em 1995, a data de sua morte foi adotada como o dia da Consciência Negra.

Embora nenhum quilombo tenha desaparecido sem antes oferecer resistência pelas armas, poucos tiveram condições de propiciar a seus homens um treinamento bélico, como ocorreu em Palmares, onde os quilombolas adestrados se constituíram em castas militares. Infelizmente, os vestígios deixados pelos quilombolas, suas moradias, obras defensivas e áreas de atividade como oleiros e forjas, continuam escondidos apesar das diversas tentativas de encontrá-los (Allen, 2006).

1.4.1 Localização Provável do Território Palmarino

Não se sabe com exatidão quando as primeiras comunidades quilombolas se estabeleceram na região. Historiadores frequentemente apontam a primeira década do século XVII para a sua fundação, pois a partir deste período há documentos atestando a

sua existência. Para Allen (2010), a primeira comunidade fora estabelecida ainda no século XVI, pois a existência dos quilombos já era uma preocupação para as autoridades coloniais na primeira década do século XVII. Como os engenhos começaram a se estabelecer ao longo do século XVI na Capitania de Pernambuco, e a partir de aproximadamente 1580 na cidade colonial de Porto Calvo, pode-se aceitar que os primeiros fugitivos teriam alcançado a região conhecida hoje como Serra dos Quilombos (Figura 02).

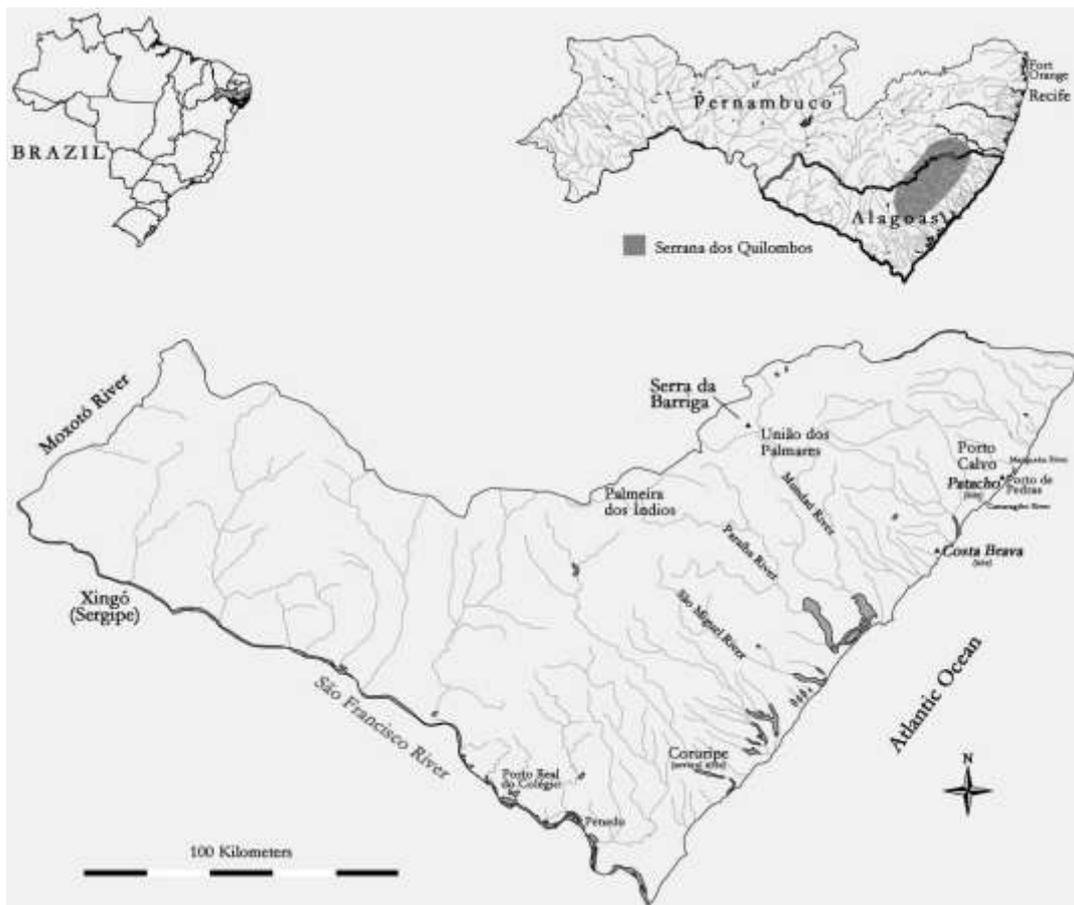


Figura 02 - Localização do Território Palmarino. Fonte: Allen, 2011

Apesar dos documentos contemporâneos provêm de muitas informações atestando às entradas coloniais para aniquilar as diversas comunidades de Palmares, os mesmos fornecem apenas pistas quanto à vida cotidiana palmarina no decorrer do século XVII. Podendo-se afirmar apenas que seus quilombos foram bastante organizados, seu povo foi autossustentável quanto à produção de alimentos e suas táticas de guerra possibilitavam seu crescimento. Sabemos através desses relatos, que os habitantes construíram um número expressivo de casas e outras edificações. Mas é nesse nível pouco profundo que os documentos se limitam.

A derrota da última comunidade palmarina, o principal quilombo conhecido como Macacos ou Angola Janga, ocorreu durante a madrugada de 06 de fevereiro do ano 1694. Partes da região palmarina foram destinadas aos bandeirantes das últimas campanhas militares como compensação dos seus serviços, e para a instalação de aldeamentos indígenas, estratégias que visavam impedir o ressurgimento de novas comunidades quilombolas.

Muitos estudos históricos foram escritos sobre Palmares, mas seu estudo arqueológico começou apenas na década de 1990. Conseqüentemente, a maioria dos aspectos culturais e sociais do quilombo permanece uma incógnita.

Segundo Reis e Gomes (1996), a importância das influências africanas, ameríndias e europeias na comunidade continua sendo motivo apenas de especulação. O ponto de vista tradicional consiste em afirmar que aos fugitivos viviam “da mesma maneira que o faziam em Angola”. Contudo, se índios, europeus e africanos viviam e interagem como indicam os documentos escritos, então devia tratar-se, provavelmente, de uma sociedade multiétnica, embora houvesse o predomínio de negros e de mestiços.

Para Reis e Gomes, a Arqueologia Histórica fornece a melhor maneira de estudar Palmares já que a cultura material poderá ajudar a compreender grande parte do que, ainda hoje, permanece desconhecido a respeito da vida socioeconômica e cultura dos Palmares. O estudo da cerâmica pode dar informações sobre as formas e sua relação com a etnicidade. O assentamento como um todo, com ruas, casas, muros e outras estruturas, devem atestar as diferenças de origem na África, América ou Europa, ou pode confirmar o caráter original e sincrético dessa sociedade (REIS E GOMES, 1996).

A arqueologia de Palmares pode fornecer, portanto, um conjunto de evidências particularmente fértil para se estudar como os fugitivos longe da África, foram capazes de forjar uma nova cultura no Brasil, tornando-a bem-sucedida por várias décadas. Considerando-se que as raízes de palmares se encontram na resistência à escravidão, podemos aprender muito sobre como foram capazes de desafiar a ordem escravista.

1.5 Trajetória das Pesquisas Arqueológicas na Serra da Barriga: Um Breve Relato

As discussões atuais apontam a história de Palmares com resultado de análise de documentos contemporâneos e escassos, de interpretação de fatos históricos, da exigência social e política de um Palmares relevante gravado na imaginação acadêmica e pública. O historiador Décio Freitas chama a atenção para os problemas teóricos e metodológicos que o tema oferece. Segundo o historiador:

Não se conhece, por exemplo, nenhuma fonte produzida diretamente pelos próprios palmarinos. À vista disso, a reconstituição histórica precisa efetuar-se a partir das informações deixadas pelos seus próprios inimigos. Acresce que são raríssimos os documentos que se ocupam extensamente de Palmares; há que pinçar informações em um sem-número de documentos produzidos com outras finalidades. Ocorrem casos frequentes de falsidade ideológica; abundam os juízos tendenciosos e parciais. Trata-se, pois, de uma historiografia que exige grande circunspeção e apurado senso crítico (FREITAS, 2004: 12).

Essas lacunas de informação na documentação sobre Palmares e a ausência de registro feito pelos palmarinos causaram uma série de versões sobre a história e o modo de viver dos palmarinos. Como Freitas adverte, havia, na época, recompensas para os que combatessem e conseguissem destruir os quilombos. Gomes e Xavier (2005) relatam que:

A documentação até agora utilizada pelos historiadores é aquela das décadas de 1670, 1680 e 1690, quando recrudesceram as expedições militares. Além disso, foi produzida por aqueles que tentavam destruir Palmares. Pouco sabemos sobre como os habitantes viam a eles próprios, como era seu cotidiano (GOMES e XAVIER, 2005: 68).

Portanto, a leitura dos documentos deve estar atenta a esses pormenores. Freitas sugere que:

Para se precaver contra estas falsidades ideológicas, o investigador deve ter o documento com a maior circunspeção. Cumpre levar em conta a lógica interna do documento, cortejá-lo com outros e verificar se está em harmonia com o conjunto dos eventos históricos. No caso da história de Palmares, estas cautelas se tornam ainda mais necessárias pelo fato de que não possuímos fontes

oriundas dos próprios palmarinos, mas, tão-somente, dos seus inimigos. (Freitas, 2004: 13)

Atualmente, há duas correntes de interpretações sobre a formação do Quilombo dos Palmares: uma tradicional, que o considera uma criação afro-centrista, com a reinterpretção dos traços culturais trazidos da África; e outra, uma criação etnogenética, produto do negro fugido da escravidão, com traços culturais que mesclam os trazidos da África, os mestiçados, e os trazidos da Europa por colonos brancos mestiços e pobres. A presença dos brancos pobres e mestiços é mencionada em documentos. Porém, essas interpretações dependem da percepção do estudioso. Segundo Allen (2010), um redimensionamento da história dos Palmares só será possível por meio de questões e metodologias diferentes.

Allen foi o primeiro a acenar para possibilidade da Serra da Barriga ter tido uma ocupação indígena anterior ao advento dos Palmares. Não obstante, adverte que o conhecimento pré-colombiano da região palmarina não é simples e exige técnicas arqueológicas para a construção de uma teoria etnográfica sobre o que era o Quilombo dos Palmares. Optar por uma abordagem arqueológica, de acordo com Allen (2010), exige um desligamento da ‘história oficial’, uma leitura crítica dos documentos contemporâneos ao evento, sugestão também dada por Freitas, e maior atenção aos contextos socioculturais regionais.

Allen (2001) afirma que o registro histórico primário não menciona a existência de um quilombo na Serra da Barriga e sim a existência do seu reduto, com a paliçada, demais obras de defesa, e a casa do rei. O que contradiz ao que está amplamente divulgado.

Segundo Funari (2007), a crença de que o Quilombo dos Palmares localizava-se no interior do Estado de Alagoas, na Serra da Barriga, começou em 1970 quando ativistas negros encontraram restos de superfície da colina, com isso, conseguiram fazer com que as autoridades declarassem a área Patrimônio Nacional.

Até a década de 1980, não havia nenhuma política de conservação e preservação do patrimônio arqueológico, conseqüentemente, algumas ações destruíram parte do sítio. Em agosto de 1980, militantes do Movimento Negro subiram a Serra. A partir desse ano, o local passou a ser utilizado como palco nas comemorações do dia da Consciência

Negra. No entanto, o que deu visibilidade a Serra também teve seu lado negativo, pois a partir desse momento, o platô passou por um processo de terraplenagem. Essa ação e o cultivo modificaram a disposição das camadas do solo, com isso, em algumas áreas, a interpretação dos artefatos coletados ficou comprometida.

Os estudos arqueológicos na Serra da Barriga ocorreram de forma exploratória e de preservação²

Em 1991, o Projeto Arqueológico Palmares foi criado a fim de estudar o Quilombo por meio da Arqueologia Histórica. Embora não seja fácil produzir algum impacto na comunidade negra, visto que a Arqueologia é, com frequência, considerada abstrata e elitista. Segundo seus idealizadores, o Projeto Arqueológico Palmares foi concebido, desde o início, como Arqueologia Social. A ideia de um projeto arqueológico centrado em Palmares tomou corpo em junho de 1991, quando Funari convidou o professor Charles E. Orser Jr., da Universidade Estadual de Illinois, na cidade de Normal, Estados Unidos, para um ciclo de conferências em São Paulo, Campinas e Santos sobre Arqueologia Histórica e a Arqueologia da escravidão no Novo mundo. Depois de uma série de discussões com professor Orser e com Clóvis Moura, decidiu-se propor o Projeto Arqueológico Palmares. O projeto foi pensado de maneira a congregar pesquisas arqueológicas, históricas, geográficas e etnográficas sobre Palmares, sendo, portanto, de caráter multidisciplinar.

Funari (fev.1995/1996) relata que objetivo mais amplo do Projeto Arqueológico Palmares, consistia em adquirir informação sobre a vida cotidiana em Palmares, principalmente por meio dos vestígios materiais, já que até aquele momento, não havia sido efetuada nenhuma pesquisa arqueológica na área do antigo quilombo. Nada se sabia sobre a cultura material de Palmares e o Projeto Arqueológico Palmares procurou, em primeiro lugar, obter informações detalhadas sobre os tipos de artefatos feitos e usados em Palmares. A partir desses dados concretos, pode-se almejar obter informações a respeito da organização ideológica, social, econômica e política.

² Em arqueologia o termo pesquisa exploratória significa a tentativa de obter informações básicas e preliminares sobre um determinado local. Estudos voltados à preservação arqueológica têm como principal objetivo a preservação e minimização de danos ao patrimônio arqueológico causado por diversas atividades. (Allen, 2010)

A primeira etapa das escavações em Palmares ocorreu em julho de 1992 e a segunda em julho de 1993. A prospecção começou na área considerada como a capital do Quilombo, Macaco, na Serra da Barriga. A colina estende-se, de leste a oeste, por quatro quilômetros e de norte a sul de quinhentos metros a um quilometro, na zona da Mata.

A estratégia de pesquisa consistiu em coletar uma amostra representativa do maior número possível de sítios. Nos dois anos, foram coletados 2448 artefatos provenientes de quatorze sítios (figura 03): 91% cerâmica comum, 4,5% porcelana, 1,3% líticos, 0,6% vidro, 0,1% metal e 1,9% outros.

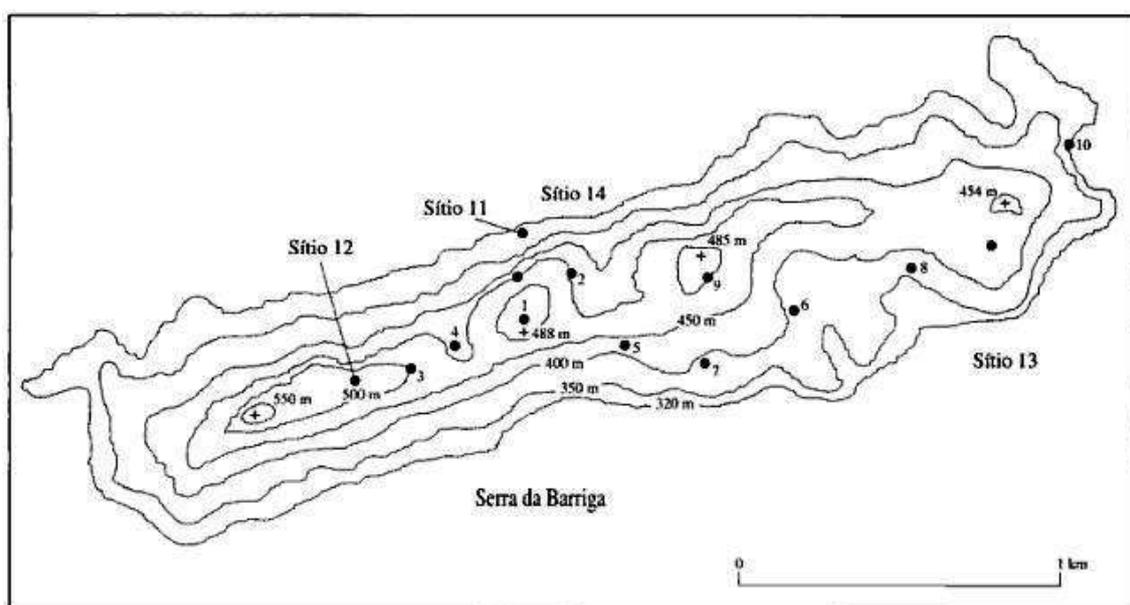


Figura 03 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos da Serra da Barriga demarcados por Orser e Funari. Fonte: Funari, 1996

De acordo com Funari (idem) dos 14 sítios identificados, apenas um era posterior ao Quilombo dos Palmares. Os outros sítios puderam ser datados pela presença de majólica ou cerâmica vidrada, caracterizada por um brilho opaco que contém óxido de estanho. A localização dos sítios não parece ser fortuita, pois, à exceção do sítio 11, datado do século XIX, os sítios restantes situam-se na parte superior ou na face sul, com um possível alinhamento de sítios de observação nos costados a sudeste.

Um dos fragmentos apresenta duas faixas paralelas avermelhadas, com fundo verde amarelado, enquanto outras peças, de diferentes formas, possuem um vidrado que varia do amarelado ao esverdeado. Este tipo de cerâmica, associado à cerâmica comum encontrada na Serra da Barriga, confirma a ocupação da área no século XVII. Um grande

vaso foi encontrado enterrado a 15 cm de profundidade. O vaso, enterrado em época colonial, foi encontrado na área à frente do monumento a Zumbi. No topo do vaso, em sua parte exterior, encontramos dois machados líticos (Figura 04) com seus fios para baixo, apoiados nas bordas do vaso. Ambos encontravam-se in situ e não apresentavam sinais de uso, o que foi interpretado como caráter ritual ou apotropaico. Na parte superior interna do vaso, encontrava-se um segundo vasilhame, fragmentado, mas completo, escuro, de paredes finas (0,54 cm), com diâmetro, na boca, de 36 cm. No fundo do grande vaso foram encontrados 31 fragmentos diminutos de cerâmica.



Figura 04 – Machado encontrado por Funari.
Fonte: NEPA

Os pesquisadores levantam algumas hipóteses para interpretação desse artefato. A primeira hipótese poderia relacionar o vaso àqueles de tipologia tupinambá. Poderia tratar-se, de uma urna funerária, na medida em que toda a área circundante apresenta abundantes vestígios superficiais de vasos desse tipo. A Segunda hipótese é a de que poderia tratar-se de um depósito de grãos ou outros materiais, o que explicaria o vaso no topo e os fragmentos ao fundo. Os machados serviriam, nesse caso, para proteger o vaso e seu conteúdo. A própria forma do vaso pode ser relacionada à África, pois os mbundus, em Angola, utilizam recipientes muito semelhantes. A terceira hipótese é de que as índias teriam produzido esses vasos, usados no assentamento quilombola, segundo sua técnica tradicional tupinambá, mas cuja forma não era estranha aos africanos e cujo uso poderia ser mais próximo dos costumes bantus.

Allen (2010) contesta os resultados dessas primeiras pesquisas. Segundo Allen, o desconhecimento das evidências arqueológicas regionais levou os estudiosos a acreditarem terem recolhido artefatos que indicavam uma influência africana. Mesmo sendo arqueólogos críticos e reflexivos, não ficaram isentos da sedução de procurar africanismos. Essa busca faz parte da maioria dos estudos arqueológicos sobre Africanos e seus descendentes nas Américas, entretanto sua identificação requer cuidados, principalmente em regiões desconhecidas arqueologicamente como é o caso de Alagoas. Alguns exemplos dessa busca por africanismos na Serra da Barriga incluem a prática de armazenar alimentos em potes de barro, motivos decorativos em cachimbos, e uma tigela rasa e aberta sem marcas do uso de utensílios (ver ALLEN 1998).

Orser, ao encontrar um ‘grande vaso’ cerâmico, sugeriu que esse poderia ser utilizado para armazenar alimentos, já que também foram encontrados fragmentos de uma tigela no fundo dele e dois machados associados enterrados perto da boca do vasilhame. Para essa interpretação, o autor se inspirou numa prática conhecida entre alguns povos da África central, não dando atenção às publicações de trabalhos arqueológicos desenvolvidos na região que apresentam artefatos similares aos encontrados na Serra como pertencentes à cultura indígena. (ver MARTINS, 2005; PROUS, 1992; LIMA, 1990).

Já os cachimbos atribuídos aos Palmarinos por Orser não foram escavados da Serra da Barriga, mas encontrados por moradores da cidade de União dos Palmares. Os cachimbos são de barro queimado e moldado, exibindo motivos geométricos e com um furo. Para apoiar seu argumento, Orser citou objetos similares encontrados em contextos da Diáspora. No entanto na arqueologia brasileira esses cachimbos são citados em contextos diversos. Segundo Ulysses Pernambucano de Mello, esse tipo de cachimbo foi fabricado no século XIX em Recife, enquanto Gilma D’Anquino (2001) os atribui a grupos indígenas. Nenhum cachimbo ou mesmo fragmentos desse tipo foram escavado na Serra da Barriga. (Ver ALLEN, 2008)

Apesar de não ter escavado com a equipe de Orser e Funari, Allen percebeu a complexidade do registro arqueológico, não descartando a possibilidade de que alguns artefatos tenham sido de confecção palmarina. Influenciado pelo trabalho de Ferguson, designou de cerâmica palmarina – uma tigela rasa e aberta fabricada no torno (ALLEN, 1998).

Allen (2006) relaciona alguns resultados dessa pesquisa: Rowlands (1999) baseou-se nas evidências espaciais para argumentar que o quilombo teve uma organização formada por uma elite plural. Orser (1994, 1996) viu a diversidade como evidência de relações (redes) globais. Allen (1998) entendeu a diversidade em cerâmica como indicação do surgimento de uma comunidade com implicações para identidade cultural e as autoridades viram-na como fornecedora de dados concretos que poderia ilustrar uma história já conhecida (cf. ALLEN, 2006).

Entre 1992 e 1997, a preocupação da pesquisa arqueológica na Serra da Barriga era resgatar a história de Palmares. Nesse período, a história oficial e os documentos do século XVII influenciaram mais na interpretação arqueológica de Palmares que as evidências em si (ALLEN, 2010).

Os Estudos exploratórios continuaram em 1996 e 1997 sob a coordenação de Allen que redefiniu a área de estudo e designou quatro sítios arqueológicos. Nesse período, percebeu-se uma intensa ocupação indígena na Serra em épocas pré-coloniais. Diante dessas evidências, foi levantada a possibilidade da Serra da Barriga ter servido como cemitério indígena.

De 1997 a 2004 as pesquisas arqueológicas na Serra foram suspensas só retornando em 2005. Nesse intervalo a falta de políticas de preservação propiciou uma devastação no sítio. Atividades ao longo dos últimos trinta anos provocaram erosão em áreas antes relativamente estáveis. Dessas atividades a mais grave foi a terraplenagem (Figura O5) iniciada por volta de 1980. Em 1995, durante a comemoração dos trezentos anos da morte de Zumbi foi construído um campo de pouso para o helicóptero do Presidente da República (NOSSA HISTÓRIA, nov., 2005: 93). Essa prática, mesmo denunciada em âmbito nacional³ perdurou até 2003.

³ Zanettini, Folha de São Paulo, Novembro 1995.



Figura 05 – Terraplenagem e descontextualização do registro arqueológico. Platô da Serra da Barriga, 1995. Fonte: Allen. 2006

Em 2005, o Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico (NEPA), sob a coordenação de Allen, retoma as pesquisas na Serra, concentrando-se no sítio SB1 (figura 06), por tratar-se da área designada para a construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Parte da estadia de campo foi utilizada para realizar sondagens em outros três sítios. Foram realizadas sondagens dentro da área terraplenada, nos montes de solo deixados por essa atividade e nas áreas além da terraplenagem. O objetivo dessas sondagens foi determinar a sequência das transformações sofridas pelo sítio, os limites da descaracterização das camadas e identificar áreas propícias a conterem registros arqueológicos relativamente intactos. Segundo relata Allen, na área A foram removidos 60 a 80 cm de solo alcançando a camada estéril. Essa área apresentava inúmeras manchas escuras. Após a escavação, algumas revelaram fragmentos de vasilhames e fogueiras modernas (Fig. 07). A maioria bioturbações, tocos de árvores. O mapeamento desses vestígios não revelou nenhum padrão que pudesse indicar edificações antigas. (cf. ALLEN 2006)

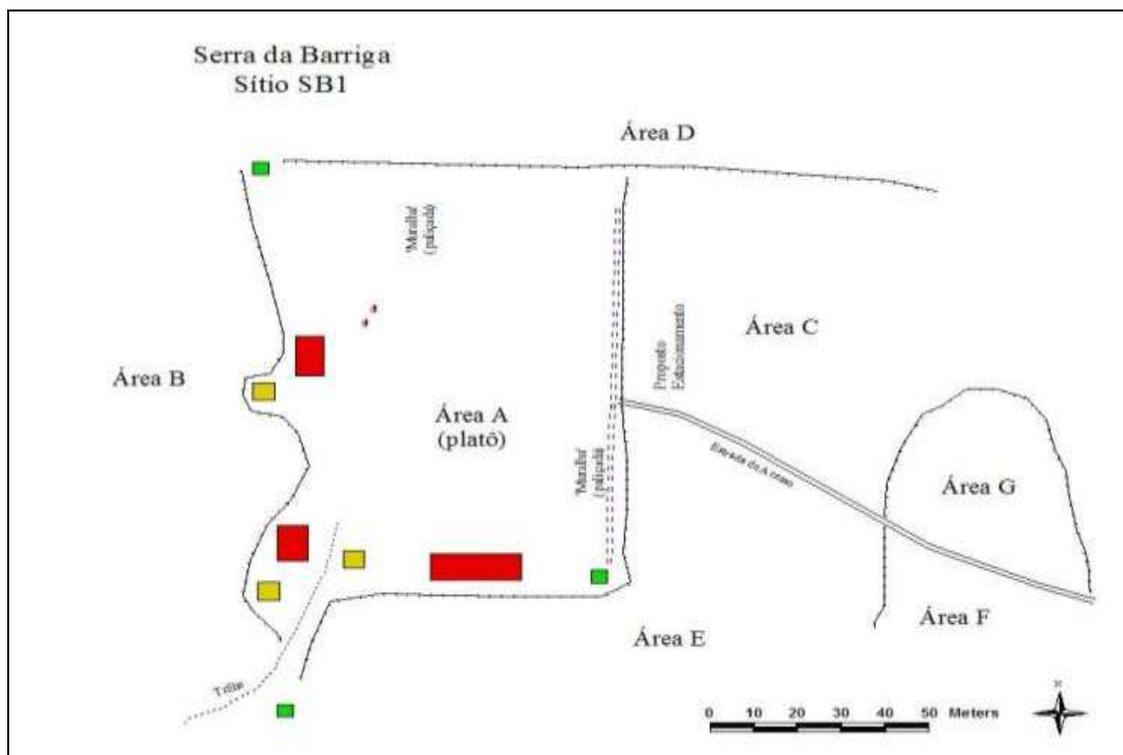


Figura 06 – Distribuição espacial das áreas escavadas no platô da Serra da Barriga. Fonte: ALLEN, 2006



Figura 07 - Unidades após escavação com registro do contexto arqueológico. Fonte: NEPA

Os montes de solo resultantes da terraplanagem se encontram em todas as margens da área A. Sondagens realizadas na interface dos montes resultantes da terraplanagem às margens da área A, revelaram informações importantes quanto a interpretação do registro arqueológico. Os montes foram cultivados pelos moradores. O resultado da terraplanagem e da erosão provocada pelo cultivo é pouco perceptível nas cores das camadas. A aparição de quatro camadas levou Allen a acreditar ter encontrado uma estratigrafia mais intacta, no entanto, tratava-se da superposição da superfície e camadas I e II, removidas da área A, acima da antiga superfície. Através das sondagens, foi possível perceber que as antigas camadas I e II também foram misturadas. Os efeitos desses processos são perceptíveis até 50 metros da margem do platô. Todas as sondagens ao redor da área A revelaram sequências similares.

Os estudos realizados no período revelaram evidências de ocupação indígenas incluindo o piso de uma oca, estruturas de sepultamento em urna funerária (Figura 08, 09), ferramentas líticas e cachimbos de barro (Figura 10), no entanto os estudos arqueológicos nada revelaram da vida Palmarina. Artefatos históricos foram encontrados, tais como faiança, louça, resíduos de chumbo e muita cerâmica, todavia, não foi possível identificá-los ou datá-los por serem provenientes da superfície ou da camada I, já que essas haviam sido perturbadas.



Figura 08 – Registro do contexto arqueológico.

Fonte: NEPA



Figura 09 – Urna funerária com tigelas associadas. Fonte: NEPA
 Figura 10 – Cachimbo em cerâmica. Fonte: NEPA

No período de 2005 a 2007, a função principal da Arqueologia foi acompanhar o processo construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Figuras 11 e 12) e aprofundar os estudos sobre pisos de ocupação. Dessa vez, a pesquisa era de cooperação técnica para garantir a preservação e o estudo do patrimônio arqueológico da Serra da Barriga. Os objetivos principais foram: determinar as transformações culturais e naturais sofridas pelo sítio, avaliar a conservação e preservação do registro arqueológico nas áreas ao redor do platô e determinar a sequência de ocupação humana.



Figura 11 - Monitoramento da construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Fonte: NEPA



Figura 12 - Urna encontrada durante o monitoramento da construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Fonte: NEPA

A construção do Parque iniciou-se em 2006 e foi concluída em março de 2007. Em 19 de novembro de 2007, o Parque foi inaugurado e passa a ser considerado um referencial para a valorização, conhecimento da história negra brasileira e um local de desenvolvimento do turismo étnico proporcionando atividades culturais e educativas, aberto diariamente à visitação. É considerado o maior parque temático afro da América Latina (Figura 13 e 14).



Figura 13 - Ministro da Cultura Gilberto Gil discursando na cerimônia de inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga – União dos Palmares /AL.
Fonte: Selma Lima.



Figura 14 - Inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Construções representativas do Quilombo dos Palmares. Fonte: Selma Lima.

No ano de 2008 os trabalhos arqueológicos referentes à Serra da Barriga limitaram-se ao laboratório. A equipe só retornou em janeiro e fevereiro de 2009 com escavações na Serra da Barriga e em seu entorno. Dessa vez, com o objetivo de dá continuidade aos estudos iniciados em 2005 para identificar e localizar pisos de ocupação. Nessa campanha, o material enviado para datação por Termoluminescência revelou uma cronologia de 900 ± 67 AP. Resultado que eliminam dúvidas e discussões sobre a origem dos artefatos provenientes da Serra da Barriga.

Ainda em Janeiro e fevereiro de 2009, outros dois sítios foram escavados: o sítio dos Teto e o sítio Rosa.

1.5.1 Sítio dos Teto

O sítio dos Teto, localizado durante o reconhecimento arqueológico da Serra da Barriga e seu entorno, está situado na propriedade da família Teto a aproximadamente três km do sítio Serra da Barriga. A área do sítio apresenta vegetações distintas, sendo a

área A, utilizada para o plantio de macaxeira, e a área B, ocupada por uma mata secundária. O relevo é composto por uma elevação rodeada de encostas suaves.

Nesse sítio foi realizada uma semana de escavação cuja finalidade era caracterizá-lo. Nesse sítio, mais de 700 artefatos cerâmicos foram mapeados, em superfície (Figura 15), alguns artefatos apresentavam tratamento de superfície corrugado, bordas reforçadas e incisadas.



Figura 15 - Sítio dos Teto – Coleta de superfície na área A. Plantio de macaxeira.
Fonte: NEPA

A estratigrafia não possibilitou perceber processos de transformação cultural do sítio, com exceção do plantio da macaxeira. O comportamento estratigráfico manteve-se inalterado tanto na área de macaxeira, como na área de mata secundária. Pode-se concluir que o sedimento superficial sofreu um processo erosivo, que condicionou a pequena espessura da camada I.

Foram feitas sondagens (Figura 16) e duas trincheiras, uma na área A (Figura 17), e outra na área B (Figura 18).



Figura 16 – Sítio dos Teto. Poços testes na área B. Mata secundária. Fonte: NEPA



Figura 17 – Sítio dos Teto. Sondagem na área A. Plantio de macaxeira. Fonte: NEPA



Figura 18 - Sítio dos Teto. Escavação de trincheira na área B. Fonte: NEPA

1.5.2. Sítio Rosa

O sítio arqueológico Rosa foi localizado na Chácara Recanto, próximo ao limite sudeste da área tombada da Serra da Barriga. Nesse sítio, foram realizadas duas etapas de campo. A primeira em janeiro de 2009, foram feitas prospecção visual e coleta de amostras de material em superfície. E a segunda em janeiro de 2010, foram realizadas coletas sistemáticas do material em superfície e algumas sondagens (Figura 19).

A área de estudo compreende uma das elevações que compõe os platôs da Serra da Barriga. O sítio possui uma extensão de aproximadamente um hectare, com relevo composto por uma área mais alta com declínio suave ao norte, leste e oeste, e com superfície plana ao sul.



Figura 19 – Sítio Rosa. Coleta do material arqueológico em superfície. Fonte: NEPA

Os resultados do trabalho de campo revelaram um sítio bastante erodido e com a maior parte dos artefatos expostos em superfície. As sondagens realizadas mostraram um subsolo escasso de artefatos.

A partir da análise da cerâmica desse sítio será possível estabelecer uma caracterização dessa área de atividade humana. Foram coletados 1.484 artefatos, a maioria material cerâmico. Também foram coletados materiais líticos lascados e materiais do período histórico, como louça, faiança, ferro e grés.

Além dos sítios acima citados, foram realizadas prospecções e sondagens nas serras que formam o vale do Mundaú (Figura 20) para localizar e identificar outros sítios e dessa forma ter uma melhor caracterização da ocupação histórica e pré-histórica da região, e através dessa caracterização reconhecer a organização social e a diversidade cultural dos povos que a habitaram.



Figura 20 – Prospecção nas serras que formam o vale do Mundaú. Fonte: NEPA

Concomitantemente a essas pesquisas de campo, começa a reforma de um dos prédios mais antigos de União dos Palmares, a Casa do Poeta Jorge de Lima, onde funcionará o Centro Arqueológico Palmarino (CENARP), para atender uma antiga reivindicação dos moradores de União dos Palmares: o direito de ter na cidade os artefatos provenientes das escavações na Serra da Barriga. Há, no entanto, uma questão a ser observada: a história revelada pela Arqueologia na Serra da Barriga não é aquela esperada pelo público em geral. Situação semelhante tem ocorrido em diversos países (TRIGGER, 2004; MARTINEZ, 1990; e LIMA, 1988). Observa-se que em muitos casos, a atuação política tem interferido nos rumos das pesquisas arqueológica. É dessa questão que tratará o capítulo seguinte.

CAPITULO II

OS RUMOS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA

2.1 Atuação Política nos Rumos da Pesquisa Arqueológica

Não é de surpreender os impasses e conflitos na interpretação arqueológica de Palmares (cf. ALLEN, 2001), uma análise mais detalhada da história da pesquisa arqueológica revela que os estudos arqueológicos, ao longo dos tempos, foram influenciados por acontecimentos políticos, ideologias e interesses do grupo social dominante em cada momento histórico.

Observa-se que o surgimento histórico da Arqueologia coincide com o nascimento do Nacionalismo europeu (MARTINÉZ, 2000). O Nacionalismo na Arqueologia se manifesta de várias maneiras, a princípio, nem todas negativas. Um exemplo é a ideia de que os descendentes de uma determinada cultura têm mais direito que os demais de investigar e interpretar seus restos. Essa posição surgiu em oposição ao Colonialismo Arqueológico, no entanto, às vezes, chega a extremos, como ocorrem em países subdesenvolvidos que fecham suas portas ou dificultam o trabalho dos arqueólogos estrangeiros, chegando a provocar o desaparecimento da investigação sobre seu passado. Na opinião de Martínéz (2000), tais posturas têm mais a ver com novos interesses corporativistas do que com velhas reivindicações autóctones.

A ideia de que os restos arqueológicos de todo mundo são objeto científico universal, acima das divisões nacionais ou raciais, foi instaurada pela corrente Nova Arqueologia. Essa corrente tinha como um de seus objetivos, descobrir leis do comportamento humano. A Nova Arqueologia apregoava que os restos do passado pertenciam a todos os homens e nenhum grupo poderia reclamar a propriedade ou interpretação exclusiva dos mesmos.

Portanto, livre de tendências ideológicas, a Nova Arqueologia representou o aporte teórico para a investigação repartida pelo mundo. Certos aspectos dessa fragmentação justificam a denominação designada por Trigger (2004) de “imperialista”.

Os arqueólogos dos países desenvolvidos impõem muitas vezes seus próprios interesses. Desse modo, governos e pesquisadores assumem uma postura dominante, escolhendo os melhores sítios, publicando em seus idiomas e não no local, muitas vezes, utilizando a Arqueologia como faceta do trabalho diplomático nesses países, com fins econômicos e de colonização cultural.

A Arqueologia Colonialista surgiu ao mesmo tempo em que a Nacionalista como consequência da tradição dos antiquários. No início, tratava-se apenas do espólio dos objetos antigos de valor artístico, negando a possibilidade de investigação e a posse dos restos dos antepassados. Os trabalhos mais importantes eram realizados por missões arqueológicas dos países desenvolvidos, das quais participavam poucos arqueólogos locais.

O Colonialismo arqueológico chegou a se manifestar nas teorias interpretativas que se aplicaram ao patrimônio cultural desses países. Inúmeras são as intervenções do poder na prática arqueológica, visando adequar as interpretações do passado às conveniências do presente e a interesses futuros. (LIMA, 1998).

Fowler (1987 apud LIMA, 1988) discute a Arqueologia a serviço do Estado, as implicações decorrentes no plano teórico e interpretativo, e analisa as relações de regimes políticos com o patrimônio arqueológico. Trigger (2004), Martínéz (2000) e Lima (1998) relatam casos de países em que as pesquisas arqueológicas foram manipuladas para satisfazer as aspirações políticas. Dentre esses países serão destacados aqueles em que essa atuação fora mais significativa.

Como é o caso da África Meridional que teve o seu patrimônio manipulado, tanto por segmentos colonialistas quanto pelos nacionalistas brancos e negros. Nos países em que a minoria branca detinha o poder, as pesquisas eram conduzidas por descendentes dos colonizadores que enfatizavam em seus resultados a diversidade étnica. O tribalismo e os estímulos externos eram apontados como fatores causais de transformações, e com isso, asseguravam a manutenção de uma ideologia colonial (HALL, 1984; apud LIMA; 1998). Na perspectiva dos dominadores essas culturas são estáticas e sem possibilidades de mudanças, senão pela intervenção de agentes externos, justificando com isso suas interferências.

Em 1971, Peter Garlake, inspetor de monumentos desde 1964, demitiu-se em protesto contra uma ordem secreta dada pelo governo de Ian Smith proibindo registrar em qualquer publicação oficial que a Grande Zimbabwe tinha sido edificada por negros. O Governo queria evitar que as ruínas se tornassem para os negros um símbolo de seu legado cultural. Durante o regime de Smith, apenas um arqueólogo profissional cedeu às pressões para satisfazer exigências políticas de colonos brancos (TRIGGER, 2004). As primeiras interpretações atribuíram os restos aos fenícios, criando à mítica ideia de uma cultura branca ilhada na selva e rodeada por negros selvagens incapazes de tais feitos. Essas ideias foram oficiais até que a minoria branca cedeu o poder para um governo eleito democraticamente.

Em contrapartida, a interpretação negra não admitia a contribuição de elementos externos nesse processo cultural. Desde a independência de Zimbabwe, em 1980, alguns nacionalistas tinham proclamado que apenas africanos tinham direito moral e a compreensão necessária para interpretar as ruínas de Zimbabwe. Com isso, novas mitologias negro-africanas foram criadas e os intérpretes brancos do passado negro, foram rejeitados por essas nações.

A declaração do presidente do Zimbabwe é um exemplo dessa nova postura:

É um escárnio para a nossa cultura pedir a um homem branco para interpretar o Grande Zimbabwe (...) sempre que a interpretação do homem branco diferir da interpretação dos estudiosos negros, nós ficaremos com a nossa (MUFAKA, 1982, ref. em HALL, apud LIMA, 1998:21).

Na declaração feita pelo Instituto de Pesquisas Científicas de Moçambique, em 1979, é possível perceber o orgulho nacionalista ao destacar a importância da produção material do povo moçambicano como herança comum da humanidade e da importância de preservá-la como símbolo de tenacidade, de determinação desse povo e como memória de sua humilhação e da dominação estrangeira (HALL, apud LIMA, 1998).

A Inglaterra, a partir do século XVI, elabora uma série de mitos arqueológicos sobre os monumentos megalíticos, atribuindo-os aos druidas com a finalidade de glorificar o passado britânico e de justificar a sua ideologia imperialista. Os druidas

teriam exportado e difundido seu saber para o resto da Europa e para a Ásia: de início para a Grécia, estimulando o surgimento da filosofia e da ciência; para a Índia, possibilitando o nascimento da casta sacerdotal dos brâmanes; e para a China, fornecendo as bases para o Confucionismo. Seus megalíticos espalhados pelas ilhas britânicas seriam testemunhos da sua inventividade.

Tais mitos fornecem o suporte para a ideia da superioridade cultural dos antigos bretões, que teriam disseminado pelo mundo a sua sabedoria. Esse conhecimento, assimilado e intensificado por outras culturas, teria retornado às ilhas por ocasião das invasões, e outra vez, incorporado a sua civilização que se responsabilizaria, entre 1850 e 1950, de difundi-lo entre povos menos favorecidos, justificando assim o seu expansionismo (LIMA, 1998). Na Europa, as relações entre Arqueologia e Nacionalismo tenderam a desaparecer depois da Segunda Guerra Mundial, porém a interpretação arqueológica continuou influenciada por questões políticas (GJESSING, 1968 apud TRIGGER, 2004).

Na China, com o advento da República popular, em 1949, a Arqueologia tornou-se uma atividade controlada pelo Estado, servindo como um importante instrumento de educação política. Do passado são extraídos ensinamentos que atuam como modelos e a sua interpretação reveste-se de um cunho moralizante. Os achados arqueológicos são usados para cultivar o orgulho e a dignidade nacional, comprovando as grandes realizações da China ao longo do tempo. O Estado expõe suas obras ao povo, conscientizando-o, para que possa desenvolver toda a sua potencialidade criativa.

No Japão, pressões políticas, visando promover a unidade nacional, através da ênfase na veneração do imperador como descendente de deuses e chefe da família nacional japonesa, por designação divina, impediram o desenvolvimento da Arqueologia. Normas governamentais baixadas em 1874 e 1880 dificultaram a escavação de grandes montículos funerários, especialmente os identificados como possíveis túmulos da família real. Em consequência dessas pressões, os arqueólogos se concentraram na elaboração de tipologias de artefatos, evitando discussões sobre mudanças culturais que pudessem implicar a versão oficial da história. Só na década de 1920, quando a tensão política diminuiu, essas escavações foram feitas (TRIGGER, 2004).

Na União Soviética, desde a chegada do partido comunista ao poder, em 1917, a Arqueologia foi encarada como instrumento de promoção cultural e de educação pública. Seus achados passam a ser difundidos em obras de divulgação científica e através de exposições em museus. A tarefa da Arqueologia era enriquecer a compreensão das origens e da história dos grupos étnicos que formavam a União Soviética. Outra missão da Arqueologia era incentivar uma compreensão materialista da história humana. A Arqueologia soviética também acrescentou profundidade temporal e verossimilhança ao esquema evolucionista cultural, enfatizando o significado histórico universal da União Soviética como a primeira associação de estados a originar sociedades socialistas e, assim, alcançar a meta que as outras nações ainda teriam de atingir.

Na Austrália, os arqueólogos também foram coagidos a redefinir suas metas em função das crescentes atividades políticas dos aborígenes. O Partido Trabalhista, eleito em 1972, promulgou leis federais conferindo aos aborígenes significativa participação em conselhos deliberativos que tratassem de assuntos a eles concernentes, inclusive a proteção de sítios arqueológicos. Em consequência, os arqueólogos começaram a considerar a relevância de suas pesquisas para a população nativa (UCKO, 1983; MCBRYDE, 1986 apud TRIGGER, 2004). Alguns aborígenes consideravam toda a atividade arqueológica como inútil ou profanadora; outros reconheciam o valor do trabalho arqueológico para a reivindicação de terras e exaltação de sua imagem. O desejo de utilizar os achados arqueológicos para fins políticos, por vezes, levou os aborígenes a entrarem em conflito com arqueólogos brancos que perseguiram objetivos científicos. Problemas culturais de difícil solução incluíam saber se arqueólogas podiam, ou não, visitar sítios sagrados a que apenas aborígenes do sexo masculino tinham acesso (TRIGGER, 2004).

No México houve sucessivas manipulações do passado num mesmo espaço geográfico, desde os Astecas até os tempos atuais. Os Astecas legitimaram suas genealogias de autoridade e poder, bem como sua expansão imperialista, sincretizando seu passado com o passado tolteca, e utilizando politicamente antigas ruínas.

Uma consciência nacional emerge nos tempos de pós-conquista. A exaltação do indígena, a valorização do passado e os testemunhos materiais foram preponderantes no movimento de independência mexicana no século XIX, com o repúdio aos espanhóis e a tentativa de restauração de um império asteca idealizado. Essa ideia foi retomada durante

a Revolução de 1910. À Arqueologia coube a tarefa de resgatar as antigas glórias, atendendo à ideologia nacionalista do Estado mexicano.

Tantaleán (2008) faz uma análise sobre a relação entre Arqueologia e Nacionalismo no Peru no século XX. Segundo o autor, a história da Arqueologia peruana, assim como a de outros países sul-americanos, começou a ser vista com maior objetividade nesta última década.

Segundo o autor, a história oficial do Peru está referendada por ideologias que têm dominado e justificado a reprodução de grupos de poder econômico, tendo a Arqueologia se encarregado de inventar as origens e estereótipos da nação peruana em consonância com os movimentos econômicos e políticos europeus no final do século XX. Movimentos impulsionaram a construção dos Estados Nacionais (HOBSBAWM, 1991). Mesmo sendo difícil planejar metodologicamente (TRIGGER 1995) a criação de uma linha direta ou “identidade” entre sociedades passadas e sociedades presentes, na prática política isso pode ser superado mediante o mecanismo de criação de essências (identidade, pátria, tradição, cultura e etnia) que transcenderam no tempo e chegaram até os dias atuais através de lugares, quase sempre como monumentos arqueológicos, utilizados como objetos de estudo com ampla reprodução social, mediante a escola e a mídia, que os erigiram como monumentos nacionais (TANTALEÁN, 2008).

Durante o século XX a Arqueologia desenvolveu teorias, metodologias e achados para justificar sua existência. O século XX também foi a época em que os Estados encontraram materiais necessários para reproduzir-se material e ideologicamente. Os arqueólogos participaram dessa produção como sujeitos integrantes e assimilados a certos grupos de poder socioeconômico e sociopolítico. Essa integração abriu espaços na estrutura estatal para que a Arqueologia se institucionalizasse (TANTALEÁN, 2008).

Em todos esses casos, sejam na Europa, Ásia, África ou América, há uma vinculação direta do passado com o presente: a continuidade étnica. As antigas culturas são reconhecidas como ancestrais das sociedades atuais, existindo entre elas um elo histórico. No caso do Brasil, houve uma ruptura que provocou uma descontinuidade entre as sociedades que antecederam e as que se formaram após o contato com o europeu.

2.2 O Estado Brasileiro e o Patrimônio Arqueológico

Nos primeiros relatos sobre a Pré-história brasileira os dados científicos se misturam com fantasias sobre colonizações perdidas. As informações sobre pinturas, gravuras rupestres e outros restos pré-históricos misturam-se com notícias fantásticas sobre fenícios, gregos e vikings. Isso impossibilitou a busca de uma ligação dessas informações com as culturas indígenas (MARTINS, 2008).

O fato das culturas indígenas terem sido marginalizadas e exterminadas pela etnia branca marcou a relação do Estado brasileiro com o seu patrimônio arqueológico. Relação esta caracterizada pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento, fazendo com que os neobrasileiros não se identificassem etnicamente com as culturas indígenas pré-históricas, já que os restos, sem traços de monumentalidade, raramente suscitam admiração. Assim, sem elementos para despertar orgulho ou assombro, esse patrimônio foi relegado até as primeiras décadas do século XX quando começaram as iniciativas para criação de mecanismos de defesa dos bens culturais no Brasil (LIMA, 1988).

Na relação do Estado com o seu passado, distinguem-se três fatores que marcaram intervenções diretas do poder sobre o patrimônio arqueológico: em 1937, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a assinatura do decreto-lei nº 25; em 1961, com a promulgação da lei 3924; e em 1979, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória e a reformulação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Só em 1937 o Estado adotou disposições para a proteção dos seus bens culturais e arqueológicos, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN. Criado a partir do anteprojeto de Mário de Andrade, o SPHAN pregava a volta às origens, valorizando os elementos formadores da cultura brasileira, imprimindo uma nova dimensão ao índio e ao negro. A proteção do patrimônio artístico brasileiro incluía as artes arqueológicas e ameríndias, embora omitisse a produção da etnia negra.

Em sua forma final, enfatiza a proteção de bens de valor excepcional, caracterizando a postura elitista que marcaria a atuação do órgão. O Estado passou a

patrocinar a proteção dos monumentos que enaltecêssem a memória das classes dominantes, sobretudo os arquitetônicos como as fortalezas, símbolo do poderio militar dos colonizadores; as igrejas, representações de sua religiosidade; as fazendas e os sobrados, expressões das elites neobrasileiras, inexistindo qualquer interesse pelos produtos culturais das classes subalternas.

O conflito entre a ideia de patrimônio histórico sustentada por Mário de Andrade e a concepção oficial adotada pelo SPHAN, ilustra as tensões que permearam as relações entre os intelectuais do Modernismo e o governo de Vargas (cf. FONSECA, 2005). Enquanto Mário de Andrade e os modernistas buscavam as raízes populares da cultura brasileira e criticavam o eruditismo e o artificialismo de uma cultura que incorporava a europeia, o programa político e ideológico de Vargas empenhava-se em construir a base mítica da ditadura, enaltecendo os heróis e os símbolos da Pátria.

A criação do SPHAN consolidou-se com a assinatura do decreto-lei nº 25, em 30 de novembro de 1937. Com o objetivo de organizar a proteção do patrimônio, esse decreto-lei volta-se para a questão do tombamento dos bens móveis e imóveis considerados de interesse público, incluindo os arqueológicos.

Com a promulgação do Código Penal, em 07 de dezembro de 1940, a União submete à pena de multa e detenção a destruição de coisas tombadas pela autoridade competente, em virtude de valor arqueológico, conforme o artigo 165 do Capítulo IV.

Essas medidas colocaram os bens arqueológicos sob a tutela do Estado. Entretanto, somente em 26 de julho de 1961, o patrimônio passou a ser regido por uma legislação específica, com a promulgação da lei nº 3924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, tornando-se o instrumento por excelência da preservação e da pesquisa. Com essas medidas, a Arqueologia brasileira entra em uma fase de grande dinamismo. As missões estrangeiras iniciadas na década de 1950 são intensificadas, implantando programas nacionais, com recursos externos.

Um desses programas é o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado por Clifford Evans e Betty J. Meggers, patrocinado pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq e pelo Instituto Smithsonian. O objetivo desse programa era conseguir em cinco anos (1965 -70) uma visão panorâmica da Pré-história do Brasil. Contudo, mesmo proporcionando considerável quantidade de informações, o

curto espaço de tempo para um projeto que enquadrava todo o Brasil comprometeu os resultados que não passaram de informações fragmentárias impossibilitando, ao final do programa, que se formulassem bases teóricas em que se pudessem apoiar as pesquisas futuras.

A metodologia aplicada pelo PRONAPA, exposta por C. Evans (1967), estabelecia prospecções em grandes áreas e sondagens de no máximo dois metros, com níveis artificiais de dez centímetros. O método parte do pressuposto teórico de seus idealizadores de que as ocupações pré-históricas no Brasil eram recentes e que as culturas de floresta tropical não eram criativas, apenas imitativas, ou seja, a partir de pressupostos difusionistas (MARTIN, 2008).

Nos resultados preliminares do quinto ano de atuação do PRONAPA, Evans e Meggers (1974) relatam como contribuições do PRONAPA para a Arqueologia brasileira, a padronização de nomenclatura, especialmente com referência ao sítio e à terminologia cerâmica; a adoção de um critério uniforme para a designação de fases arqueológica e de procedimentos para evitar a duplicidade de nomes; e a subdivisão de cada estado e território em áreas arqueológicas para fins de cadastro padronizado de sítios.

Ao final dos anos 1970, o Estado intervém mais uma vez na área patrimonial através da criação da Fundação Nacional Pró-Memória e da reformulação do SPHAN. A antiga concepção elitista de bem cultural é revista e a filosofia de valorização da produção dos segmentos subalternos retomada.

Ainda durante o regime militar, em 1973, a opção de preservar apenas monumentos de pedra e cal começou a ser relativizada. Com a implantação do Programa de Cidades Históricas, pelo IPHAN, buscou-se entendê-los dentro do contexto socioeconômico e cultural das comunidades a que pertenciam, mas ainda com uma perspectiva elitista. Prevendo prospecções arqueológicas e a instalação de equipamentos de apoio turístico junto a monumentos, ruínas e vestígios arqueológicos, o programa põe a Arqueologia a serviço desta concepção, reduzindo-a a mera técnica e retirando a sua força enquanto disciplina interpretativa (LIMA, 1988).

Voltando a atenção para Alagoas, pode-se observar que a Arqueologia na Serra da Barriga também sofreu intervenção política. Vista com muita expectativa, pois prometia revelar evidências sobre a vida cotidiana palmarina. Nas primeiras pesquisas realizadas

por Funari, Orser e Rowlands foram confirmadas informações historicamente obtidas. Porém, a partir das pesquisas de Allen, outra realidade começa a despontar e a apontar grupos indígenas como habitantes da Serra em período pré-colonial. O fato, divulgado pela imprensa, repercutiu de forma negativa, já que a Serra era tida como um emblema de resistência e, com isso, a imagem mundialmente construída ficava ameaçada. Com relação a isso, Allen comenta:

A proibição da Arqueologia parece no primeiro passo ação aleatória e extremamente fora de razão, visando censurar a história. A arqueologia da Serra da Barriga prometia revelar evidências sobre a vida cotidiana palmarina, só que precisamos também atentar para uma inegável presença indígena. Todavia, a decisão da presidenta da Fundação Cultural Palmares em 1997 estava enraizada em contextos históricos marcados por desafios enormes quanto ao discurso de raça no Brasil. (...) Ao lado desse univocalismo, existe uma tensão enraizada na própria história das relações raciais no Brasil, que está repleta de barreiras quanto a colocação de questões raciais no palco nacional. Abdias Nascimento (1992), escrevendo sobre essa história, aponta os desentendimentos entre a esquerda política e movimentos negros ao longo do século XX. Para ele o discurso sobre raça sempre teve que tomar o segundo lugar atrás de discursos sobre os problemas de classe. A ideologia da esquerda, embora extremamente ligada à posição do negro no país, permitiu pouco espaço para o afro-brasileiro. [...] (ALLEN, 2006: 86)

Quando o Movimento Memorial Zumbi conseguiu tombar a Serra da Barriga como Sítio Histórico Nacional, a intenção era recuperar as terras da República dos Palmares e construir um centro dinâmico de Cultura Africana de Libertação nos territórios palmarinos (NASCIMENTO E NASCIMENTO, 1992 apud ALLEN 2006).

Nesse contexto, um programa arqueológico visando o resgate de Palmares teria o aval dos movimentos negros e dos poderes políticos a eles ligados, como de fato ocorreu com o projeto de Orser e Funari. A divulgação do projeto e as primeiras interpretações oferecidas foram propícias a essa política. Mas o surgimento de dados pertencentes a populações indígenas, mesmo em épocas pré-coloniais, representava mais um enclave ao discurso direcionado ao Afro-brasileiro. Nesse sentido, a Serra da Barriga passaria a ser apenas mais uma apropriação da história afro-brasileira para a identidade nacional.

Diferente do que ocorreu em outras ocasiões, dessa vez, tinha-se o poder de controlar a história e a imagem desejada, justificando, portanto, a proibição da pesquisa arqueológica na Serra da Barriga.

Esse período de proibição permitiu que as autoridades transformassem a Serra da Barriga em uma imagem apropriada as suas percepções sem ter que considerar outras vozes históricas. Baseando-se na suposta ideia do que a África significa nas mentes do povo contemporâneo e em elementos obtidos dos registros históricos, foram construídas cabanas representantes de um Palmares imaginário.

A destruição dos sítios persistiu o apagando da história palmarina e parte da história indígena. Além disso, desentendimentos entre órgãos do governo municipal, estadual e federal impossibilitaram, por muito tempo, a execução de projetos visando o desenvolvimento da Serra da Barriga (cf. ALLEN, 2006).

Felizmente, atualmente há um consenso que viabiliza a execução de projetos que promovem o desenvolvimento tanto da Serra da Barriga quanto da cidade de União dos Palmares. Na Serra da Barriga, a construção do Parque Memorial Zumbi dos Palmares possibilitou uma mudança, ainda que tênue, na forma de apresentar a história da Serra da Barriga inserindo nela a presença indígena, conforme pode ser observado nos dizeres de uma das placas explicativas espalhada no Parque.

Foi fundamental para a sobrevivência dos quilombos, o conhecimento da cultura indígena e seus valores. Pesquisas arqueológicas trouxeram à luz a presença do índio na ocupação da Serra da Barriga, Centenas de anos antes da chegada dos europeus ao Brasil, até a formação dos Quilombos. A vida doméstica girava em torno de grandes ocas, vestígios que ainda restam neste sítio arqueológico, atualmente em fase de prospecção. Aqui já foram encontrados diversos artefatos, como potes, urnas funerárias, cachimbos feitos de barro queimado, ferramentas de lítico (pedra), incluindo machados e raspadores.

Em União dos Palmares a criação do Centro Arqueológico Palmarino objetiva criar um espaço em que se possam expressar livremente todas as vozes da história palmarina e com isso, fomentar discussões desses resultados e a apropriação dessas

histórias por parte da população local e de seus visitantes. Mas para que esses objetivos sejam alcançados é preciso continuar de forma constante um trabalho de conscientização, principalmente com as autoridades, sobre a importância de se preservar as *histórias* salientando que a Arqueologia é a forma mais fidedigna de obtê-las, já que revela todas as vozes.

Depois de décadas de um controle do que pode ou não ser divulgado ou aceito, mudar essa visão é o grande desafio que inquieta os arqueólogos. Pois, como foi colocado por Trigger (2004), por Martinez (1990) e por Lima (1988) e que ainda hoje continua tão imperativo, quando as pesquisas não trazem os resultados esperados, ou esses resultados não podem ser usados para fins políticos correm o risco de serem interrompidas como ocorreu com Allen, na Serra da Barriga (ALLEN, 2000) e com outros arqueólogos na África, União Soviética e Austrália (TRIGGER, 2004). Daí a importância de se empenhar em tornar a pesquisa arqueológica mais acessível, não apenas aos cidadãos comuns, mas principalmente, aos governantes e demais autoridades. Esse é ainda um longo caminho a ser percorrido e é aí que entra em ação a Arqueologia Pública.

2.3 Arqueologia Pública

A apresentação da Arqueologia para o público tem sido praticada a mais de noventa anos nos Estados Unidos. O Antiquities Act⁴ já se preocupava em torná-la alcançável ao público, colocando essa tarefa como um dever profissional (MCMANAMON, 2000 apud ALMEIDA, 2003). Nessa visão, a apresentação da Arqueologia ao público se dá com algo urgente em virtude da crescente destruição do patrimônio arqueológico, o que demonstra a relação distorcida do público com o patrimônio arqueológico e com a Arqueologia, acreditando-a como uma atividade exótica, portanto, apenas um divertimento. O compromisso do arqueólogo é mostrar ao público uma Arqueologia como instrumento na construção de sua memória, de sua história, de sua identidade e de sua cidadania. Um instrumento útil para esse fim é a

⁴ Criado para regulamentar o tratamento de sítios arqueológicos em terras públicas e assegurar o acesso público aos resultados das escavações.

realização de pesquisas de opinião pública, pois afloram a curiosidade e indicam os elementos que constituem o imaginário popular sobre a disciplina. Segundo Almeida (2003), a apropriação ou não do patrimônio como elemento de reflexão, transformação e construção de identidades é uma questão ideológica. Por isso, conhecer o pensamento do público é fundamental para, a partir dele, interagir e contribuir para o reconhecimento da disciplina como algo realmente importante.

A relação entre o público e o patrimônio está ligada à identidade. Para que o indivíduo construa e assuma sua identidade é preciso que dê significação à realidade ao seu redor, é essencial que se forme um olhar crítico sobre as coisas, possibilitando ao indivíduo abandonar a sua condição de passividade e tornar-se cidadão apto a transformar sua realidade, assumindo seu lugar histórico e compreendendo-se como sujeito na construção de sua identidade (FEIRE, 2005). Segundo Freire, isso impede que o indivíduo seja “invadido” culturalmente, pois a não assunção das identidades culturais permite a criação de uma identidade forjada pelos interesses dominantes que tende a homogeneizar as diferenças existentes. Para Hall (2006), as identidades formadas no interior da matriz dos significados coloniais foram construídas de tal forma a barrar e rejeitar o engajamento com as histórias reais de nossa sociedade ou de suas “redes” coloniais (HALL, 2006:41).

Segundo Almeida (2003), a percepção do patrimônio, da memória e da identidade é um reflexo da imagem que o povo brasileiro tem do país. Nela, os conflitos encontram-se camuflados sob a representação de homogeneidade. A comemoração dos 500 anos recriou o suposto cenário para celebrar a reunião de diversidades culturais e étnicas. Diversidades que são pouco conhecidas, pouco respeitadas, e muitas excluídas de nossa memória (NAJJAR, 2001 apud ALMEIDA, 2003).

Para Bradford (1998 apud ALMEIDA 2003), a falta de identidade do povo brasileiro com o patrimônio arqueológico vem da ignorância de suas raízes, de suas origens recentes e mais antigas. Entretanto, o problema não está no desconhecimento, e sim na forma como se conhece a história da nação e se reconhece nela.

Funari (1996) observa que no Brasil o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite. A gente comum sente-se alienada tanto em relação ao patrimônio erudito quanto aos humildes vestígios arqueológicos, já que são ensinados a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, a si e a seus antepassados. Com isso, há o apagamento de sua

memória e a destruição do seu patrimônio arqueológico, por ser este, a expressão materializada das marcas do seu passado, cuida-se também de apagá-lo em todas as suas formas e manifestações, por não atender aos anseios vigentes. E se ainda resta muita coisa do patrimônio arqueológico dos indígenas e dos negros, segundo Lutzemberger, “*foi pela incapacidade de destruição ou desleixo de saque*” (LUTZEMBERGER, 2006:90).

É necessário contribuir para mudanças da representação social do patrimônio arqueológico. Se os objetos e sítios arqueológicos não forem emblemas de resistência, da transformação e da identidade, não se pode esperar que tenham valor para a sociedade. Os esforços somente atingem seus objetivos quando a diversidade de valores de cada comunidade é levada em consideração.

Assim, desde a década de 1970, arqueólogos passaram a indagar-se sobre as funções sociais da Arqueologia e sobre como estabelecer as relações entre os acadêmicos, suas investigações e a sociedade como um todo. A obra *Public Archaeology* (1972), de McGimsey é considerada um marco na inauguração deste novo campo da Arqueologia (MERRIMAN, 2004:3).

Essas preocupações são refletidas na Arqueologia Pública, uma área da Arqueologia voltada para o interesse público em geral. Existem diversas vertentes de teorias e práticas dentro deste campo. Discutem-se como as pesquisas arqueológicas realizadas dentro das academias ou mesmo pelas empresas de Arqueologia relacionam-se com a sociedade.

Holtorf, citado por Carvalho e Funari (2007), sinaliza a existência de três modelos gerais que caracterizam as atuações dos arqueólogos dentro do campo da Arqueologia Pública: o modelo da Educação, da Relação Pública e o Democrático. Cada um traz as concepções dos arqueólogos sobre a academia e a sociedade. Para o Holtorf, os três modelos apresentam características interessantes, no entanto, é necessário refletir sobre suas propriedades para escolher as ações para a Arqueologia Pública, mesmo que isso implique misturá-las.

No primeiro modelo, o da Educação, Holtorf identifica uma permanência da tradição iluminista de se compreender a academia e a sociedade como duas esferas distintas. Nesse modelo, o arqueólogo percebe-se como detentor de uma verdade: ele sabe como era a vida no passado. Há, portanto, a crença na possibilidade da reconstrução fiel

de um tempo através da cultura material. A Arqueologia se torna um instrumento de educação das massas. A sociedade, através da Arqueologia Pública, é instruída sobre o seu passado, mas não é convidada ao debate. Os únicos capazes de discutir o passado reconstruído pelos vestígios materiais seriam os arqueólogos e seus pares (HOLTORF, 2007:107).

Distanciando-se dos propósitos desse modelo, a vertente da Relação Pública se propõe a melhorar a imagem da Arqueologia na sociedade, objetivando garantir o aval social para a continuidade dos trabalhos arqueológicos. Essa vertente compreende que as necessidades sociais não ligadas à ciência podem se configurar como mais urgentes em financiamentos do que um projeto arqueológico. Assim, torna-se imperativo demonstrar para a sociedade o quanto os trabalhos arqueológicos, e as memórias deles derivadas, são relevantes e, por isso, podem ser financiados com fundos públicos ou apoiados de diversas maneiras (HOLTORF, 2007:114-119).

A propaganda dos trabalhos arqueológicos, dentro do modelo Relação Pública, é feita através da mídia. Para Holtorf, essa vertente tende a simplificar a Arqueologia e o passado *“Para vender a Arqueologia apaga-se uma série de relações que podem ter existido no passado e que poderiam ser debatidas no presente”* (HOLTORF, 2007:114-119).

O modelo Democrático é apontado como uma alternativa à Arqueologia Pública por promover a valorização igualitária do conhecimento (HOLTORF, 2007:119-126). Por acreditar que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e podem ser estimuladas a se relacionarem com a Arqueologia, tendo em vista que esse campo de pesquisa pode ser um instrumento para a leitura crítica do mundo que as cerca. Mundo composto pela cultura material que é concebida, materializada e utilizada dentro de determinadas sociedades e repleta de intencionalidade. A análise dos vestígios materiais e reflexão sobre suas intencionalidades e efeitos são primordiais para a compreensão das regras culturais e sociais.

O conhecimento arqueológico é tido, dentro do modelo Democrático, como múltiplo e inexato. Esses saberes devem ser construídos de forma cooperativa e no sentido de fornecer instrumentos para que todos os envolvidos num determinado projeto possam elaborar questionamentos e conclusões a respeito dos temas debatidos. Neste

sentido, os diálogos, as críticas e as reflexões acerca da cultura material, entre os arqueólogos e os não arqueólogos, são as maiores responsabilidades da Arqueologia Pública.

Nesse modelo, a Arqueologia Pública tem sido concebida como uma ferramenta de luta pela conquista da cidadania. Despertando o sentimento de identidade, desencadeando o processo de identificação do indivíduo com a sua história e cultura e promovendo a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico.

Essa preocupação com a apresentação da Arqueologia ao público proporcionou a aproximação da disciplina com outras ciências, como a Educação, a Museologia e a Comunicação Social. Entretanto, a necessidade dessa interdisciplinaridade e de formas apropriadas de comunicação tornou a Educação uma questão essencial na Arqueologia Pública enquanto campo voltado a dialogar com a sociedade.

Nas décadas de 1980 e 1990 novos direcionamentos teóricos enfatizaram aspectos políticos e públicos da Arqueologia. Os pós-processualistas argumentam que quando o passado é interpretado e se torna história, tende a se transformar em ideologia (LEONE et alli 1987 JAMESON, 2004). Essa abordagem questiona a dualidade existente entre teoria e prática na Arqueologia tradicional, visualizando a necessidade de junção desses elementos, em um senso de prática social. No ponto de vista de Hodder (1996), teoria e pensamento são construções sociais e não podem ser separados da vida social, já que são indissociáveis. A visão proposta pelo autor visa desconstruir oposições entre objeto e sujeito, baseada na teoria da práxis que prega a teoria como transformativa e potencialmente revolucionária. Desse modo, a ciência não poderia estar afastada da Sociedade (HODDER, 1996:3).

A partir desse período, as reflexões no campo da Arqueologia Pública, principalmente em relação à interdisciplinaridade entre Arqueologia e Educação, foram desenvolvidas por essa corrente. A interdisciplinaridade entre Arqueologia e Educação foi debatida no *World Archaeological Congress* (1986), gerando a publicação *The excluded past: archaeology in education* (STONE & MCKENZIE et. alli, 1994).

O primeiro “Congresso Mundial de Arqueologia” (World Archaeological Congress) foi realizado em 1982. Entretanto, a edição do encontro que trouxe maiores

contribuições foi realizada em Southampton, na Inglaterra, em setembro de 1986. O evento trouxe para o debate teórico a abordagem chamada de Arqueologia Mundial, que visa entender não somente como as pessoas viveram no passado, mas também como e por que mudanças acabaram resultando nas formas de sociedade e cultura que existem hoje (UCKO, 1994:1). Conforme Ucko, a Arqueologia Mundial, é mais do que o mero registro de eventos específicos da história, já que envolve o estudo da mudança social e cultural dos grupos envolvidos.

Do ponto de vista das abordagens citadas, o interesse social da Arqueologia é conseguir ultrapassar o caráter estático, sem implicações para o contexto histórico e social, conseguindo com outras disciplinas das ciências humanas e sociais, analisá-lo em toda a sua dimensão, dentro de um processo contínuo em que o homem é o sujeito ativo que pode mudar e transformar a sua dinâmica de contínua produção da realidade social. (ZAMORA, 1990). Os pressupostos discutidos nas abordagens teóricas apresentadas reforçam o papel social da Arqueologia e estabelecem a abertura necessária para o diálogo com outros profissionais, bem como com grupos sociais interessados no patrimônio arqueológico e suas interpretações.

O *world Archaeological Congress* de 1986 deu o primeiro passo para a abertura do diálogo da Arqueologia com profissionais de outras áreas. O encontro reuniu arqueólogos, antropólogos, educadores, historiadores, gestores, incluindo indígenas que participaram das discussões sobre a própria cultura no passado e no presente. As reflexões geraram uma série de publicações.

A publicação de Stone & McKenzie (1994), *The excluded past: archaeology in education*, refletiu por que o passado é excluído do ensino formal, demonstrando que pré-história e grupos tradicionais são vistos pelos currículos escolares, a partir do ponto de vista de determinados grupos dominantes, interessados em propagar a visão de progresso nos moldes europeus. Conforme os autores, esse tipo de abordagem encoraja as crianças a desprezar o passado pré-histórico por ter sido um período de tecnologia simples, e conseqüentemente, a qualquer sociedade não industrializada. As três principais problemáticas levantadas pelos autores perante a dificuldade de acesso dos estudantes ao passado foram relacionadas ao currículo, ao despreparo dos professores e a falta de material didático adequado.

Alguns trabalhos de Arqueologia Pública têm constatado a ausência de conhecimento do passado no presente e avaliado sua importância para a atual geração e para as futuras. A partir dessa constatação, esforços acadêmicos e profissionais buscaram desenvolver uma base de consciência, e, ao mesmo tempo, cultivar um discernimento em relação à herança cultural da Nação. (JAMESON, 1997).

Diante desses direcionamentos, a Arqueologia Pública vem colaborando com historiadores, curadores de museu, museólogos e outros especialistas em recursos culturais na elaboração de estratégias para transmitir o valor da Arqueologia. Como consequência, programas interpretativos e educacionais destinados à sociedade foram desenvolvidos. Esse processo se deu em conjunto com a organização e coordenação de simpósios acadêmicos, workshops e sessões de treinamento para troca de ideias entre os diversos profissionais. (JAMESON, 1997).

Uma especialidade fomentada foi a interpretação pública da informação arqueológica, que envolve a educação formal, a elaboração de currículo, visitas a sítios e exposições museológicas. O termo também abrange estratégias específicas de comunicação, tais como publicação de histórias populares, cartazes e folders de conscientização pública e criação de apresentações de multimídia incluindo a rápida proliferação através dos recursos de Internet e criação de sites. (JAMESON, 1997). Adotam-se, nesta perspectiva, programas de educação informal como tentativas sistemáticas de fornecer serviços educacionais e conscientizadores, além das formas convencionais. A interpretação pública também engloba estratégias de comunicação entre arqueólogo e não especialistas.

Outras propostas de engajamento com o público em Arqueologia Pública são definidas por Merriman (2004) como incorporadas aos modelos de *déficit* da ciência. O modelo de déficit se baseia em dois argumentos sobre a importância do melhor entendimento público. O primeiro está relacionado às vantagens econômicas de uma população familiarizada com ciência e tecnologia. O segundo refere-se à possibilidade de gerar cidadãos capazes de tomar decisões. (MERRIMAN, 2004).

Esse modelo relacionado à Arqueologia Pública pode ser chamado, conforme Merriman, de abordagem de interesse público. Nessa abordagem, a Arqueologia Pública é vista como uma tentativa de promover a mensagem de que a gestão de recursos culturais é

importante para corrigir equívocos propagados a respeito do passado. O engajamento com o público possibilitaria alcançar argumentos, para que mais pessoas possam entender o que os arqueólogos estão fazendo, e apoiar seus trabalhos. Sendo assim, a abordagem de interesse público considera a sociedade carente de uma educação capaz de torná-la apta a apreciar o conhecimento gerado pela Arqueologia. O papel da Arqueologia Pública, nesse sentido, é construir uma confiança no trabalho do arqueólogo profissional. Uma das problemáticas relacionadas a essa abordagem refere-se ao potencial de conflito e debate inerente às temáticas do patrimônio com as comunidades. A educação, nesse contexto, deve prover as pessoas de um conjunto de conceitos com os quais possam avaliar as diferentes formas de verdades. E permitir assimilá-las de forma a tomarem suas próprias decisões, estando em conformidade com algumas formas externas de verdade ou não.

Os primeiros trabalhos desenvolvidos nessa perspectiva partiam de uma abordagem positivista em que o público observa o que lhe é apresentado. Esta forma de apresentação tem ajudado no entendimento do público sobre o que os arqueólogos fazem e por que eles continuam a pesquisar a evidência material do passado. Essa visão tenta convencer os formadores de opinião que é fundamental aos arqueólogos considerar a opinião pública, visando à promoção da causa de preservação do registro arqueológico para o uso e educação das futuras gerações. Entretanto, as motivações para a apresentação visavam somente fins arqueológicos, muito mais que propostas de educação e entretenimento (BOWLER, 1995 apud COPELAND, 2004: 132-133). Não obstante, foi constatada a existência de inúmeros públicos que têm diversas motivações para o usufruto da Arqueologia através da educação e entretenimento. (GOULDING, 1999 apud COPELAND, 2004: 133). Os resultados desse reconhecimento podem ser percebidos através de várias propostas de sucesso no Reino Unido. Entre essas destacam-se as apresentações realizadas em parques temáticos como o *The Jorvik Viking Centre* (ADDYMAN, 1994) e *Flag Fen* (PRYOR, 1989), que possibilitam o aumento do interesse do público pela Arqueologia.

No entanto, Merriman, (2004) adverte que a Arqueologia Pública não se limita a produtos educacionais, exposições em museus e visita a sítios, mas abrange também os processos pelos quais os significados são criados pela sociedade a partir de materiais arqueológicos. Portanto, envolveria os debates entre os interesses científicos da

Arqueologia e os interesses públicos sobre o significado e valores dos recursos arqueológicos.

2.4 Papel Social da Arqueologia

A Arqueologia passa a ser um conhecimento de relevância social à medida que incluir entre suas metas, fornecer às populações, através de seus conhecimentos e reflexões, narrativas para redimensionar suas memórias e identidades, ao levar em consideração outras visões do passado, possibilitadas pela interpretação dos registros remanescentes da cultura material das sociedades passadas. Esta relevância pode ser conquistada tanto pelo enfoque dado ao conhecimento arqueológico, comprometido com concepções heterogêneas e plurais do passado, quanto pelas formas de engajamento da Arqueologia na sociedade contemporânea. No entanto, fazendo uma análise de como tem sido utilizado o patrimônio arqueológico no Brasil, Bastos (2007) relata que houve o privilégio da vertente pré-histórica, abstraindo, com isso, a possibilidade de tornar a disciplina arqueológica uma trincheira de combate ao racismo, à intolerância, e à pobreza. Segundo o autor, a relação da etnicidade com o patrimônio arqueológico e com a Arqueologia deve ser buscada principalmente na Arqueologia Histórica. Para isso, as pesquisas arqueológicas históricas devem ser ampliadas, de modo que, negros, índios e excluídos deixem de ser objeto de estudo e passem a ser sujeito. O não lugar dos negros e indígenas pode ser confirmado na pesquisa arqueológica, no patrimônio preservado, e na ciência, instrumentos de saber que estão balizados pelas demandas do poder. Para Bastos (2006), a Arqueologia brasileira não atingiu a sociedade. Se há uma relação, esta se dá pela afirmação da distância entre os produtores e espectadores.

Bastos lembra que é necessário um repensar sobre o aporte de intervenção dos arqueólogos junto às comunidades cujo objetivo é possibilitar-lhes o engajamento no processo de pesquisa arqueológica. O compartilhamento das perspectivas de preservação do patrimônio arqueológico e sua pesquisa estão ancorados na presença das comunidades vizinhas. Seu envolvimento é fundamental para o sucesso de qualquer ação que se pretenda realizar objetivando a questão arqueológica.

Assim, conquistar a simpatia e o respeito das populações locais com relação ao seu entendimento dos benefícios que podem advir da apropriação e acessibilidade, por todos, ao patrimônio arqueológico é fator primordial.

Para isso, o arqueólogo deve conhecer e aplicar tecnologias comportamentais, interagindo com a Ciência Política, Pedagogia, Direito, Psicologia, Economia, dentre outras áreas afins que fundamentam a produção das políticas públicas.

Fernandes (2007) observa que âmbito brasileiro a Arqueologia Pública, nas últimas duas décadas, baseada na produção dos países anglo-saxões, desenvolveu-se sob duas tendências. Uma processualista, relacionada à Gestão de Recursos Culturais (OLIVEIRA, 2000; BROCHIER, 2001; JULIANI, 1998) e outra pós-processualista fundamentada nas responsabilidades sobre as mensagens transmitidas do passado, considerando dimensões sociais e as políticas envolvidas, mas também direcionadas aos benefícios públicos da disciplina, contribuindo para o desenvolvimento cultural humano e o fortalecimento dos vínculos com a herança cultural (ALMEIDA, 2002; PARDI, 2002; FUNARI, 2004; CALI, 2005; ROBRAHN-GONZÁLES, 2005).

Ligados à primeira abordagem, podem ser citados os trabalhos desenvolvidos por Oliveira (2002) que apresenta uma abordagem de gestão de recursos culturais baseada no envolvimento dos profissionais enquanto arqueólogos públicos, entendendo que a gerência não é o vestígio em si, mas o conjunto de técnicas e interesses utilizados para compreender o passado.

As estratégias de gestão são compreendidas como fundamental à preservação do patrimônio arqueológico a partir de uma perspectiva que considere a pesquisa, a proteção e o envolvimento comunitário, dentro de uma estrutura de planejamento baseada no zoneamento territorial (OLIVEIRA, 2000). A autora apresenta dois tipos de estratégias de gestão utilizadas no Brasil: a primeira ligada ao planejamento ambiental de empreendimento desenvolvida por Caldarelli (1993; 1999-2000) que propõe um zoneamento através de áreas de potencial alto, médio ou baixo de ocorrência arqueológica, utilizando-se de variáveis ambientais e culturais.

Juliani (1996) apresenta um modelo de Zoneamento arqueológico para áreas urbanas que pode ser aproveitado em áreas mais abrangentes. O instrumento fundamental do zoneamento seria a elaboração de uma carta temática na qual o território definido para

análise deve ser delimitado. Os três elementos principais que devem ser considerados são: a significância arqueológica; o inventário e a cartografia arqueológica; e o potencial e conservação do solo.

Oliveira (2000: 205) apresenta uma estratégia de gestão baseada no enfoque patrimonial em que o fundamento ético é pressuposto para a preservação das liberdades de escolha futura. Nesse sentido, deve ser transmitido o patrimônio a partir de um conjunto de recursos a serem utilizados livremente. A gestão patrimonial parte do princípio da legitimidade no espaço público construído por compromisso, que dê ênfase à utilização dos saberes locais, ao reconhecimento dos sujeitos envolvidos no processo de negociação da relação de produção rentável e à mobilização dos recursos da ciência para a conservação e continuidade. Deste modo, a gestão patrimonial é compreendida como um longo processo de construção de envolvimento comunitário e principalmente da redução dos gestores públicos do patrimônio (OLIVEIRA, 2000: 205-206).

Algumas experiências nesse enfoque direcionam-se para à conservação *in situ* do patrimônio arqueológico. Um modelo desse enfoque são as estratégias aplicadas em parques que articulam envolvimento comunitário, pesquisa científica, desenvolvimento turístico, projetos educativos e atividade conservacionista considerando manejo de fauna, controle de erosão e combate a exploradores (OLIVEIRA, 2000:206-207).

Brochier (2004) fundamenta a gestão também baseada no engajamento social, no entanto compreende que a pesquisa é indissociável de seu contexto público e aponta a Arqueologia Pública no Brasil como uma área de atuação do arqueólogo enquanto cientista e educador envolvido na construção da cidadania popular e coletiva (OLIVEIRA, 2002 apud BROCHIER, 2004).

Embora sua visão de Arqueologia Pública aproxima-se mais de uma prática e construção da cidadania, Brochier (2004) utiliza a Arqueologia conservacionista, entendida como parte de Arqueologia Pública. Ao correlacionar acessibilidade/visibilidade, fragilidade/potencialidade e ambiente/uso do solo, procura gerar formas de diagnóstico, análise de fatores de degradação, técnicas de avaliação de prioridades, criticidades e proposta de zoneamento. Visando, com isso, dar subsídio a planos de manejo e à formatação de programas preservacionistas, científicos e públicos, elementos usados como estratégias de gestão.

A gestão pública do patrimônio arqueológico foi refletida por Pardi (2002) e Cali (2005) na perspectiva pós-processualista abordada por Hodder (1990) em que ao interpretar o passado em relação ao presente dialeticamente esse vira história, podendo ser utilizado como ideologia. Nesse sentido, as abordagens usadas pelos autores são a ideologia, a identidade, o social e a educação (CALI, 2005:18; PARDI, 2002; 75). Os autores desenvolvem perspectivas voltadas à gestão pública do patrimônio cultural nas esferas municipais e estaduais. Pardi (2002) através da análise das referências documentais sobre o inventário de sítios arqueológicos e demais informações sobre o patrimônio arqueológico e Cali (2005) na gestão realizada na esfera municipal através de instituições e planos de gerenciamento municipais voltados à identificação, preservação, pesquisa e promoção.

A partir da mesma abordagem utilizada por Cali (2005) e Pardi (2002), Funari (2001^a, 2001b, 2004, 2006) desenvolve reflexões sobre o papel do arqueólogo profissional, explicitando as problemáticas históricas e políticas da conservação e gestão do patrimônio arqueológico. Dando uma significativa contribuição na reflexão interdisciplinar da Arqueologia Pública com a Educação.

Almeida (2002) utiliza-se da abordagem de Hodder (1999) para entender que as construções do passado são formadas por uma rede de valores e saberes que pertencem ao tempo presente. Nesse sentido, do ponto de vista da autora, os indivíduos constroem sua visão do passado a partir do olhar no presente elaborando as interpretações do passado permeadas por noções e conceitos apreendidos ao longo da vida. (ALMEIDA, 2003; 3) A partir dessa reflexão, transformar a visão que os não-arqueólogos têm da disciplina, dentro de suas próprias representações, surge como um caminho para abandonar a verticalidade das relações entre especialistas e leigos. (ALMEIDA, 2002:2). Para Almeida (2002:9), “a Arqueologia Pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia Pública”. O compromisso profissional, nesse sentido, passa a ser mostrar ao público uma Arqueologia que seja instrumento na construção da memória, da história, da identidade e cidadania.

O trabalho desenvolvido por Almeida (2002) ampliou a interdisciplinaridade da Arqueologia com a Educação a partir da utilização da Arqueologia para introduzir o método científico no ensino fundamental, contribuindo para a formação intelectual e para a construção de uma imagem mais adequada da Arqueologia. Essa perspectiva adotada

pela autora demonstra o potencial da Arqueologia para contribuir com o desenvolvimento humano.

Outra perspectiva de Arqueologia Pública (ROBRAHN-GONZÁLES 2005:45) entende que os benefícios públicos que a Arqueologia poderia trazer às comunidades dependem da solidez e da credibilidade científica das pesquisas. O desafio do arqueólogo está em estabelecer um significado científico e histórico às ‘coisas do passado’. Aos objetos retirados das escavações que podem ser utilizados como ponte entre a experiência do público e um mundo passado, reconstruído a partir de inúmeras outras evidências. Desse modo, segundo Robrahn-Gonzáles (2005:46) o arqueólogo necessita de uma equipe interdisciplinar que possa transitar em todos os campos do conhecimento e esferas sociais de atuação, cabendo a ele fornecer tanto dados de pesquisa, como seu olhar sobre o passado, para que outros profissionais possam trabalhar de forma séria e criativa. Neste sentido, Robrahn-Gonzáles (2005) denomina Arqueologia Pública como uma ciência aplicada, correspondendo ao amplo leque de contribuições que a Arqueologia pode oferecer ao fortalecimento e valorização das comunidades atuais, abrangendo os campos da Educação, divulgação, valorização cultural e preservação.

2.5 Conhecimento Arqueológico e Educação Patrimonial

A Arqueologia Pública é um programa institucional de trabalho. Ela apresenta uma filosofia que sistematiza valores, procedimentos, critérios, discursos, objetivos gerais e específicos, e desse modo, pretende resolver problemas e propor soluções institucionais legítimas do ponto de vista intelectual e político (MONTARROYOS, 2009).

Observando essa linha de raciocínio, a filosofia de trabalho da Arqueologia Pública determina a inter-relação do conhecimento científico com as demandas sociais, o que caracteriza a sua norma fundamental; a metodologia de trabalho do arqueólogo que consiste na aplicação de tecnologias institucionais que sejam capazes de promover a interação real da Arqueologia com as preferências, interesses e demandas culturais dos indivíduos organizados no ambiente público. Nessa área de trabalho científico, o

arqueólogo deve conhecer e aplicar tecnologias comportamentais, interagindo com outras áreas afins que fundamentam a produção das políticas públicas.

Essa necessidade interdisciplinar caracteriza, metodologicamente, a conduta de trabalho da Arqueologia Pública cujo ideal é aumentar a utilidade e o sentimento de pertencimento sobre o passado, seja para a sociedade em geral, seja para determinados grupos. Para atingir esse ideal, enfatiza as variadas preferências e interesses culturais sobre o passado histórico. São valores importantes no processo de trabalho participativo da Arqueologia Pública, a pluralidade cultural na definição da agenda de pesquisa, a confiabilidade na figura do arqueólogo, a tolerância e a disposição para negociar interesses e preferências na condução das políticas arqueológicas.

Quando não há reconhecimento entre o indivíduo e o patrimônio e sentidos ou significados sobre a “coisa pública”, a Educação Patrimonial torna-se urgente. Dentro dos princípios da Arqueologia Pública Democrática, nesse caso, o primeiro passo é construir junto com as comunidades o conceito de patrimônio e de bem público. Apenas quando esses conceitos tiverem sentido para os indivíduos será possível alcançar uma preservação efetiva dos patrimônios. Para Funari e Bastos (2008), a Educação Patrimonial é capaz de transformar a relação do cidadão com o patrimônio cultural fazendo-o entender que é parte importante nesse processo.

Pessis (2006) salienta que a Educação Patrimonial é um instrumento fundamental para transformar as mentalidades em relação às questões patrimoniais e fazer compreender a importância do patrimônio cultural e natural.

A Educação Patrimonial possibilita aos indivíduos apropriar-se e a valorizar a herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que haja equilíbrio entre a pesquisa científica e a inclusão social. Se a Educação Patrimonial for direcionada apenas à exposição de artefatos, a relação entre os estudos e o público mudará pouco. E destinando-se apenas atividades científicas, o público estará distanciado.

Observa-se, na maioria dos projetos arqueológicos, que a Educação Patrimonial limita-se à divulgação na imprensa, geralmente jornal, ou em revistas científica, o que Holtorf chamou de Modelo de Relação Pública, esquecendo-se que grande parte da

população não tem acesso a esses meios de comunicação e quando tem, não consegue alcançar a importância daquele bem, porque faltou o contato, a proximidade. Assim, o objetivo principal de um projeto deve ser fazer a ligação entre as pesquisas arqueológicas e a comunidade local. A inclusão da Educação Patrimonial em um projeto arqueológico reveste a investigação arqueológica de um significado mais amplo comunicando à sociedade, os propósitos e sentidos de sua atuação, proporcionando a compreensão da importância do conhecimento do passado, favorecendo seu envolvimento na tarefa fundamental da preservação do patrimônio.

Na visão de Bastos (2006), relacionar o conhecimento arqueológico com Educação Patrimonial é tornar a pesquisa arqueológica de caráter público e social possibilitando seu uso na educação sobre os padrões de comportamento no passado, sobre as maneiras como os sítios arqueológicos podem ser estudados e sobre os benefícios derivados para o público no estudo e a conservação de recursos arqueológicos.

Horta et alli (1999) define a Educação Patrimonial como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural Arqueológico como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus aspectos, sentidos e significados. Segundo Horta (1999), conhecimento crítico e apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial deverá ser entendida com um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura compreendida como múltipla e plural.

A implantação de programas de Educação Patrimonial é fundamental para que a Arqueologia seja popularizada, divulgada e conhecida da sociedade. Esses projetos devem fomentar ações de valorização e revitalização do patrimônio arqueológico. A estratégia utilizada deve depender de cada situação. Quando se formula a estratégia de uma educação patrimonial para um perfil cultural determinado, é necessário que os conteúdos de conscientização se adequem ao universo de valores partilhado pela população

destinatária. Isso não quer dizer que não possa haver modificações, desde que haja respeito e valorização do que o público atingido considera por sua cultura local (PESSIS, 2006).

A comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais é muito importante. Essa interação possibilita a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

Uma Arqueologia “de baixo para cima” é proposta por Faulkner (2000:21 apud BASTOS 2006), nessa proposta, o trabalho de campo tem suas raízes na comunidade, sendo aberto a contribuições voluntárias, organizadas de um modo não exclusivas, não hierarquizadas. Dedicado a uma agenda de pesquisa na qual material, método e interpretação são incentivados a interagir. Faulkner considera que toda política versa sobre o poder. Portanto, política arqueológica versa sobre quem tem poder sobre os vestígios do passado. O Estado não transfere o poder a comunidades locais ou grupos de interesse, que são desencorajados a atuar no campo da Arqueologia.

Soares (2001 apud BASTOS, 2006) já sinalizava para a promoção da acessibilidade em bens culturais enfatizando que ela cumpre às determinações da Constituição Federal de 1988. O patrimônio cultural constituindo bens de alcance social, referência da memória nacional. Deve-se incorporar a participação e a acessibilidade dos chamados grupos vulneráveis na apropriação do patrimônio arqueológico.

A incorporação dos grupos vulneráveis no processo do conhecimento e participação das ações referentes à Arqueologia trará a ampliação da cidadania e visibilidade por parte da população e dos grandes veículos de comunicação de massa. Essa avaliação prende-se ao fato de que para incorporar uma ideia no imaginário coletivo há duas possibilidades: a constante e sistemática disseminação da informação através dos canais de comunicação de forma a atingir a todos; ou através de informações seletivas que provoquem emoções no ser humano.

A Constituição Federal de 1988 trouxe um aporte significativo de normas fundamentais para a construção da cidadania cultural. A perspectiva é a edificação permanente da cidadania cultural que passa pela reinvenção da História e nesse contexto a Arqueologia, o patrimônio cultural arqueológico tem papel de destaque, pois é uma fonte

de conhecimento apta a mudar paradigmas historicamente impregnados no senso comum e nas representações sociais.

Estabelecer o envolvimento da comunidade local nas diversas fases e ações executadas através do projeto arqueológico deve ser um objetivo a ser perseguido. As representações sociais têm uma contribuição fundamental para oferecer, no sentido de buscar elementos constitutivos que vão formar o novo paradigma emergente, que Santos (2007) chamou de “*o conhecimento emancipatório*” que é o conhecimento local criado e disseminado através do discurso argumentativo.

Os estudos das representações sociais demonstraram que ainda existe um grande contingente da população que atribui a formação de sítios arqueológicos à natureza. O viés da Educação Patrimonial, representações sociais e a pesquisa arqueológica com a participação de grupos vulneráveis, enseja uma transformação que busca um novo paradigma para a ciência. Entretanto, essa mudança necessita de parceria entre o poder público, sociedade e comunidade científica. Sem essa parceria todo o esforço será em vão.

Uma forma de envolver a sociedade é oferecer programas de educação patrimonial que a coloque em contato com o patrimônio arqueológico. Essa preocupação vem desde a década de 1931, porém só atualmente tem tomado impulso e o que se vê é uma multiplicação de ações e programas de educação patrimonial voltados para o patrimônio arqueológico. Porém, como será demonstrado no próximo capítulo, muitas dessas ações têm sido feitas ignorando a recomendação da Carta de restauro (ICAHM, 1990) de que as especificidades locais devem ser respeitadas.

CAPITULO III

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Desde 1931, há uma preocupação dos governos com a conservação e preservação do patrimônio cultural. Essa preocupação, manifestada através das Cartas Patrimoniais⁵, provocou a criação de leis para proteger o patrimônio e punir os transgressores. Entretanto, criar leis não seria suficiente, essas teriam que ser acompanhadas da conscientização da população. A partir dessa constatação, começou-se a cogitar que todo projeto de pesquisa deveria vincular um programa educacional a fim de dar à população um retorno das pesquisas feitas na comunidade.

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (Carta de Atenas, 1931: 17).

A Carta de Atenas determina como responsabilidade dos governos, investimentos em programas educacionais visando esclarecer sobre a importância de preservar os monumentos e obras de arte, por entender que esses representam testemunhos da humanidade. A tarefa de conscientizar alunos sobre a importância de não depredarem os monumentos, no entanto, fica a cargo dos educadores.

Essa posição demonstra que a conferência entende a importância da valorização do contexto comunitário para a preservação de monumentos. No entanto, essa determinação foi ignorada. Mesmo entre os arqueólogos, o entendimento de educação patrimonial manifestava-se apenas em divulgar na mídia ou em revistas científicas, enquanto o contexto comunitário permanecia excluído desses programas.

⁵ Documentos que representam tentativas de estabelecer normas e procedimentos para conter a crescente destruição do Patrimônio Cultural.

Em outubro de 1990, o Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS) publicou a *Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico* propondo alguns parâmetros e diretrizes para a proteção específica dos vestígios arqueológicos considerados patrimônios.

A proteção do patrimônio arqueológico passa a ser compreendida como obrigação moral e de responsabilidade coletiva (ICAHM, 1990). A incumbência de providenciar fundos para as atividades de proteção do patrimônio é dada aos Estados, a proteção efetiva e cotidiana passa a ser responsabilidade do Estado e de toda a sociedade.

Para o envolvimento da sociedade, a Carta estabelece a necessidade de prover o público geral de informações acerca do patrimônio, salientando que as especificidades locais devem ser respeitadas e o passado mostrado como composto por diversas identidades, portanto passível de muitas interpretações (ICAHM, 1990). De posse dessas informações, a aproximação entre a sociedade no presente e as imagens do passado representadas pelo patrimônio, torna-se maior. Contudo, lembra Soares (2005), não é sempre que existe a possibilidade de valorização de identidades relacionadas aos patrimônios. O patrimônio, que é composto por um conjunto de bens de ordem material e imaterial, faz referências às identidades e memórias de diferentes grupos sociais. O que pode ser importante e gerador de afeição para um determinado grupo de pessoas, pode não ser para outro. Nesse sentido, fica a indagação de como as pessoas que não se reconhecem nesse patrimônio poderiam preservá-lo.

O distanciamento entre a sociedade e seu patrimônio pode ser superado através de ações sólidas da Educação Patrimonial que permitam a realização de conexões entre a vida cotidiana das pessoas com o processo histórico relatado (VARGAS E SANOJA, 1990:53). Assim, cada grupo social torna-se capaz de atribuir significados ao próprio patrimônio e ao bem público como um todo. Com isso, tem-se um cidadão crítico pronto para a preservação e para transformação, tanto de seu entorno como da sociedade.

A discussão em torno da formação de cidadãos críticos, preparados para decidir sobre que bens devem ser conservados e preservados perpassa pela forma como estão sendo executados programas e ações de Educação Patrimonial. Haigert, Santi e Milder (2004), observando relatos e divulgação de experiências de Educação Patrimonial na

América Latina, comentam que, em muitos casos, a Educação Patrimonial está restrita a projetos isolados com pouca continuidade e pouca profundidade temporal.

Nesse sentido, pode ser constatado que no Brasil nas últimas décadas programas e ações de educação patrimonial tem se intensificado. Não obstante, percebe-se que ainda são ações isoladas.

Neste capítulo será feita uma análise de alguns programas e ações de Educação Patrimonial. Dentre o material coletado para análise três programas, quatro cartilhas e dois cadernos chamaram a atenção. São ações que apresentam erros e acertos que certamente serão úteis para a reflexão de práticas futuras.

3.1 Programas de Educação Patrimonial

3.1.1 Programa de Educação Patrimonial do Parque Nacional Serra da Capivara/ da Fundação Museu do Homem Americano -FUMDHAM

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no sudeste do Estado do Piauí, ocupando áreas dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. A superfície do Parque é de 129.140 ha e seu perímetro é de 214 Km. A cidade mais próxima do Parque Nacional é Cel. José Dias.

Por solicitação da missão franco-brasileira que, desde 1970, realiza um programa de pesquisas na área, foi criado o Parque Nacional da Serra da Capivara. A motivação para essa solicitação foi a grande quantidade de sítios arqueológicos encontrados na região. Em 1986, foi criada a entidade civil sem fins-lucrativos Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM). Embora o decreto de criação do Parque tenha sido assinado em 05 de junho de 1979 somente em 1988 foi efetivada, com a indenização e retirada dos moradores do povoado Zabelê, que viviam nas terras há várias gerações. Em 1991 a UNESCO inscreveu o Parque Nacional na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 2002 foi oficializado o pedido para que o mesmo seja declarado Patrimônio Natural da Humanidade.

Desde 1989, o grupo de pesquisas ligado à FUMDHAM desenvolve um programa de formação da população local para ocupar postos de serviço gerados pela exploração turística dos sítios. Para tanto, criaram escolas e oferecem diversos cursos para formação de guias, guarda-parques e técnicos que atuam nas diferentes atividades desenvolvidas no museu. O objetivo é fazer com que o turismo traga para região um desenvolvimento econômico e social de modo a diminuir a pressão antrópica no local.

Em torno do Parque foi criada uma Área de Preservação Permanente de dez quilômetros que constitui um cinto de proteção suplementar para a qual seria necessário desenvolver uma ação de extensão

O envolvimento da comunidade com os pesquisadores do FUMDHAM desde o início das pesquisas propiciou a criação de empregos para parte da população. Existem hoje os "arqueólogos mirins", adolescentes das escolas da região que durante as férias trabalham com a equipe; técnicos em conservação de pinturas rupestres; mateiros que acompanham botânicos e zoólogos nas pesquisas pela região; e técnicos em diversas tarefas da informática como: tratamento da imagem, alimentação de banco de dados sobre o Parque Nacional e a região.

O Programa de Educação Patrimonial da FUMDHAM foi citado por Bastos e Bruhns (2007) como modelo de programa de educação patrimonial que deu certo, por ter aliado a necessidade de preservação dos sítios à carência da população circunvizinha, preocupando-se em envolver a população local nos trabalhos arqueológicos, bem como em gerar ações que promovessem o desenvolvimento econômico da região. Um modelo em que se articulam envolvimento comunitário, pesquisa científica, desenvolvimento turístico, projetos educativos e atividade conservacionista considerando manejo de fauna, controle de erosão e combate a exploradores (OLIVEIRA, 2000:206-207).

A partir de ações educativas e culturais com a população das cidades próximas, têm-se alcançado resultados relevantes para que as pessoas reconheçam a importância do legado existente no local. Além dessas ações, o turismo também é cultivado a partir do foco da educação patrimonial. Assim, muitos dos sítios arqueológicos estão abertos à visitação pública. Há quatorze trilhas que percorrem esta herança pré-histórica, as formações vegetais e as estruturas geológicas presentes na região.

Pode ser citado como exemplos de ações do programa de Educação Patrimonial da FUMDHAM o trabalho pedagógico centrado em arte-educação chamado PRÓ-ARTE FUMDHAM, em parceria com o Instituto Ayrton Senna. O programa é composto de três eixos: O primeiro prioriza a formação de crianças e adolescentes em arte-educação nas diferentes linguagens artísticas; o segundo, arte e ciência em pesquisa; e o terceiro, chamado Interartes, trata-se do Festival Internacional Serra da Capivara.

A prioridade era um programa educacional em arte-educação para 150 educandos matriculados no PRÓ-ARTE. O principal objetivo visado era oferecer às crianças e adolescentes das comunidades rurais do entorno do Parque Nacional e das cidades circunvizinhas, oportunidades de escolhas conscientes, através de vivências em arte-educação. A meta era tirá-los da margem, e valorizá-los como cidadãos. As ações direcionadas ao desenvolvimento do projeto estão estruturadas em torno de dois eixos: o Formativo Básico, aulas semanais das diferentes linguagens artísticas, informática e reforço escolar para educandos; e o Formativo Rotativo, oficinas mensais, com convidados, para educandos e educadores.

Outro exemplo são as ações de educação ambiental e patrimonial do projeto A Água e o Berço do Homem Americano (ABHA) que proporcionou aos integrantes da Associação São Raimundense de Deficientes Físicos a primeira visita ao Museu do Homem Americano, propiciando a esse público um passeio a origem do homem nas América e, dessa forma, promovendo sua inclusão social. (Informativo FUMDHAM, abril, 2009)

Pode ser citado também o projeto “Serra da Capivara Patrimônio Mundial: conservação, Manutenção e Proteção” que leva oficinas, palestras, além de promover visitas ao Parque Serra da Capivara as comunidades a ele circunvizinhas, promovendo, dessa forma a integração entre comunidade e o patrimônio.

3.1.2 Programa de Educação Patrimonial do Museu Goeldi

O Museu Paraense foi criado oficialmente em 25 de março de 1871, pelo governo do Estado do Pará, teve como primeiro diretor Domingos Soares Ferreira Penna. Mas sua instalação foi precária. Faltava pessoal e apoio para as pesquisas. As coleções existentes acabaram se perdendo pelas más condições de conservação. A produção científica praticamente se resumiu aos próprios trabalhos de Ferreira Penna, sobre Geografia, Arqueologia e outros assuntos. Com a morte do naturalista, nos primeiros dias de 1889, o Museu fechou.

Na segunda metade daquele século, o enriquecimento da região, trazido pela exportação da borracha, propiciou a formação de uma "classe ilustrada", em Belém, responsável por um movimento cultural que deixou marcas na cidade. A criação de associações culturais, jornais e partidos políticos; a frequente visita de naturalistas, artistas e aventureiros; o embelezamento e urbanização da cidade fizeram de Belém a "Metrópole da Amazônia".

A reabertura e reforma do Museu Paraense foi iniciada em 1891 tendo como responsáveis: Justo Chermont, José Verríssimo e Lauro.

Em fins do Século XIX Emílio Goeldi e seu auxiliar Aureliano Guedes realizam pesquisas arqueológicas na Amazônia. Nos anos 1950 as pesquisas são retomadas por Peter Hilbert e em 1954 um convênio firmado entre o CNPq e o Museu dá novo impulso à área de Arqueologia do museu. Em 1962, Mário Simões organiza e consolida a atual área de Arqueologia. Iniciam-se diversos projetos de levantamento arqueológico cujo objetivo era estudar a pré-história amazônica, destacando-se o PRONAPA e o PRNAPABA.

Atualmente, a maioria das pesquisas é efetuada no âmbito de projetos de prospecção e salvamento atendendo as demandas desenvolvimentistas da região. A área de Arqueologia procura também ampliar e diversificar as linhas de pesquisas investigando áreas onde foram realizadas poucas pesquisas. Para aproximar a população das pesquisas e com isso preservar o patrimônio arqueológico o Museu Goeldi tem desenvolvido programas de Educação Patrimonial.

Edith Pereira (2009) faz um relato da aplicação de programas de educação patrimonial no Museu Paraense Emílio Goeldi no período de 2002 a 2008.

Segundo a autora, o Museu Goeldi foi uma das instituições pioneiras a apresentar, ainda na década de 1980, uma reflexão sobre as relações entre os arqueólogos e as populações ribeirinhas. Esse trabalho foi baseado na experiência de um grupo de jovens pesquisadores que participou de um projeto de contrato realizado entre 1986 e 1988 no baixo curso do rio Xingu (OLIVEIRA et alli., 1988). Entre as conclusões apresentadas nesse trabalho, consta a recomendação para incluir, nos projetos arqueológicos, ações no sentido de informar adequadamente as comunidades sobre o significado do trabalho do arqueólogo e, com isso, promover a sua aproximação com a pesquisa. Para os autores, ao reconhecer a importância da pesquisa, a preservação do patrimônio arqueológico viria como uma consequência natural.

Objetivando a interação construtiva entre os arqueólogos e o público, particularmente entre as comunidades que vivem próximas às áreas afetadas por empreendimentos cuja construção e operação provocam alterações ambientais e patrimoniais, o IPHAN determinou, através da Portaria n° 230, de 17 de dezembro de 2002, a necessidade de realização de programas de educação patrimonial em todas as fases do licenciamento ambiental dos empreendimentos.

Em 2001, antes da publicação da referida Portaria, a Área de Arqueologia do Museu Goeldi deu início ao primeiro trabalho de educação patrimonial vinculado a um projeto de pesquisa de contrato na Amazônia. Esse trabalho, realizado no município de Oriximiná (PA), na região de Porto Trombetas, beneficiou quatro comunidades. Crianças, adolescentes e adultos participaram das atividades do projeto, que incentivava a leitura e a pesquisa, estimulava atividades empreendedoras por meio da produção de artesanato e valorizava os ceramistas locais. O projeto produziu um vídeo e uma série de jogos educativos, cartilhas e exposições itinerantes.

Nos anos seguintes, tiveram início três outros projetos de Educação Patrimonial vinculados a projetos de contrato, abrangendo os municípios de Canaã dos Carajás, Programa de Arqueologia Preventiva na Área da Mineração Serra do Sossego; Moju, Programa de Arqueologia Preventiva na Área do Projeto Bauxita-Paragominas e Programa de salvamento e monitoramento de sítios arqueológicos no traçado da Alça

Rodoviária - Belém/PA; Abaetetuba Programa de Arqueologia Preventiva na Área do Projeto Bauxita-Paragominas e Parauapebas; Projeto de Salvamento Arqueológico na Área do Salobo (Carajás), todos no Pará. Por meio desses projetos, foram elaboradas várias mídias pedagógicas cujo objetivo era atender às diversas faixas etárias das comunidades existentes no entorno do empreendimento. Assim, foram elaboradas duas revistas com histórias em quadrinhos (CUNHA *et alli.*, 2004; CRUZ *et alli.*, 2004), três vídeos (FIGUEIREDO, 2005, 2006, 2007), um livro (LIMA, 2003) e sete cartilhas de leitura e exercícios (LEAL, 2005; ATIKUN, 2005; LIMA, 2005a, 2005b, 2006a, 2006b; SOEIRO *et alli.*, 2008).

Nos dois projetos pioneiros voltados para Educação Patrimonial, realizados nos municípios de Oriximiná e Canaã dos Carajás, o objetivo maior foi alcançado, que é a valorização da memória cultural dos antepassados evidenciada nas formas e na decoração da cerâmica arqueológica.

Em Canaã dos Carajás, o projeto de educação patrimonial envolveu quatro comunidades situadas no entorno de uma mina de cobre. Além da valorização do patrimônio arqueológico, o projeto atingiu outros objetivos, como a multiplicação do conhecimento por parte dos professores locais e também de crianças e adolescentes, e o desenvolvimento sustentável dessas comunidades (LIMA e PEREIRA, 2007).

3.1.3 Museu de Arqueologia de Xingó – MAX

O Museu de Arqueologia de Xingó, MAX, da Universidade Federal de Sergipe, UFS, foi inaugurado em abril de 2000. O MAX surgiu como uma estratégia para permitir a manutenção de pesquisa e a preservação do patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco, resultante do salvamento arqueológico realizado pela UFS de 1988 a 1997.

A organização do MAX é constituída pela Administração Central, pelos laboratórios de Pesquisa Arqueológica e de Datação, este associado ao Departamento de Física da USF, e pela Unidade de Exposições, situada no Xingó, município de Canindé do

São Francisco, Sergipe. Essa unidade constitui o veículo de contato da comunidade local e regional com resultados da pesquisa arqueológica.

Cruz (2002) descreveu as primeiras ações educativas do Museu de Arqueologia de Xingó (MAX). Segundo a autora, uma das metas principais do MAX é a função educativa, no contexto da Educação Patrimonial, com ações voltadas para a socialização do conhecimento e a preservação dos bens culturais.

Optou-se por um projeto que propiciasse ao professor um aprofundamento da Pré-história sergipana, tendo o Museu em Xingó como um referencial teórico das ações relacionadas à sua função educativa, a partir de três questões básicas: O quê é? Para quem? Para quê? O Museu de Arqueologia de Xingó.

Numa dimensão integrada, essas três questões devem ensejar conhecimentos, habilidades, crenças, valores, emoções e comprometimentos, eliminando as distâncias entre teoria e prática. Assim, incorporando-se ao processo de formação do educando, através do projeto “O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu” visa oportunizar ao aluno o reconhecimento do passado, como forma de compreender o presente, em sua diversidade cultural e regional, por considerar essa compreensão como algo importante na formação da identidade do cidadão brasileiro. O projeto permite uma ação educativa cultural, que a partir do saber constituído, propicia a comunidade estudantil à sociabilidade, o lazer e a apropriação de valores e conhecimentos.

São citados como objetivos do Projeto, o desenvolvimento de uma proposta educativa, tomando como referencial os conteúdos da pré-história brasileira e sergipana e a perspectiva pedagógica da escola; a discussão do caráter formativo dos conteúdos da pré-história sergipana; a análise da importância do resgate dos valores socioculturais locais, regionais e nacionais, com vistas à valorização do patrimônio cultural e à consolidação de identidades; o estabelecimento de relações entre o ontem e o hoje, tomando como parâmetro o conhecimento histórico-cultural resultante das pesquisas arqueológicas, no contexto regional. E a avaliação das ações desenvolvidas na parceria MAX-Escola-Sociedade.

O projeto tem quatro subprojetos são eles: Férias Arqueológicas, cujo objetivo é inserir o estudante de ensino médio ou de graduação em áreas afins à Arqueologia na vivência das experiências de campo e de laboratório.

Visitas à Escola, dessa forma pretende-se divulgar o MAX nas escolas das redes pública e privada, através do seu acervo e de suas pesquisas. As visitas incluem exposição itinerante, mostra cultural, promoção de palestras, projeção de vídeos, e distribuição de folder, marcadores de texto, livro didático, cartilha do MAX, revista, boletim informativo e cartazes.

Com as Visitas Programadas de Docentes ao MAX o objetivo é oportunizar aos professores participar de palestras, projeção de vídeos e visitas aos sítios arqueológicos.

O Subprojeto “MAX na Prática Pedagógica”, desenvolvido em três etapas visa contribuir com a formação do educando, através da reflexão e da análise de conteúdos a cerca dos seus antepassados pré-históricos, suas características e traços culturais, numa relação com o contemporâneo, saberes e fazeres do ontem e do hoje.

A primeira etapa trata da sensibilização: contatos com a equipe diretiva; reuniões com equipe técnica e professores; discussão da proposta no contexto das disciplinas do currículo escolar; definição das atividades a serem desenvolvidas na prática pedagógica. A segunda, da execução e a 3ª culminância e avaliação.

3.2 Cartilhas

Segundo o dicionário Aurélio (2000), cartilha é um compêndio elementar, ou seja, um resumo das primeiras noções sobre determinado assunto. Assim, pode-se entender que uma cartilha deve ter forma simples e clara, e principalmente, deve ser relacionada às pesquisas realizadas na localidade colocando a população em contato com o conhecimento advindo dessas pesquisas, de modo que possa relacioná-lo ao seu cotidiano. Portanto, não se deve produzir uma cartilha sem abordar as pesquisas na localidade.

Ao elaborar uma cartilha é fundamental primar pela apresentação, adequando a linguagem ao público que se quer atingir e principalmente, estando atento para não reproduzir ideologias e preconceitos.

Nas cartilhas relacionadas, além dos pontos citados serão analisadas as imagens; as atividades lúdicas e informativas.

3.2.1 Uma Visita ao Sítio Arqueológico

A cartilha “uma visita ao Sítio Arqueológico”, produzida pelo Museu Paraense Emilio Goeldi (s/d), relata a visita de uma classe a um sítio arqueológico em Canaã dos Carajás, Pará. A cartilha está dividida em três partes. A primeira uma história em quadrinho que aborda a pesquisa arqueológica realizada em Canaã dos Carajás – PA. Na história em quadrinho, os professores fazem uma revisão da aula sobre Arqueologia e prepara a turma para visitar o sítio da localidade. Na viagem são dados esclarecimentos sobre o relevo e a atividade econômica da região. No sítio, o grupo é recebido pela arqueóloga que enfatiza os cuidados que se deve ter ao entrar em um sítio arqueológico. A arqueóloga que conduz o grupo mostra as escavações e explica as etapas da pesquisa arqueológica (Figura 21).



Figura 21 – Uma Visita ao Sítio Arqueológico p.13.
Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi, s/d

A segunda parte da cartilha traz alguns esclarecimentos de como preservar os sítios arqueológicos. E a terceira é dedicada a atividades lúdicas como labirinto; cruzadinha, caça palavras, circular o que se encontra num sítio arqueológico, ligar os pontinhos, pintar, recortar e colar.

Na Parte lúdica da cartilha, percebe-se que as atividades, pelo grau de dificuldade apresentado, não estão direcionadas a uma faixa etária específica. A cruzadinha é muito longa, contém 21 perguntas; a caça-palavra (figura 22) não há enunciado ou qualquer indicação de que palavras devam ser encontradas, além disso, as palavras estão em todas as direções.



Figura 22 - Uma Visita ao Sítio Arqueológico p. 27 Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi, s/d

Outra questão que se destaca nessa cartilha é a representação do indígena (Figura 23). Foi utilizada a representação historicamente construída. A esse respeito Salzano (2006), aponta que essa é uma das tendências, conservá-los no mesmo estágio cultural em que foram encontrados pela sociedade envolvente.



Figura 23 - O Índigena no imaginário popular – Capa da cartilha
Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi, s/d

Esses são alguns problemas encontrados nessa cartilha que leva a uma reflexão sobre a seriedade que é elaborar um material que pretenda levar algum conhecimento e diversão, principalmente ao público infantil. É preciso que ao elaborar as atividades, lembrar-se de que a apresentação das mesmas deve ser atraente. O excesso de informação e a falta de organização das imagens e dos diálogos tornaram a cartilha complexa e de difícil compreensão para as séries menores.

3.2.2 Geoarqueologia Pesquisa Científica Apresenta Educação Patrimonial: Vamos Descobrir o que é Arqueologia e sua Importância para o nosso Patrimônio Cultural?

A cartilha é uma produção da Geoarqueologia Pesquisa Científica Ltda. Uma empresa que presta serviços de Arqueologia nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Bahia.

A cartilha é apresentada por um arqueólogo chamado Caquinho, (nome inadequado, já que se trata de uma cartilha de educação) e descreve o cotidiano de uma comunidade indígena: mostrando como viviam e produziam seus instrumentos. Cita o tipo de cerâmica produzida pelo negro e relaciona ao sítio histórico edificações como igrejas, cemitérios, engenhos, caminhos, ruas, casas, senzalas, pátios e jardins. Também são mencionados os engenhos de açúcar, o engenho de farinha.

No entanto, essas informações não estão associadas a uma região ou a uma comunidade específica. Os indígenas são tratados como se houvesse apenas uma nação. Além da figura do indígena ser estereotipada (figura 24).

Finalizando são dadas algumas orientações sobre o IPHAN, o que é Arqueologia; o que fazer quando encontrar um sítio arqueológico e algumas recomendações ao se visitar um sítio arqueológico.

As atividades lúdicas, labirinto, cruzadinhas, desenho para colorir, ligar as colunas, caça-palavras, identificar os objetos, são acompanhadas de textos pequenos com linguagem clara apropriada para crianças das séries iniciais e desenhos que além de ilustrar os textos, podem ser utilizados como atividade para colorir.

Em relação ao patrimônio da localidade, a cartilha traz indicações de locais em que se encontram arte rupestre (ilha de Campeche, no costão do santinho –Florianópolis- e na serra no município de Urubici).

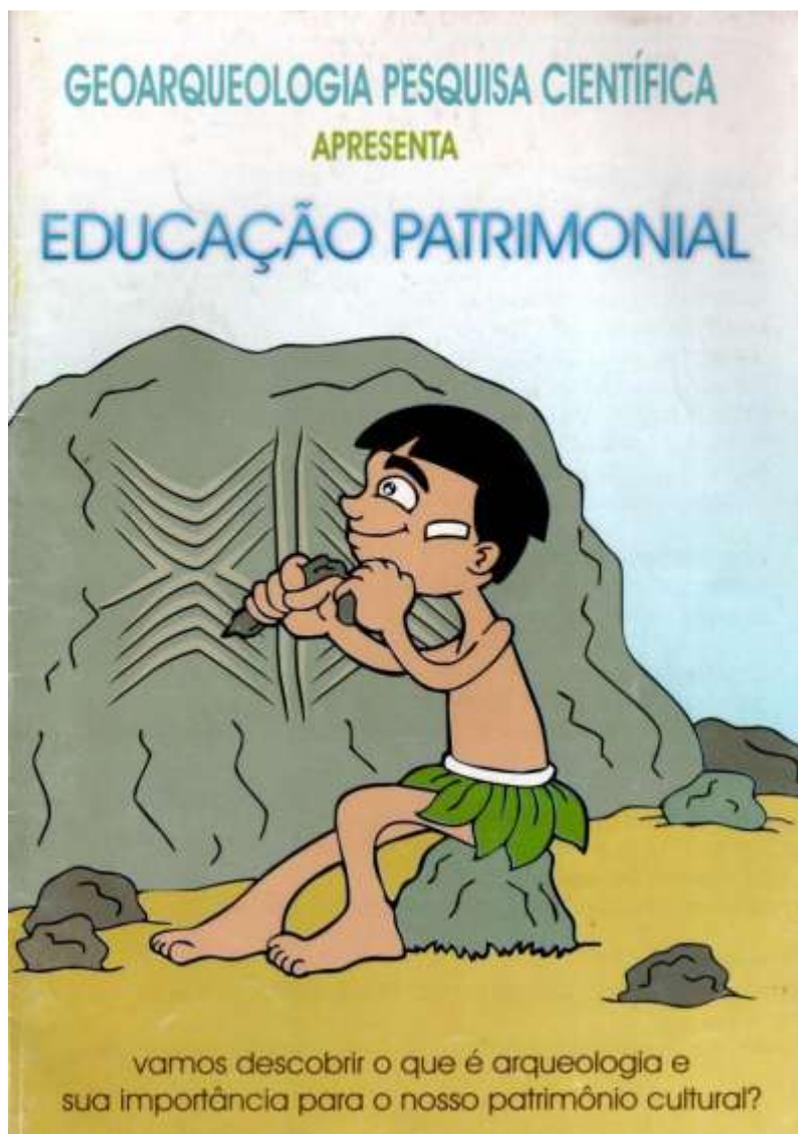


Figura 24 - Apresentação do indígena. Capa da Cartilha.
Fonte: Geoarqueologia Pesquisa Científica Ltda, s/d.

3.2.3 Aprendendo Arqueologia

A cartilha é apresentada por um menino indígena, um negro e um branco. Os temas abordados na cartilha são noções sobre Arqueologia, patrimônio cultural, atividade do arqueólogo e cultura brasileira. A maior parte da cartilha é dedicada aos indígenas. São descritas formas de habitação, de sepultamento, de indústria (cerâmica e lítica) e a pintura rupestre. Para o negro é dedicada uma página fazendo uma breve referência aos

quilombos e a construção em taipa. O patrimônio associado ao branco são construções de igrejas, casas do período colonial. E finalizando, são dadas algumas recomendações sobre os cuidados que devem ser tomados com os sítios arqueológicos e algumas informações sobre o IPHAN.

As atividades lúdicas nela inseridas são: jogo dos sete erros, cruzadinha, labirinto, caça palavras, ligar os pontinhos e colorir. Uma novidade dessa cartilha é o que chamaram de jogo das camadas. É feito um desenho de um corte estratigráfico com seis camadas. Deverão ser assinalados os objetos que aparecem na camada mais antiga.

Apesar da boa elaboração dos textos e das atividades, os assuntos são tratados de forma generalizada, deixando um vazio, se for levado em consideração que uma das funções da Educação Patrimonial *é possibilitar aos indivíduos apropriar-se e a valorizar sua herança cultural* (Horta, 1999).

O que chama a atenção nessa cartilha são as ideologias presentes, a começar com os personagens escolhidos para apresentá-la e como estão caracterizados. O índio de cocar, rosto pintado, arco e flecha na mão, um pano na cintura e descalço enquanto o branco está vestido de blusa, calça, meia e tênis e o negro blusa, bermuda, meias e tênis (figura 25). Percebe-se que o destaque será a questão de raças, já que essas são representações historicamente utilizadas em livros didáticos e outros meios de comunicação para marcar as diferenças raciais.

Apesar de lembrar inicialmente que o Brasil é habitado por diferentes povos, a cartilha continua utilizando a velha distinção de indígenas, negros e brancos.

Na cena da pescaria (figura 26), é interessante indagar porque só o branco não consegue pescar. Que ideologias, ou preconceitos poderiam estar por trás dessa inocente visão. Pode-se perceber pelo menos duas: a falta de habilidade, visto que negros e indígenas estiveram à disposição realizando os trabalhos para os brancos, assim não há necessidade do branco aprender a pescar, já que pode adquirir o produto do trabalho de outros. Outra visão é o preconceito contra os loiros que são a todo tempo ridicularizados em piadas e brincadeiras pejorativas.

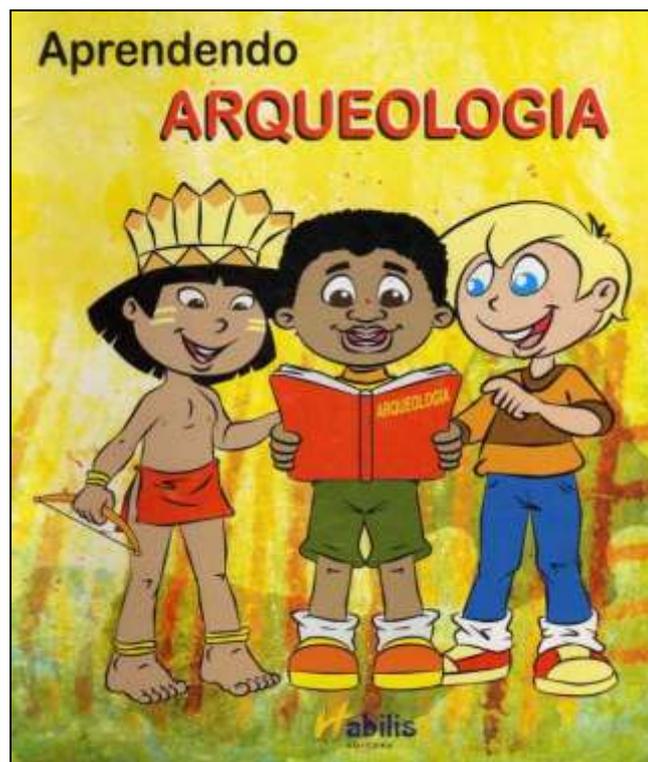


Figura 25 - Aprendendo Arqueologia. Capa da cartilha.
Erechim Habilis, 2007

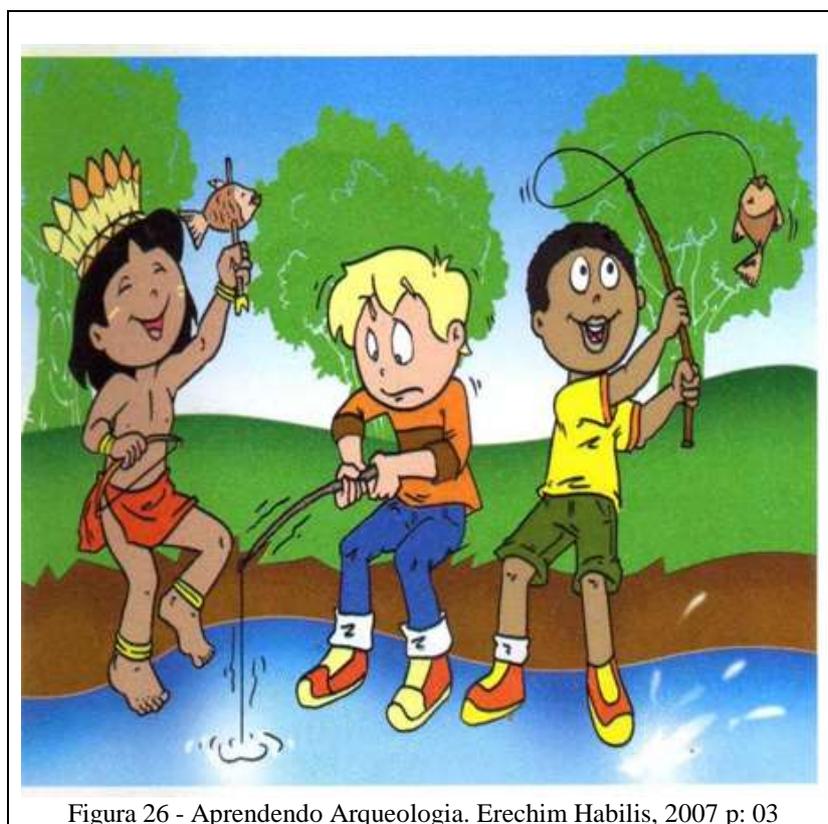


Figura 26 - Aprendendo Arqueologia. Erechim Habilis, 2007 p: 03

Outra questão que pode ser levantada, a partir da análise dessa cartilha, é a preocupação em mostrar a convivência harmoniosa entre as raças (Figura. 27). O Brasil é tido como uma democracia racial, lugar em que, brancos, negros e índios convivem pacificamente sem discriminações. Esse discurso vem desde a colonização, motivado pela intensa miscigenação. É, entretanto, a partir de 1930 que a ideia adquire suporte científico com a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2002). Esse conceito continua sendo passado através dos meios de comunicação, da educação e de instituições que têm o poder de manipulação na sociedade, e está tão arraigado nas mentes que as pessoas aceitam-no sem contestar ou confrontar com situações concretas.



Figura 27 - Aprendendo Arqueologia. Erechim Habilis, 2007– p. 16

Assim, como ficou demonstrado, mesmo que não se tenha a intenção de perpetuar conceitos como esse, eles são tão presentes na formação cultural e intelectual que acabam sendo difundidos em imagens aparentemente inocentes, transformando-se em instrumento de manutenção dessas ideias.

3.2.4 Xingó: Uma Aventura Arqueológica no Sertão

Produzida pelo Museu Arqueologia de Xingó, a cartilha traz como tema os primeiros habitantes da região do vale do São Francisco.

Percebem-se três objetivos nessa cartilha: primeiro apresentar o Museu Arqueológico do Xingó; segundo remeter o leitor ao ambiente, em tempos remotos, do que hoje é Canindé de São Francisco, na região do vale do rio São Francisco, esclarecendo como viviam seus habitantes, modo de vida, habilidades e comunicação; e a terceiro informar sobre artefatos líticos, cerâmicos, arte rupestre, restos faunísticos, enterramento e do que se pode descobrir através do estudo dos esqueletos.

Observa-se que a cartilha aborda os resultados de pesquisas realizadas na região, as ilustrações são relacionadas com o acervo do MAX, retratando os ambientes reproduzidos no museu. Esse é o ponto positivo da cartilha.

Porém, a cartilha é uma das que tem a apresentação mais problemática. Primeiro as cores não se harmonizam, a ilustração em cores fortes é colocada por trás do texto dificultando em alguns trechos a visualização do que está escrito, com isso comprometendo a leitura e a compreensão. Algumas cenas são confusas como é o caso das cenas que coloca todas as ações, desde fabricação de cerâmica, oficina lítica, pesca, preparo de alimento, pintura rupestre num mesmo ambiente (figura 28). E a figura representativa dos primeiros habitantes, remete a que o europeu faz do homem primitivo.

Outro problema detectado é o texto ultrapassar a página, com isso muitas palavras são cortadas tornando a leitura difícil.

Em fim, não é um material atraente, e como a cartilha é destinada a crianças deveria ser uma leitura agradável. Para que uma leitura se torne agradável tudo concorre: o tipo de fonte, as imagens, sua disposição e o tipo de linguagem utilizada.

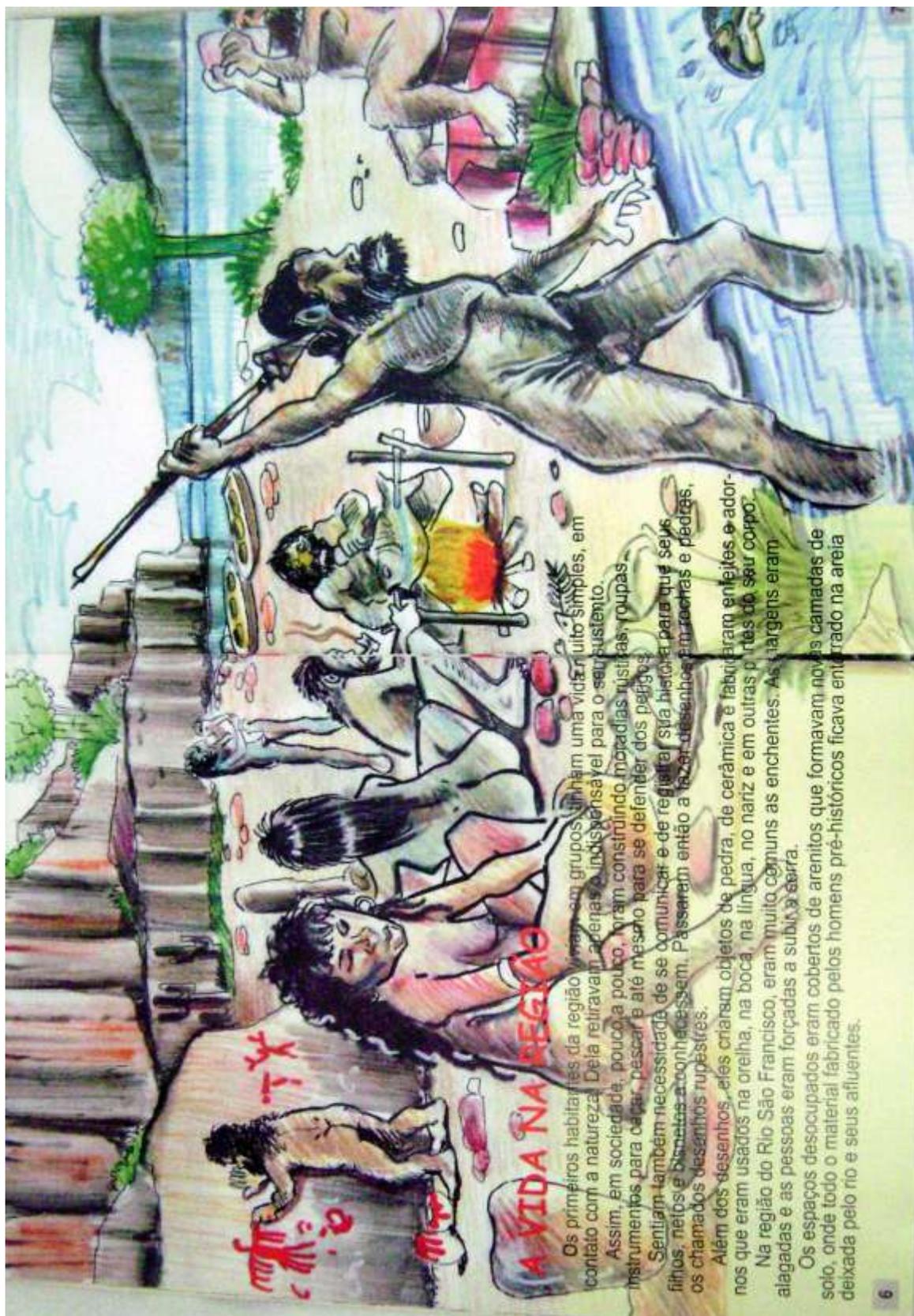


Figura 28 - Representação do cotidiano dos primeiros habitantes da região do Vale do São Francisco, p. 6-7. Fonte: Xingó: uma aventura Arqueológica no Sertão. UFS/MAX, s/d

3.3 Cadernos

Foram chamados de cadernos, livros direcionados aos professores com o intuito de instruí-los a cerca das pesquisas arqueológicas, fornecendo, além de informações básicas sobre o universo das pesquisas arqueológicas, sugestões de atividades para serem desenvolvidas com alunos.

A seguir, serão analisados dois cadernos: o primeiro produzido na Bahia, sobre o patrimônio arqueológico da Bahia; e o segundo produzido em Santa Catarina, desenvolvido para os professores dos municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul.

3.3.1 Caderno de Educação Patrimonial Arqueológico da Bahia: Material Didático para Professores do Ensino Fundamental e Médio

Este caderno, inicialmente, destaca que o objetivo da elaboração era atender aos professores com informações básicas sobre os principais conceitos arqueológicos, as pesquisas desenvolvidas no Estado da Bahia, e disponibilizar formas interativas de aproximar os alunos dos conhecimentos arqueológicos, incentivando a reflexão sobre os temas do passado e o significado para as populações do presente.

O caderno integra o programa de Educação Patrimonial inerentes aos projetos de Arqueologia por contrato. Dividido em dez capítulos, abrange temas gerais da Arqueologia, conceitos, metodologias da pesquisa arqueológica e explora as diversas pesquisas realizadas na Bahia.

Os três primeiros capítulos discorrem sobre o conceito de patrimônio geral e patrimônio arqueológico, conceitos de arqueologia, sitio arqueológico, apresentam os tipos de vestígios, relatam os procedimentos da pesquisa arqueológica, das etapas de trabalhos de campo tais como: o levantamento arqueológico, o registro e a escavação, e dos trabalhos de laboratórios: limpeza, controle, análise e acondicionamento.

No quarto é feito um panorama arqueológico da Bahia, abordando alguns tipos de sítios arqueológicos e grupos que ocuparam o território, enquadrando-os em tradições.

Do quinto ao nono, a preocupação é apresentar a legislação arqueológica, discutir formas de destruição e proteção dos sítios arqueológicos; listar algumas questões sobre a importância da preservação dos sítios arqueológicos, salientando que não há como recuperar as informações perdidas. O que acarreta na perda de uma parte da memória cultural. Também orienta sobre as formas de conhecer mais sobre o patrimônio arqueológico: através de visita a museus arqueológicos, leitura, indicação de algumas bibliografias para professores e outras para alunos do ensino fundamental e médio e também alguns sites. Além de indicar como contribuir para a preservação do patrimônio arqueológico.

O décimo capítulo é dedicado a sugestões de atividades a serem desenvolvidas com alunos em sala de aula. São oficinas que possibilitam interação e reflexão sobre a pesquisa arqueológica e, principalmente, a construção do conhecimento a cerca dos trabalhos de campo (oficina I), trabalhos de laboratório (oficina III) e das coleções existentes nos museus (oficina XI).

Como a proposta desse caderno é habilitar professores para lidar com questões referentes ao patrimônio arqueológico, percebe-se que os assuntos abordados dão embasamento para o entendimento do universo arqueológico e, adequando a linguagem ao nível dos alunos, é possível a sua utilização na tarefa de conscientizá-los. As sugestões de atividades são executáveis, mostrando que o caderno é capaz de capacitar professores e promover, através da comunidade escolar, um despertar quanto à responsabilidade, aos direitos e aos deveres de cada cidadão para com o patrimônio arqueológico. No entanto, o caderno peca na ilustração, que “invade” os textos e está distribuída de forma desordenada. Peca também pelo excesso de informação repetida desnecessariamente.

3.3.2 Patrimônio Arqueológico: Para Conhecer e Conservar - Material Didático para Professores dos Municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul

Parte integrante do subprojeto de Educação Projeto de Levantamento Arqueológico na faixa de servidão da Linha de Transmissão de 230 kv Joinville – São Francisco do Sul, SC (circuitos I e II), desenvolvido pela Scientia Ambiental e pela Empresa Transmissora de Energia Elétrica do sul do Brasil – ELETROSUL.

Esse caderno procura mostrar através da pesquisa arqueológica a história das populações indígenas anterior ao contato com o colonizador. O caderno pode ser dividido em quatro partes.

A primeira trata de questões gerais sobre a pesquisa arqueológica, tais como: o que é o patrimônio arqueológico, os conceitos básicos de arqueologia, os procedimentos da pesquisa e tipos de sítios. A segunda faz um panorama das pesquisas realizadas no litoral norte de Santa Catarina e os tipos de sítios da região. A terceira traz a legislação arqueológica e sugestões de como preservar e conservar o patrimônio arqueológico. E a quarta é composta por sugestões de atividades que o professor pode desenvolver tanto em sala de aula como fora dela. No caderno foram utilizadas fotografias provenientes dessas pesquisas para ilustrar todo o material.

O quadro abaixo resume os pontos positivos e os pontos negativos observados nas cartilhas e cadernos

Cartilha	Ponto Positivo	Ponto Negativo
Uma Visita ao Sítio Arqueológico	Apresentação das pesquisas arqueológicas realizadas na localidade; Inclusão da figura feminina (arqueóloga, professora, alunas); Inclusão do glossário.	Muita informação; Muitos balões em um mesmo quadrinho; Linguagem inadequada para criança; Utilização de muitos termos técnicos; Falta de organização das imagens e das falas Representação estereotipada do indígena. Cruzadinha extensa contendo 21 perguntas; Caça-palavras sem enunciado ou indicação de que palavras devam ser encontradas; As palavras estão em todas as direções;
Geoarqueologia Pesquisa Científica Apresenta Educação Patrimonial: Vamos Descobrir o que é	As ilustrações podem ser utilizadas como atividade de colorir; Indica os locais em que	Utilização de apelidos (o nome do arqueólogo Caquinho); Os antepassados são apresentados dissociados de uma região ou comunidade

Arqueologia e sua Importância para o nosso Patrimônio Cultural?	foram encontradas arte rupestre;	específica; Representação estereotipada do indígena.
Aprendendo Arqueologia	Linguagem simples e de fácil compreensão; Atividades simples, bem elaboradas;	Não relaciona as pesquisas arqueológicas à localidade; Utilização da distinção branco negro e indígena; Cenas apresentadas podem suscitar ideologias e preconceitos raciais;
Xingó: Uma Aventura Arqueológica no Sertão	Traz os resultados das pesquisas na região; Ilustrações relacionadas a ambientes reproduzidos no MAX.	As cores não são harmoniosas; A distribuição do texto ultrapassando páginas cortando palavras; A ilustração por trás do texto dificultando a leitura; A representação de todas as ações (pesca, preparo de alimento, fabricação de cerâmica, fabricação de lítico, pintura rupestre) em um mesmo ambiente.
Caderno de Educação Patrimonial Arqueológico da Bahia: Material Didático para Professores do Ensino Fundamental e Médio	Deixa claro para quem o material é direcionado; Fotografias provenientes de pesquisas locais ilustram o material; Sugestões de oficinas.	Textos explicativos “poluem” o visual
Patrimônio Arqueológico: Para Conhecer e Conservar - Material Didático para Professores dos Municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul	Deixa claro para quem o material é direcionado Fotografias provenientes de pesquisas locais ilustram o material. Sugestões de oficinas.	Textos explicativos “poluem” o visual

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO NÚCLEO DE ENSINO E PESQUISA ARQUEOLÓGICO/ NEPA/UFAL

No capítulo anterior, foi apresentado o modo como algumas instituições tem realizado a Educação Patrimonial, percebem-se acertos e erros que devem ser observados para nortear trabalhos futuros. Nesse universo o Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico da UFAL também tem progredido e amadurecido em suas ações de Educação Patrimonial. No início, centrada na comunidade acadêmica, em seguida abre-se ao diálogo com a comunidade circunvizinha aos sítios pesquisados, promovendo exposições. O passo seguinte foi alcançar a comunidade escolar dessas localidades com palestras, seminários, oficinas e exposições. Os últimos trabalhos realizados, a comunidade foi convidada a integrar a equipe de educação patrimonial como monitores na exposição. Essas ações visam habilitar a comunidade para que possa decidir sobre o destino do que pode ser considerado patrimônio local.

O objetivo deste capítulo é relatar a trajetória dos trabalhos de Educação Patrimonial desenvolvidas pelo NEPA bem como a preocupação em tornar a Educação Patrimonial algo relevante para a sociedade.

4.1 Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico

4.1.1 Histórico

O Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico – NEPA foi registrado como grupo de pesquisa da UFAL/CNPQ no ano de 2003. Nesses oito anos, o NEPA tem se empenhado em desenvolver pesquisas arqueológicas na região da zona da mata alagoana, com a preocupação de preservar o patrimônio arqueológico dessa região. Para isso, têm

sido desenvolvidas as ações de educação patrimonial que procuram envolver pesquisadores, autoridades municipais, comunidade escolar e demais segmentos da comunidade.

O primeiro trabalho de educação patrimonial realizado pelo NEPA foi a exposição Projeto “A Fortificação Holandesa ‘Costa Brava’ Exposição Museológica” (figura 29), realizada no município de Paripueira, AL, no período de carnaval de 2003. Essa exposição possibilitou o contato da comunidade de Paripueira com seu patrimônio arqueológico composto de artefatos provenientes de uma fortificação holandesa. Como a cidade não comporta um museu os artefatos continuam sob a guarda da UFAL.



Figura 29 - Comunidade da cidade de Paripueira/ AL visitando a exposição. Fonte: NEPA

Em 2006, em virtude do projeto de delimitação do sítio Patacho, inicia-se o programa Educação Patrimonial em Porto de Pedras, AL, feito em duas etapas: a primeira conscientizando a população e as autoridades locais sobre a importância do trabalho arqueológico para o conhecimento da história local. A segunda, acompanhando os trabalhos de campo para levar o conhecimento adquirido à comunidade. Os primeiros trabalhos de educação patrimonial ocorreram no próprio sítio, por ser uma praia frequentada por banhistas, pescadores e moradores da redondeza. Foram realizadas visitas

as comunidades circunvizinhas ao sítio, promovendo palestras, entrevistas e conversas com frequentadores da praia, alertando-os sobre a importância de se preservar o sítio. Também foram feitas entrevistas com autoridades e palestras nas escolas.

Encerrando a campanha, todas as etapas do projeto desde os trabalhos de campo, os cartazes confeccionados pelos alunos, painel com fotos de antigos moradores do Patacho e trechos de seus depoimentos sobre a vida no arruado, foram mostradas em uma exposição acessível a toda comunidade (figura 30).



Figura 30-Alunos da cidade de Porto de Pedras/AL em visita à exposição arqueológica. Fonte: NEPA

Em Porto Calvo, o trabalho de Educação Patrimonial teve início conscientizando a população e as autoridades locais sobre a importância do trabalho arqueológico para o conhecimento da história local. Foram ministradas palestras para coordenadoras e professores das escolas públicas do município (figura 31). Durante as palestras constatou-se que muitos professores não tinham conhecimento sobre Arqueologia, isso fez com que, nas palestras fossem discutidos conceitos como bens culturais, patrimônio, tombamento e Arqueologia. Enfatizando a importância da preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

Nessas palestras, os participantes eram alertados que a retirada de artefatos é uma tarefa que deve ser desempenhada por arqueólogo, com técnicas apropriadas e para fins de pesquisa, pois, mesmo sendo pequenos cacos, os artefatos são de grande importância, uma vez que, em Arqueologia tudo é documento.

A foto da Igreja Nossa Senhora da Apresentação, prédio tombado, serviu para enfatizar a importância da preservação do patrimônio, a atuação do IPHAN e a participação da comunidade na preservação de seus bens culturais.

As fotos dos engenhos Escurial e Estaleiro foram utilizados para apresentar o projeto que visa o estudo arqueológico de populações africanas e afro-brasileiras em Alagoas no período colonial, com a intenção de resgatar a voz do negro na história alagoana em sua totalidade, nos espaços urbanos, nos engenhos e nos quilombos. Posteriormente, o programa de educação patrimonial foi retomado, desta vez trabalhando com a comunidade nos locais em que havia escavação com apresentação de teatro de fantoche para crianças.



Figura 31 - Palestra para professores, Porto Calvo –AL. Fonte: NEPA

A partir de 2007, a busca pelo conhecimento do que seja Arqueologia Pública, que muitas vezes é confundida com Educação Patrimonial, abriu novas perspectivas de ação.

Segundo (Montarroyos, 2009), Educação Patrimonial é um dos bens culturais gerados pela Arqueologia Pública assim como turismo; identidade social e memória pública.

Em 2010, surge o Projeto ANARAPE que visa o resgate e salvamento de alguns sítios arqueológicos nos municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo.

Uma forma de preservar esses sítios é esclarecer a população sobre a importância da pesquisa arqueológica para o resgate de sua história. Por isso, escolas foram visitadas; palestras e oficinas foram ministradas a alunos, a professores, a coordenadores e a diretores; e exposições foram abertas para o público em geral. Todas essas ações foram realizadas num esforço de tornar o patrimônio conhecido pela comunidade. Tendo em vista que as pesquisas arqueológicas revelam um passado do qual a comunidade não tinha conhecimento, espera-se que a partir do momento que a comunidade perceba sua importância sinta-se motivada a preservá-lo.

Em Penedo, a palestra foi ministrada a alunos universitários na Faculdade Raimundo Marinho. O mesmo ocorreu na Universidade Estadual de Alagoas/ UNEAL em Arapiraca. Palestras, exposição e oficinas foram oferecidas aos alunos desta unidade de ensino possibilitando, dessa forma, um contato mais direto com os trabalhos realizados pelos arqueólogos do NEPA.

A oficina demonstra o trabalho de campo. Os alunos foram levados ao pátio interno da Universidade onde, no dia anterior, havia sido montado um sítio cerâmico,⁶ desta forma, os alunos puderam participar de uma simulação das atividades realizadas em campo, desde a prospecção visual, preparação de unidades de escavação até o registro dos dados (figura 32).

⁶ Com fragmentos de cerâmicas atuais.



Figura 32 - Alunos em oficina delimitando área a ser escavada.
Fonte: NEPA

Em Anadia, as atividades de Educação Patrimonial começaram com reuniões com o Secretário da Educação do município, Secretário de Finanças e com o Assessor para promoções de eventos da cidade. Objetivando promover uma integração maior da comunidade local com as pesquisas realizadas na cidade.

Além das Palestras nas escolas, foram realizados cursos de capacitação com os coordenadores da rede municipal de ensino (Figura 33) e com alunos que voluntariamente aceitaram participar de uma capacitação para atuarem como monitores durante a exposição. Esse curso teria uma parte teórica, realizada em um espaço cedido por uma escola em Anadia e uma oficina de limpeza e catalogação de artefatos no laboratório do NEPA que fica Universidade Federal de Alagoas em Maceió.

No curso de capacitação com os coordenadores, cada participante recebeu um kit contendo textos referentes a noções sobre a Arqueologia, as etapas do trabalho de campo, laboratório, sugestões de oficinas para alunos, um texto informativo sobre a pesquisa realizada nos sítios Maia e São Pedro, um jogo de memória que poderá ser trabalhado com crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental e uma série de fotografias referentes às pesquisas desenvolvidas no município que poderão ser utilizadas de diversas maneiras como por exemplos na formação de quebra-cabeças.

O objetivo dessa capacitação foi proporcionar aos formando um conhecimento introdutório sobre a Arqueologia, suas técnicas de campo e de laboratório; um breve histórico dos resultados das pesquisas realizadas nos sítios Maia e São Pedro e com isso demonstrar a importância da pesquisa arqueológica para o conhecimento da história local e de como pode ser utilizada para o desenvolvimento turístico, social, cultural e econômico da cidade.



Figura 33 – Coordenadoras e diretoras participando do curso de capacitação Fonte: NEPA

Vinte e um alunos do Ensino Fundamental, Médio e Superior participaram dessa etapa da capacitação (figura 34). A capacitação dos monitores ocorreu em duas etapas: uma teórica e outra prática. Na etapa teórica foram utilizados textos sobre a Arqueologia e as etapas da pesquisa arqueológica. Na abertura, foi utilizado o texto “Lixo”, de Fernando Veríssimo. A partir do texto, discutiu-se que a cultura material descartada pode revelar o modo de vida de quem a utilizou e que essa cultura material é o objeto de estudo da Arqueologia. A mesma apresentação utilizada na capacitação dos orientadores foi utilizada na capacitação dos monitores já que eles precisariam de um conhecimento mais aprofundado para orientar os visitantes da exposição.



Figura 34 - Etapa teórica da formação de monitores. Fonte: NEPA

Na etapa prática, os alunos foram levados ao NEPA. No acervo do NEPA, entram em contato com artefatos resultados de escavações em outras cidades de Alagoas, como da Serra da Barriga em União dos Palmares, Paripueira, Porto Calvo, Penedo e Arapiraca (figura 35). Os alunos também participaram dos processos de limpeza (figura 36) e processamento dos artefatos. Observaram como é feita a marcação dos artefatos e preencheram o catálogo que registra todas as informações a cerca dos artefatos. Dessa forma, praticaram o que tinham aprendido por meio dos textos. Com as informações teóricas e práticas, os alunos estavam aptos a atuar como monitores na exposição.



Figura 35 - Monitores observando artefatos arqueológicos no armazém do NEPA. Fonte: NEPA



Figura 36 - Monitores aprendendo a fazer limpeza em artefatos cerâmicos. Fonte: NEPA

Nesse projeto foram realizadas duas exposições, uma no mês de maio, durante o período das escavações e outra no mês de julho marcando o encerramento das pesquisas realizadas nos municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo. Durante o desenrolar da pesquisa, a sociedade foi informada através de palestras nas escolas, de visitas nos locais da escavação por moradores da localidade, reuniões com autoridades, exposições e divulgação na mídia local e de circulação no estado. Todas essas ações foram realizadas por se entender que quanto mais informada estiver a sociedade, mais interesse terá em preservar seu patrimônio.

Na primeira exposição, com as escavações em andamento, foram montadas demonstrações das etapas do trabalho no laboratório: limpeza de artefatos, marcação, catalogação e reconstituição. Numa área reservada, diversos equipamentos utilizados nas pesquisas de campo foram apresentados ao público. Também foram expostos os artefatos líticos e cerâmicos advindos das escavações nos sítios Maia e São Pedro, e a Urna Funerária. Nessa exposição, a comunidade de Anadia também pôde ter contado com as pesquisas realizadas em outras cidades de Alagoas através de banners. Um painel fotográfico trazia ao conhecimento da população uma coleção de machados encontrados em Anadia e entregue ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas⁷, fotografias das etapas de trabalho e de campo; de laboratório; de artefatos que não estavam expostos; das urnas funerárias expostas no Museu Xucurus em Palmeira dos Índios/AL e das palestras realizadas nas escolas.

Na segunda exposição, foram montados expositores de material lítico contendo machados polidos, facas, percutores, raspadores, pilões, mão de pilão, lascas e núcleos. Expositores de material cerâmico simples, grafitado e decorado, borda reforçada, pedaços de cachimbos, e a urna funerária encontrada no Sítio Maia. Um painel fotográfico; uma mesa apresentando as etapas do trabalho de limpeza e processamento dos artefatos em laboratório, com artefatos nas diversas fases do processo, bem como os materiais utilizados para esse fim; e uma maquete de uma unidade de escavação, com uma parte escavada mostrando a estratigrafia da área. Na unidade havia cacos de artefatos⁸ enterrados, alguns visíveis na superfície, para que o visitante entendesse o que acontece em uma escavação. Constavam, nesse expositor, alguns dos materiais utilizados em campo (figura 37).

⁷ Em 1912 o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas recebeu a coleção Padre Eloy Brandão com 18 instrumentos líticos, a maioria machados de pedra.

⁸ Comprados e quebrados para esse fim.



Figura 37 - Maquete de uma unidade de escavação. Fonte: NEPA

Um diferencial nessa exposição foi a participação dos monitores, que atuaram de forma responsável e comprometida com a veracidade das informações, buscando compreender o universo arqueológico para transmiti-lo aos visitantes (figura.38).



Figura 38- Monitor explicando o processo de limpeza do artefato cerâmico. Fonte: NEPA

Como os Sítios apresentavam uma grande quantidade de artefatos líticos, o arqueólogo Waldimir Leite Neto (figura 39), especialista em artefato lítico, ministrou uma aula para os monitores sobre material lítico.



Figura 39 - Arqueólogo Waldimir Leite Neto ministrando aula sobre material lítico
Fonte: NEPA

Nesse projeto a comunidade teve uma participação maior. Isso se deu por ter sido convidada a atuar. O fato de pedir a colaboração de monitores fez com que os adolescentes que participaram do evento se empenhassem em entender o universo da Arqueologia, preocupando-se mais com o destino dos artefatos e com a história de seu município, que como ficou comprovado é ocupado a mais de 800 anos AP.

Em todas as ações descritas acima, o contato constante com as autoridades possibilitou a sensibilização para a necessidade de ações que divulgassem os resultados das pesquisas. Esse apoio foi fundamental para o êxito da proposta apresentada.

No capítulo seguinte, serão relatados os procedimentos para a coleta de dados na comunidade de União dos Palmares e as ações desenvolvidas que serviram de reflexão para o programa proposto nessa dissertação.

CAPÍTULO V

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM UNIÃO DOS PALMARES - AL

Antes de apresentar a proposta de educação patrimonial desenvolvida para o Centro Arqueológico Palmarino, é importante delimitar os principais elementos ou variáveis estudadas que criaram uma base para esta proposta.

Segundo Bruno (1998), o primeiro elemento é o tema, ou seja, o que será trabalhado. Para isso, conhecer o público é essencial e a relevância do tema deve ser pesquisada e refletida.

O segundo elemento a ser delimitado são os objetos/coisas/fenômenos que serão trabalhados, determinando o número de itens a serem utilizados e a relação estabelecida entre eles.

Outro elemento, a ser delimitado de forma mais aprofundada, é o público ao qual será destinado o programa de educação patrimonial para a criação de um programa que melhor se adeque a esse público. Outro ponto é pensar a preparação prévia do público para que, durante a aplicação das atividades, conseguir ter um bom aproveitamento.

Após todas essas etapas é necessário refletir como será realizada a atividade educativa.

Seguindo os elementos expostos por Bruno (1998), determinou-se, primeiramente, conhecer o público através de aplicação de questionário, entrevistas e conversas. Após esses primeiros contatos, duas palestras foram ministradas: uma para os moradores da Serra da Barriga e outra direcionada a comunidade escolar do turno noturno da Rede Municipal de Ensino da cidade de União dos Palmares. Além das entrevistas e das palestras, uma oficina arqueológica com carga horária de 12 horas foi oferecida a quarenta jovens. Totalizando, 569 pessoas foram envolvidas nesse processo.

Dessa forma, foi atingido um público de diversas faixas etárias, e níveis culturais diferenciados o que possibilitou conhecer a relação dessa comunidade com o seu

patrimônio. Essas ações mostraram que uma parte significativa da comunidade local desconhecia o valor do bem arqueológico. Apesar da intensa divulgação da Serra como lugar importante para um momento da História, para grande parte da população de União dos Palmares, a história da Serra da Barriga continua uma incógnita. Esse distanciamento, foi percebido durante anos em que as tentativas de envolver a população nas atividades relacionadas à Serra da Barriga, eram bem aceita por visitantes, mas a população local se colocava à margem.

Esse distanciamento, possivelmente, está relacionado à forma como se dão as relações raciais nessa comunidade. A Serra da Barriga, por ser considerada lugar de negros, deixa de ser incorporada como parte importante do patrimônio local e passa a ser vista como algo exterior, indiferente, portanto, aos anseios e ao orgulho da comunidade. Como lembra Funari (1996), uma prática comum tem sido ensinar as pessoas a desprezar índios, negros, mestiços, pobres, a si e os seus antepassados. Como o patrimônio é a expressão materializada das marcas do passado, cuida-se também de apagá-lo.

Por outro lado, observa-se que a valorização da Serra, pelas autoridades nacionais, pesquisadores e o reconhecimento internacional se deu exatamente por ela ser considerada um lugar de negros, mais precisamente por ter sido o mais importante local de resistência contra a escravidão na América. Desse fato decorre outra questão: o apagamento de outras etnias que a habitaram, como é o caso da ocupação indígena cujas evidências arqueológicas apontam ter sido intensa, no entanto, essas evidências são ignoradas por aqueles que insistem em apregoar a Serra unicamente por seu passado palmarino.

Buscando um plano de ação para atuar nessas questões, foi proposta, por Allen, a criação do Centro Arqueológico Palmarino para tornar acessível à população de União dos Palmares e a seus visitantes, os resultados das pesquisas arqueológicas na região. Ficando sob a incumbência da autora dessa dissertação, elaborar um programa de educação patrimonial que atendesse essa comunidade. Para elaborar o programa, foram observadas as tendências da arqueologia pública, optando-se por baseá-lo na vivência, nos conflitos e nas necessidades da sociedade palmarina. Para alcançar esse objetivo foi fundamental ouvir a comunidade. Através de questionários, entrevistas e conversas com diversos segmentos da população, pôde-se obter informações valiosas a cerca da visão

que a população tem da Arqueologia, da história da cidade e da Serra da Barriga, bem como a relação dessa população com o patrimônio cultural e arqueológico local.

Essa constatação possibilitou a reflexão de que ações imediatistas não provocariam a comunidade e conseqüentemente, não mudariam seu comportamento diante do patrimônio arqueológico. Essa mudança só viria se houvesse o envolvimento da população na preservação do patrimônio arqueológico, apontado como indispensável desde 1931, com a Carta de Atenas e depois reforçado com a carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio arqueológico que resalta a necessidade de prover o público geral de informações acerca do patrimônio, salientando que as especificidades locais devem ser respeitadas (ICAHM, 1990).

Assim, munida dessas informações, em abril de 2008, teve início a pesquisa de campo com a comunidade de União dos Palmares para testar a hipótese de que o distanciamento da sociedade de União dos Palmares com relação Serra da Barriga se dava pelo fato dela ser considerada pela população local, como lugar de negros. Como o maior referencial do povo negro é a escravidão e a humilhação, chegando até ser amplamente divulgada e aceita historicamente a incapacidade do negro, suspeita-se que esse seja uma das razões dessa indiferença. Para obter as respostas, foram utilizados questionários, entrevistas e a pesquisa da história oral⁹. Esse material serviu como base para o desenvolvimento de um programa de educação permanente, cuja pretensão é possibilitar a população sentir-se parte do processo e elemento essencial, não apenas receptora, mas produtora de conhecimento.

Como a proposta dessa dissertação é apresentar um programa de educação patrimonial que não despreze o saber da comunidade, optou-se por seguir o modelo que Holtorf aponta como modelo Democrático. Como já foi descrito no corpo do trabalho, é uma alternativa que promove a valorização igualitária do conhecimento, partindo da premissa de que todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos e podem ser estimuladas a se relacionarem com a Arqueologia.

⁹ Entende-se por testemunho oral, o testemunho transmitido de uma geração a outra, em que os fenômenos e os eventos da vida cotidiana são explicados e justificados na narrativa. Essa narrativa é um ato de comunicação, na qual a palavra representa um valor vital nas relações humanas, fundamentalmente por ser um mecanismo de preservação e sabedoria dos seus antepassados. Rememorar é colocar o mundo em ordem e a partir de então se situar nesse universo.

Uma forma de conhecer as intencionalidades e o conhecimento de um povo é ouvi-lo. Assim, por meio de questionários, de conversas e de entrevistas obteve-se um material interessante que revelou o grau de conhecimento da comunidade sobre o patrimônio arqueológico e a importância que lhe é atribuída. O quadro abaixo mostra os grupos selecionados e os objetivos a serem alcançados com a pesquisa.

GRUPOS SELECIONADOS

1. **Comunidade escolar** (alunos, professores, coordenadores, diretores de escolas públicas e particulares) Objetivo: saber se a história local e a Arqueologia na Serra da Barriga são temas discutidos nas escolas do município e se são vistas como algo importante para o desenvolvimento social, econômico e cultural da cidade.
2. **Autoridades:** Secretários da Cultura, Educação, Turismo. Objetivo: verificar o interesse e o envolvimento das autoridades nas pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga, suas expectativas a cerca dos resultados e as políticas para o desenvolvimento econômico e social da cidade vinculado à atuação das pesquisas arqueológicas, à implantação do Centro Arqueológico Palmarino e ao Programa de Educação Patrimonial nele desenvolvido.
3. **Moradores da cidade de União dos Palmares.** Objetivo: descobrir o envolvimento da população local com o patrimônio local, as pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga e, que relação há entre os diversos grupos étnicos.
4. **Moradores da Serra da Barriga.** Saber se essa comunidade teve algum contato com pesquisas arqueológicas, as histórias a respeito da Serra da Barriga que povoam o imaginário dessa comunidade.

5.1 Aplicação de Questionários – Comunidade Escolar

Em fevereiro de 2008, iniciou-se a pesquisa na comunidade de União dos Palmares aplicando o questionário na comunidade escolar. Nesse período, quatorze escolas foram visitadas: nove da rede municipal nas zonas urbana e rural, três da rede estadual e duas da rede particular. As escolas visitadas têm em média novecentos alunos.

A proposta inicial era aplicar os questionários em metade das escolas antes da inauguração do Centro Arqueológico Palmarino. Com os questionários pretendia-se constatar o grau de conhecimento da comunidade sobre a Arqueologia e o envolvimento da mesma com o patrimônio. Outra aplicação seria feita após a inauguração do Centro para verificar as mudanças de comportamento da comunidade em relação os temas propostos. Porém, como o Centro até o presente não foi inaugurado, foi necessário

redirecionar os objetivos da dissertação e ter como resultado a formulação do Programa de Educação Patrimonial do Centro Arqueológico Palmarino. Por isso a escolha de quatorze escolas.

Os questionários foram aplicados aos alunos do quinto ao nono ano do Ensino Fundamental, do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio e uma turma do quarto ano do Curso Normal¹⁰. No total, duzentos e oitenta e sete alunos responderam ao questionário (Figura 40). Receberam também o questionário para responder setenta professores, quarenta e dois coordenadores e quatorze diretores. Desses, devolveram-no devidamente respondido, dezenove professores, seis coordenadores e cinco diretores. Apesar de ter feito uma distinção de questionário de acordo com a função do entrevistado, as perguntas eram as mesmas.

Apesar da receptividade dos diretores e da boa vontade dos professores em cederem parte de suas aulas para a aplicação dos questionários, houve dificuldades devido ao regime de funcionamento das escolas. A primeira ideia era aplicá-los com cinco alunos de cada série, mas em algumas escolas a direção pediu que fosse aplicado com as turmas que estavam sem aula, em outras para não atrapalhar o andamento das aulas era cedida apenas uma turma.



Figura 40 - Alunos do Curso Normal respondendo o questionário. Fonte: NEPA

¹⁰ Curso de formação de professores

Outra dificuldade foi o turno de funcionamento das turmas pretendidas. Nas escolas municipais, essas séries só funcionavam no período vespertino, o que tornou o trabalho mais lento. Porém, a principal dificuldade foi a resistência de professores, coordenadores e diretores em responder o questionário, alegando não fazer as atividades questionadas ou de não terem tempo para respondê-lo, mesmo tendo sido estipulado um mês para recolhê-los.

No questionário, as perguntas foram direcionadas para saber a relação das escolas com o patrimônio cultural, de que forma esse patrimônio entrava nas atividades propostas aos alunos. Para isso foram utilizadas as seguintes perguntas:

A escola oferece atividades culturais? Sim () Não ()
Que tipo de atividades culturais a escola oferece? (aberta)
Quais os patrimônios culturais de União dos Palmares? (aberta)

Inicialmente, verificou-se, nas respostas dadas, um distanciamento entre a escola e o patrimônio. Como mostra o gráfico (Gráfico 01), dentre as atividades culturais apenas 5% dos que responderam ao questionário informaram que a escola levava os alunos para visitar o patrimônio histórico. Ao serem perguntados sobre os patrimônios da cidade (Gráfico 02), a Serra da Barriga foi a mais citada, seguida da Casa do Poeta Jorge de Lima e o Museu Maria Mariá, apesar deste estar fechado a mais de sete anos. O fato da Serra ter sido citada por 45% dos entrevistados, é fruto da inclusão recente da disciplina Cultura Palmarina na grade curricular do município e do trabalho desenvolvida desde 2007 pela Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Turismo que leva a comunidade escolar a uma turnê pela cidade, incluindo a Serra da Barriga. Esse resultado demonstra que se houver ações que incentivem a população a conhecer seus bens culturais, essas ações serão bem aceitas e o resultado será um povo esclarecido, ciente de seus direitos e deveres com relação ao seu patrimônio e dessa forma, a preservação e conservação será uma consequência natural.

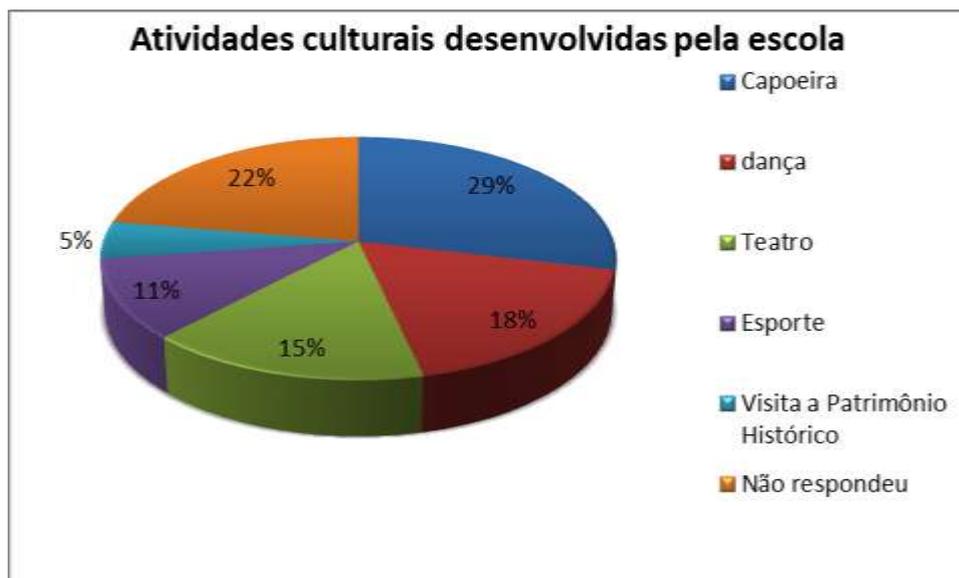


Gráfico 01 – Atividades culturais desenvolvidas pelas escolas

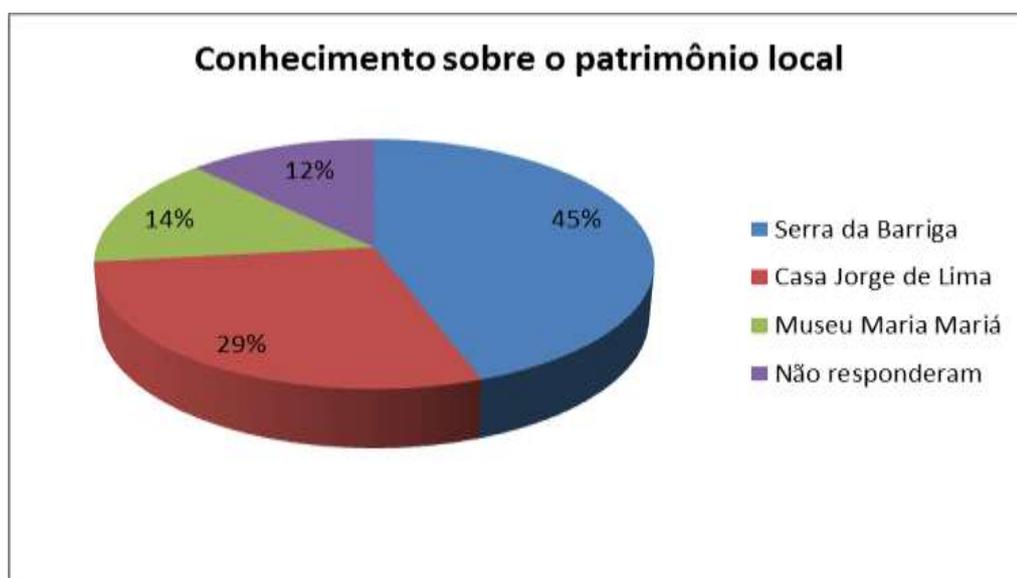


Gráfico 02- Conhecimento sobre o patrimônio local

Outro bloco de perguntas serviu para verificar se a comunidade escolar tinha o hábito de visitar os museus da cidade. Quando as respostas fossem afirmativas, qual o objetivo dessas visitas, e se havia uma preparação antes dessas visitas.

A escola levou os alunos para visitarem os museus da cidade? Sim () não ()
 Como você se comportou? não fui aos museus () interessei-me pelas coleções ()
 não me interessei pelas coleções () outras ()
 Houve atividades de preparação antes das visitas? (Aberta)

Os professores que levaram os alunos ao museu tinham como objetivo conhecer alguns fatos históricos do passado, saber mais a história da cidade, e como forma de

incentivá-los a valorizar e a integrar-se como parte da história da cidade. O museu é utilizado também como forma de diversificar o ambiente de aprendizagem colocando-os em contato com as transformações culturais.

Percebe-se que 59% dos entrevistados responderam que a escola não costuma levar os alunos ao museu (Gráfico 03).



Gráfico 03- Interação Escola-Museu

Os entrevistados relatam que as atividades de preparação para a ida aos museus são recomendações quanto à concentração na explicação do informante, não mexer nos objetos, pesquisas em fotografias e documentos a respeito do que iriam conhecer, palestras; 10% afirmaram que não houve nenhuma preparação antes de irem ao museu e 65% não responderam a questão (Gráfico 04).

Essa constatação revela a importância de uma preparação de professores e alunos antes de irem ao Centro Arqueológico Palmarino, direcionando a visita de modo que a cada visita possa ser explorado um tema, tornando-a mais proveitosa.



Gráfico 04- Atividade de preparação anterior à visita ao museu.

Sobre a Arqueologia, questionou-se se as pesquisas arqueológicas estavam sendo discutida em sala de aula, qual a importância a ela atribuída, se a Serra da Barriga fazia parte do roteiro de passeios culturais das escolas, qual o objetivo dessas idas quando elas ocorriam.

Já ouviu falar sobre arqueologia? Sim () Não ()

Ouviu falar sobre a Arqueologia: na escola () na TV () outros () _____

Tem conhecimento das pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga? Sim () .Não ()

De que forma tomou conhecimento?

Não tomei conhecimento () pela escola () pela TV () outros () _____

Outra questão importante de se conhecer é a visão dos entrevistados a cerca da pesquisa arqueológica e sua importância na produção do conhecimento da história local. Com relação a ter conhecimento sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Serra, 61% afirmaram não ter conhecimento; 33% tomaram conhecimento e 6% não responderam a essa questão (Gráfico 05).

Os entrevistados reconheceram a importância da pesquisa arqueológica para o conhecimento da história local, mas têm uma queixa: os achados não permaneciam na cidade e os moradores não tinham acesso a eles. Nessa questão, é notório o distanciamento entre escola e pesquisadores. No entanto, reconhecem a importância da Arqueologia para aproximar a história do presente com a do passado; para a reconstituição da história local, através de objetos recolhidos; e como forma de desmistificar a história dos quilombolas e contribuir para melhor conhecimento da

contribuição dos Palmares na história da sociedade brasileira. “A Arqueologia visa reconstruir as sociedades, histórias esquecidas ou desaparecidas através dos objetos recolhidos”.

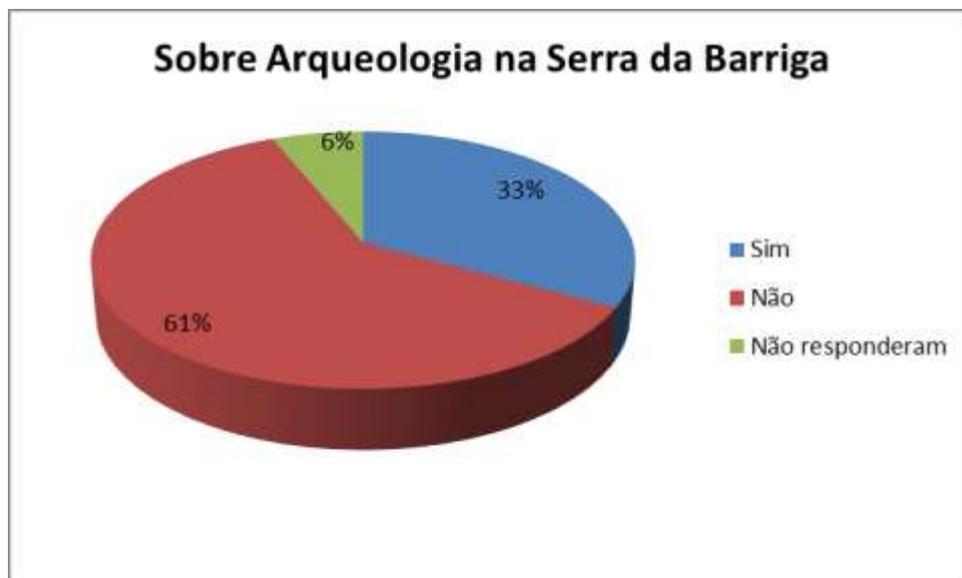


Gráfico 05 – Conhecimento sobre as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga

Com relação a ida à Serra pela escola 36% afirmaram já terem ido; 59% responderam que nunca foram à Serra levados pela escola e 5% não responderam (Gráfico 06).



Gráfico 06 – Escola faz excursão à Serra da Barriga

Algumas escolas levam os alunos à Serra, porém, com objetivo de conhecer o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, conhecer, resgatar e valorizar a história afro-

brasileira e suas conquistas realizadas no período da escravidão ou para analisar os aspectos paisagísticos e ambientais do local (Gráfico 07).

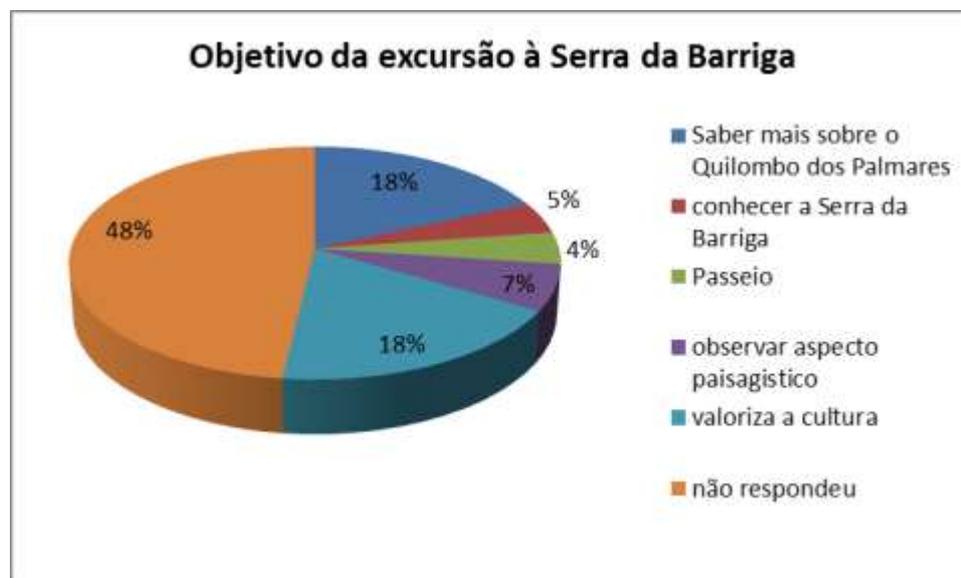


Gráfico 07 – Objetivo da excursão à Serra da Barriga

Outra questão importante é averiguar o que sabem Sobre a ocupação indígena. A pergunta foi a seguinte:

Fale o que sabe sobre a presença indígena na Serra da Barriga. (aberta)

As respostas apontam para um desconhecimento dessa questão (Gráfico 08). Apenas 23% responderam que havia indígena na Serra da Barriga, no entanto, mais uma vez, prevalece a versão do indígena unicamente como integrante do Quilombo. Apenas um professor citou a pesquisa arqueológica como reveladora da ocupação indígena na Serra da Barriga. “Em relação ao índio da Serra da Barriga, fizeram parte da formação sociocultural do Quilombo dos Palmares”. Essa crença é a única justificativa que a população encontra para a presença indígena na Serra.

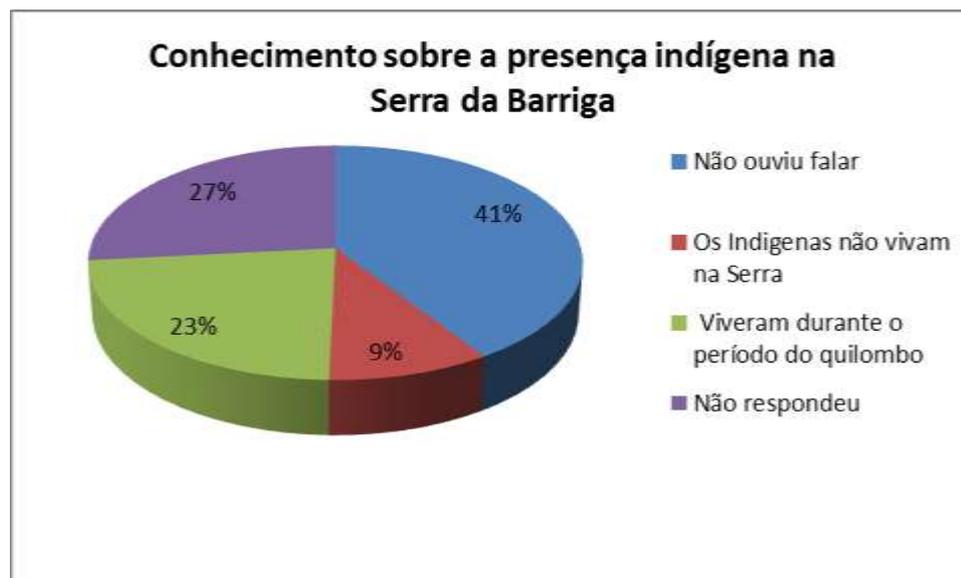


Gráfico 08 – Conhecimento sobre a presença indígena na Serra da Barriga

No último bloco as perguntas eram referentes à criação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga. O propósito era verificar se a criação do Parque interferiu na relação da escola com a Serra, para isso foram utilizadas as seguintes perguntas:

- Tomou conhecimento da Inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares? Sim () Não ()
 Considera a criação do Parque Importante? Sim () Não ()
 Por quê? (aberta)
 Nas aulas, a importância da criação do Parque tem sido discutida? Sim () Não ()

Ao falar sobre a importância da criação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Gráfico 09), foi destacada sua importância como instrumento de valorização da história do Município, além da contribuição para o desenvolvimento econômico da cidade. “Através das visitas podemos conhecer, resgatar e valorizar a história afro-brasileira e suas conquistas”. “O Parque além de tornar a Serra mais convidativa para visitação, amplia a atração turística e contribui para aumento da economia do município”.

No entanto, na pergunta: *nas as aulas, a importância da criação do Parque tem sido discutida?* Nas respostas dadas observa-se a dissociação do tema na escola. 69% responderam que não se discutia sobre a importância da criação do Parque Memorial, além disso, alguns alunos o confundiram com um parque de diversões.

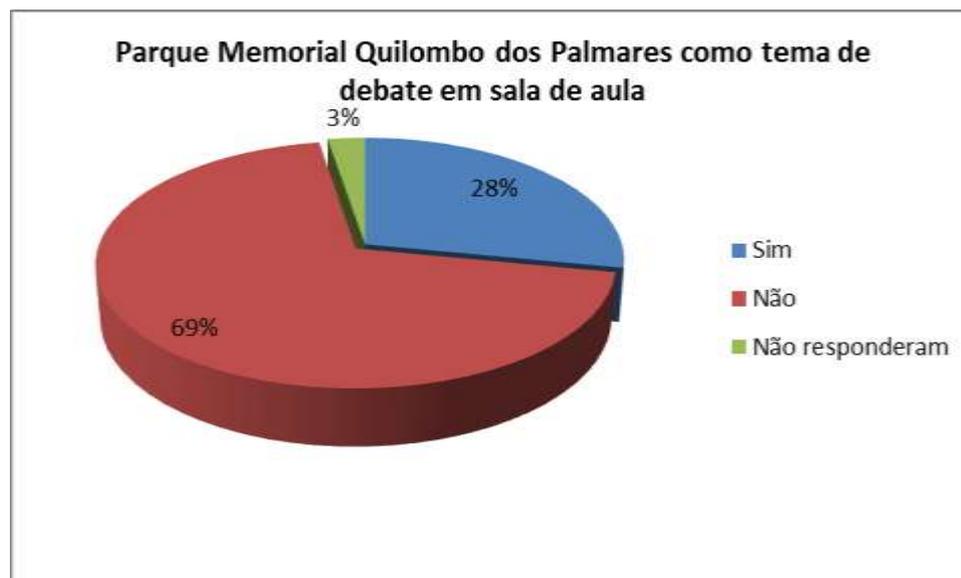


Gráfico 09 – Parque Memorial Quilombo dos Palmares como tema de debate em sala de aula.

Com a construção do Parque Memorial, as autoridades municipais deram mais atenção a Serra. A Secretaria de Educação, para valorizar os pontos turísticos da cidade e fazer conhecido o patrimônio cultural, elaborou um projeto em parceria com as Secretarias de Cultura e de Turismo para levar alunos da rede municipal a uma turnê pela cidade, incluindo no percurso a Serra da Barriga. Contudo, ao ser perguntado pelo objetivo das visitas, as respostas dos alunos apontaram para a observação da botânica; da fauna e para conhecer o local do Quilombo dos Palmares. 48% não responderam a pergunta, como pode ser observado no gráfico 07. Nenhuma referência foi feita às pesquisas arqueológicas no local, apesar de serem realizadas na localidade a quase duas décadas e amplamente divulgada através da rádio local, e na imprensa nacional.

Finalizando o questionário dos professores, coordenadores e diretores, procurou-se saber de que forma a escola poderia colaborar para o afloramento da identidade étnico-cultural dos alunos. Os entrevistados acreditam que através de palestras, mostrando a importância da cultura local, visitas ao Parque, projetos oriundos das secretarias e da participação e colaboração dos seus professores, trabalhando temáticas com respeito, tolerância e diversidade.

Esses questionamentos dão um panorama do envolvimento da escola com assuntos de extrema importância para a apropriação por parte da população de suas raízes.

Observa-se que há muito trabalho pela frente, já que há uma sólida crença, unicamente, na instalação do Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga. Pelas respostas obtidas nesse questionário, ficou claro que no primeiro momento de implantação do Programa de Educação Patrimonial do Centro Arqueológico Palmarino, faz-se necessário trabalhar os conceitos de patrimônio cultural e arqueológico, e investir na preparação das visitas ao Centro, já que é necessário despertar na comunidade um sentimento de afetividade, pois segundo o que ficou patente nessas respostas o patrimônio ainda é algo distante (ver Gráfico 01).

A necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas é uma tentativa de fortalecer a relação das pessoas com suas heranças culturais, conscientizando-as de sua responsabilidade pela valorização e preservação do patrimônio, fortalecendo, desta forma, a vivência real com a cidadania, num processo de inclusão social.

Ao retornar para recolher os questionários a coordenadora de uma das escolas envolvidas na pesquisa, em depoimento afirmou que esses questionamentos provocaram uma mudança de postura da escola.

Recebi uma entrevista, uma pesquisa de campo da estudante de Arqueologia e essa entrevista surtiu muito efeito, porque não tínhamos muito contato com a cultura de nossa cidade, por sermos uma escola particular, ainda não temos no nosso currículo a disciplina Cultura Palmarina, que é inserida nas escolas estaduais e municipais. E a partir desse contato, percebemos a necessidade de fazer com que nossos alunos tivessem contato, conhecessem um pouco da nossa cultura. Já demos início com algumas de nossas turmas a um City Tour e eles conheceram toda nossa cultura, porque o guia da nossa cidade contou a história todinha. Levou-nos para a entrada da cidade e contou toda a história da cidade. Falou dos nomes (da cidade), do Poeta Jorge de Lima, da professora Maria Mariá (...).

A partir desse trabalho, os nossos alunos passaram a ter mais conhecimento sobre a cultura da nossa cidade que eles não tinham tanto. Foi muito bom você ter vindo com essa pesquisa porque fez com que a gente abrisse mais o leque do conhecimento a respeito do nosso município.

Se apenas a aplicação do questionário foi capaz provocar os educadores, de modo que esses mudassem sua postura em relação à exploração da cultura local, espera-se que

com a abertura do Centro Arqueológico Palmarino, e a implantação do programa de educação patrimonial, essa necessidade de mudança seja uma constante.

Essa falta de integração com o patrimônio local também pôde ser observada nas entrevistas e conversas com moradores de União dos Palmares. Muitos sequer sabiam o que era patrimônio. E ao serem indagados sobre a Serra, a resposta mais frequente era “dizem que lá era o lugar dos negros”. Essa resposta acentua o distanciamento entre a comunidade e seu patrimônio.

5.2 Entrevistas com Moradores de União dos Palmares e da Serra da Barriga

Nos meses de maio, julho, setembro de 2008 e janeiro de 2009, iniciaram-se as entrevistas com autoridades locais o Secretário de Cultura, a Secretária de Turismo, a Secretária de Educação, o coordenador e gestor da Casa de Cultura Palmarina, colaboradores da Secretaria Municipal de Educação, assim como moradores da cidade e de povoados próximos. Essas entrevistas foram gravadas em áudio.

Para a entrevista com a comunidade de União dos Palmares foi elaborado o seguinte roteiro:

- Conhece a história de União dos Palmares? Sim () não ()
- Conhece o patrimônio cultural da cidade de União dos Palmares?
- Já visitou alguma vez os museus da cidade? Sim () não ()
- Percebe algum atrito gerado em função da raça?
- Como Percebe isso?
- Como a comunidade reage diante da manifestação da cultura negra?
- Já visitou a Serra da Barriga? Sim () não ()
- O que o levou a visitar a Serra da Barriga?
- Conhece alguma história sobre a Serra?
- Sabe se na Serra habitavam indígenas?
- Soube da construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares? Sim () não ()
- Acha importante a sua criação?
- Já ouviu falar em pesquisa arqueológica? () sim () não
- Tomou conhecimento das pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga?

Essa entrevista, composta de questões abertas e fechadas, contribuiu para se ter um panorama da comunidade de União dos Palmares, sua relação com o patrimônio local e o conhecimento que tem a respeito das pesquisas arqueológicas na localidade. As

entrevistas também contribuíram para perceber a expectativa das autoridades com relação ao resultado das pesquisas arqueológicas no município, da criação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga e do Centro de Cultura Palmarina no centro da cidade de União dos Palmares.

Através dessas entrevistas foi possível conhecer algumas histórias dos moradores de União dos Palmares sobre a Serra da Barriga e também estreitar relações com a comunidade. Muitas dessas informações têm sido valiosas pela riqueza de detalhes. Como diz McManamon (2000 apud ALMEIDA, 2003), através das entrevistas é possível conhecer as ideologias vigentes em determinadas comunidades e a partir desse conhecimento, desenvolver estratégias de trabalho com essas comunidades, apresentando a Arqueologia e as pesquisas de forma a desfazer equívocos. Com esse objetivo foram entrevistados moradores da cidade de União dos Palmares, da Serra da Barriga e seu entorno e autoridades. Representantes de algumas instituições também foram visitadas como a Associação de Idosos, o abrigo para idoso “Casa do Pobre” e a Associação dos Moradores do Povoado do Muquém.

Essa etapa da pesquisa teve início entrevistando os moradores da cidade de União dos Palmares. As primeiras perguntas foram referentes ao patrimônio local, se conheciam o patrimônio local, se o visitavam e quais eram eles. Com relação a se conheciam o gráfico abaixo mostra que 63% da população não conhecem o patrimônio local (Gráfico 10).

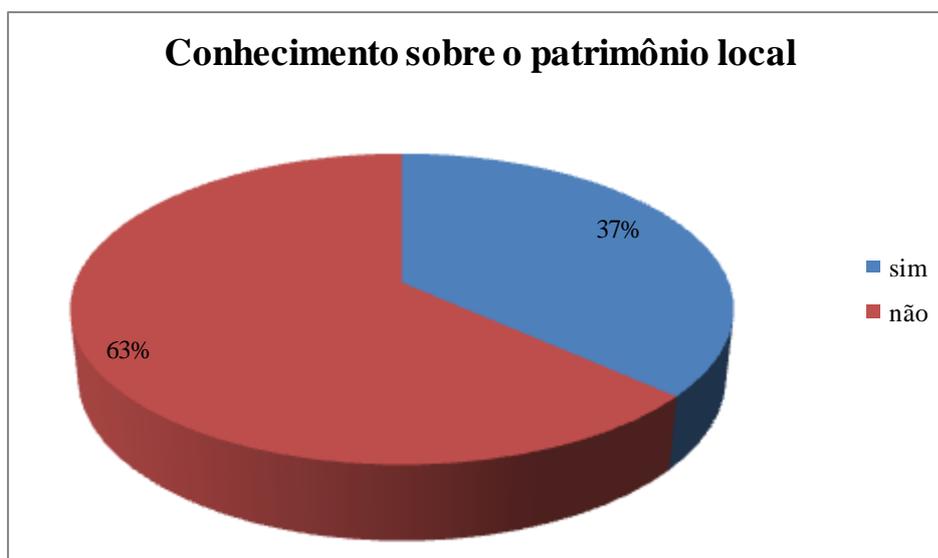


Gráfico 10 – Conhecimento sobre o patrimônio local

Dos que afirmaram conhecer o patrimônio, os mais citados foram a Casa do Poeta Jorge de Lima, provavelmente por sua localização, pois a Casa está situado no centro da cidade, bem no meio do local onde fica a feira livre da cidade e o museu Maria Mariá também localizado nas imediações da feira livre. Em terceiro foi citada a Serra da Barriga e por fim o povoado do Muquém (Gráfico 11)



Gráfico 11 – Citados como patrimônio local

Uma das questões apontada como possível causa do distanciamento entre moradores de União dos Palmares e a Serra da Barriga, foi o fato dela ser considerada lugar de negro. Em um depoimento uma das entrevistadas conta uma das histórias sobre a Serra que ouvia durante a infância.

As pessoas falavam pra mim coisas assim, como se eles (os moradores da Serra) não aceitassem... diziam: olha, Jaqueline, lá só tem negros. São muitos negros mesmo! São famílias. (...) você não encontra uma pessoa branca. Você não encontra pessoas de outra cor.

Eles não aceitam de maneira nenhuma pessoas de outra cor indo pra lá. Se for, eles pegam você... por último, prende. Aí, eu ficava com medo. A única coisa que eles diziam era que só aceitava gente de outros lugares, quando era comemorado o dia dos negros. E assim mesmo era aquela vigilância toda. Aí eu dizia: não vou, vou nada! (risos) Até os doze anos eu tinha essa ideia.

(...)

Às vezes eu fico pensando... será que existe ainda preconceito deles? Porque as pessoas diziam que o preconceito vinha deles mesmo.

(...)

Às vezes eu fico pensando sobre isso ... É um canto histórico, fala sobre o Zumbi, mas mudou bastante, um dia (risos) eu vou lá pra saber como é que tá.

(Trecho da entrevista de Juliana)

Outro depoimento toca na questão da resistência a cultura negra. O guia que acompanha os alunos no city tour, encontra muita resistência dos jovens quando vai tratar da religiosidade negra.

... quanto à criança não tem resistência. A resistência é dos jovens, quando começamos a explicar a matriz religiosa africana, eles têm um certo preconceito. Eles não têm conhecimento... de 30 a 40 ficam 25, 20... geralmente eles não procuram ouvir. Têm aquele preconceito... que as religiões de origem africanas só lidam com o mal.

(Trecho da entrevista do Guia da cidade de União dos Palmares)

Além desses depoimentos, que demonstram a concepção de algumas pessoas em relação a Serra e a cultura negra, 85% dos entrevistados revelam que percebiam algum atrito gerado em função da raça e 15% disseram que não há atritos (Gráfico 12). Os que responderam afirmativamente apontaram que perceberam essas manifestações no modo de tratar as pessoas negras, em agressão verbal na escola, na contratação para trabalhar, nas apresentações culturais do dia 20 de novembro.

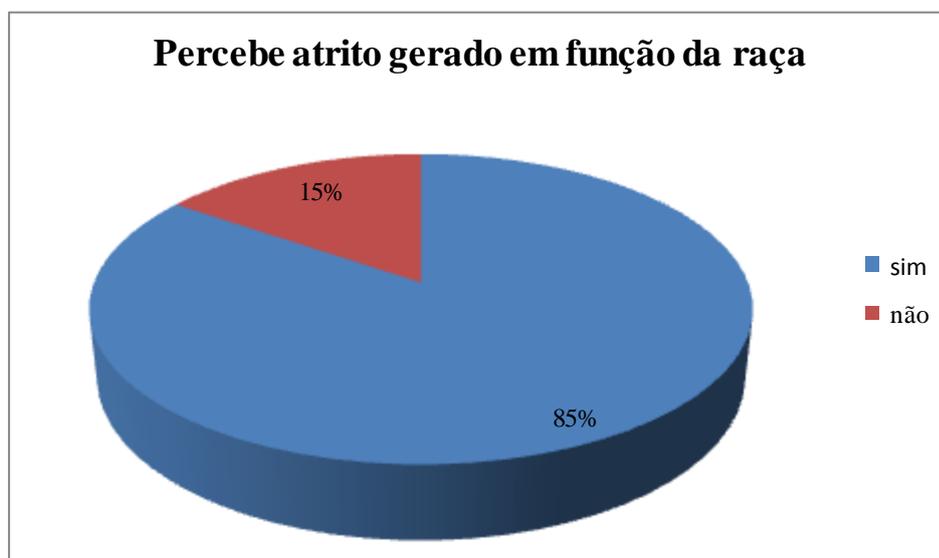


Gráfico 12 – Atrito gerado em função da raça

Ainda com relação à questão racial foi perguntado como a comunidade reagia diante da manifestação da cultura negra, as respostas foram variadas: os 15% que

responderam não haver atritos disseram que “a maioria respeita”, “gostam”, “é muito festejada, principalmente no dia 20 de novembro”. Já os 85% acham que “a comunidade não procura ter conhecimento”, “tem aceitação, mas há preconceito”, “não valorizam”.

As três questões seguintes se referem à Serra da Barriga. À pergunta se já visitou a Serra, conforme mostra o gráfico abaixo, 64% dos entrevistados nunca foram à Serra da Barriga e 36% já foram à Serra (gráfico 13). Para estes, o motivo que os levaram à Serra era desde o amor pela cultura afro até a curiosidade (Gráfico 14).

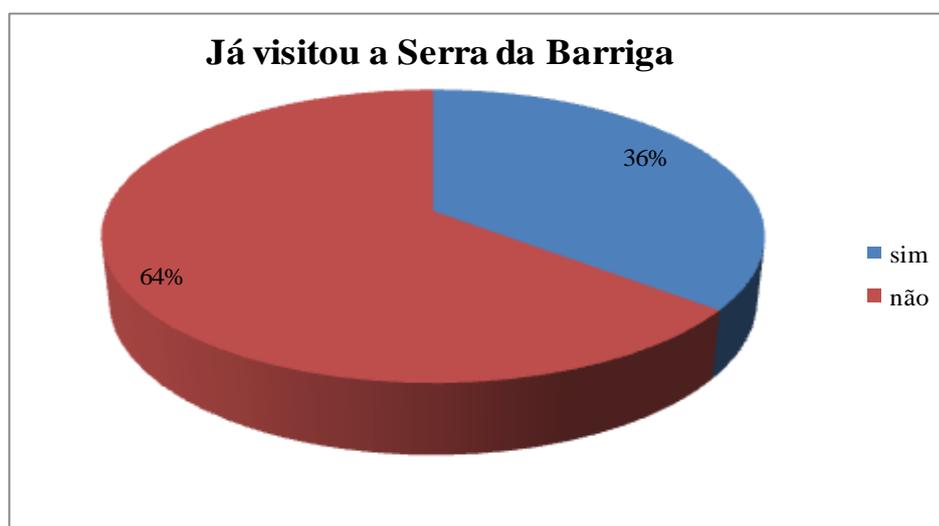


Gráfico 13 – Já visitou a Serra da Barriga

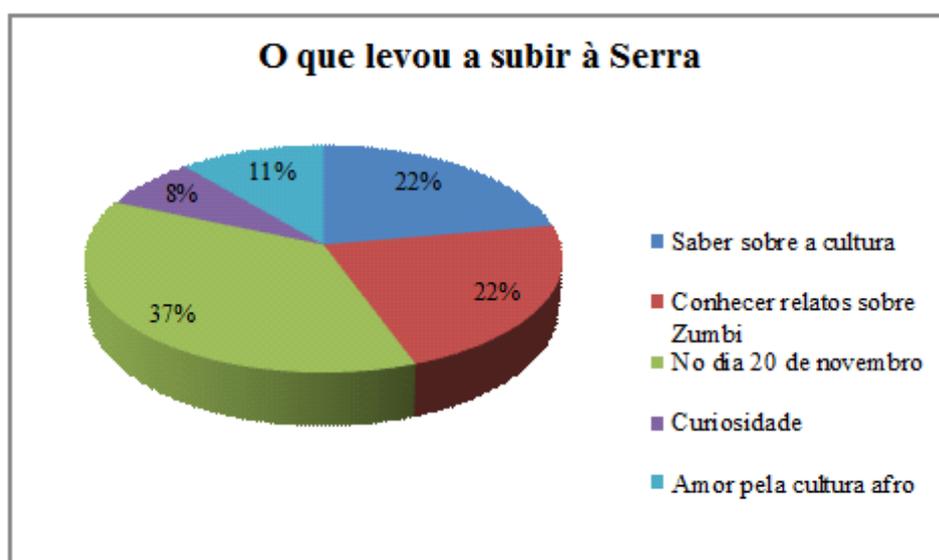


Gráfico 14 – O que levou a subir a Serra da Barriga

Com relação à presença indígena na Serra da Barriga as respostas apontam para um desconhecimento ou relaciona a presença indígena como parte integrante do Quilombo dos Palmares.

Também foi perguntado sobre a importância da criação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. 90% dos entrevistados responderam que tomaram conhecimento da construção do Parque e a importância que atribui a ele é que “com sua implantação a cidade iria receber mais turistas”, “valorizar a história de zumbi”, “conscientizar as pessoas sobre a luta de zumbi”.

No abrigo Casa dos Pobres, foram entrevistados senhores e senhoras que conheciam o passado da região. Lá reside o senhor Augusto que afirma ter morado na Serra da Barriga dos oito aos noventa e sete anos de idade. Hoje, afirma ter 109 anos. Ele afirma, inclusive, ser filho da sobrinha de Zumbi. Sr. Augusto conta muitas histórias sobre a Serra da Barriga. Uma delas afirma que aconteceu com ele:

A fruteira de lá é encantada. Achei um pé de laranja, dentro da mata, no verão, ...madura... eu fui, chupei laranja e peguei umas de laranja e butei num saco... no caminho, o saco novo, num sei como as laranja saiu, sumiu tudo de lá, sumiu do saco, tudinho...num sei como as laranja sumiu. Digo: “vou no pé de laranja pra pegá mai”, num achei mai o pé de laranja, nem a casca que eu deixei num vi mai, acabou tudo. Agora tem uma coisa...se o caba teimá, fica perdido, pra nunca mai vê o mundo.

(Trecho da entrevista do Sr. Augusto)

Outro senhor, o Sr. Gilson, (figura 44) morador do sopé da Serra, conta a origem do nome Serra da Barriga. Segundo ele, há muitos anos, a Serra era como um pomar. Tinha de tudo, qualquer pessoa que chegasse lá, saía de barriga cheia. Essa fartura fez com que as pessoas começassem a chamá-la de Serra da Barriga.

A Serra da Barriga também está envolvida numa áurea de encantamento. Sr. Gilson afirma que “*as pessoas tinham medo de subir a Serra porque era do Zumbi*” (trecho do depoimento de Sr. Gilson)

Os moradores também contam o que encontravam quando iam trabalhar na Serra.

...ninguém falava aqui existia esses nego antingamente. A gente ficava com uma dúvida por causa qui quando a gente ia trabaia lá na Serra, encontrava

cachimbo, encontrava caco de panela, encontrva, às vezes, até taco de ferro, a gente cavando ai encontrava assim, quando puxava... aqueles veigão de ferro, aquelas panela, era prato, daqueles prato de barro, nera. mãe?

Era caco de panela e prato de loiça, era de loiça, era aquelas panelona grossa aqueles pedaço, mais ninguém tinha ideia que pra frente ia se dá ni alguma coisa a gente não dava inportança.

Os prato era de loiça, umas loiça grossa, já as loiça de barro parece que era queimada no fogo, que era umas loiça e umas panelas bem feita, panelas de gogo, aquelas panelas.

Tinha muitas coisas, mai ninguém ligava por causo, ninguém. Se agente tivesse ideia...

Se pensasse que mai na frente... aqueles cachimbo, aqueles coisa... tinha guardado. Mai ninguém, a gente era tudo piqueno, como esse minino menor... Oxi! de que bixiga veio tu fazer aqui? Mai deixa que era desse tempo que viva os nego, acho que eles cunzinhava, nera? Dizem que eles correram ai que quando eles correram deixaram, abandonou tudu. Aí im cima é que conta. Mai isso ai tudo é o meu pai. Papai conta tudo, um bucado de coisa.

(Trecho da entrevista de José Santana e Maria José)



Figura 41 - Morador do sopé da Serra da Barriga. Fonte: NEPA

Entre os moradores da Serra, circulam diversas histórias. Os mais antigos afirmam que quando foram morar na Serra, arrendaram-na de um fazendeiro. Só por ocasião do tombamento, souberam que se tratava do Quilombo dos Palmares, no entanto, contam histórias sobre como os negros adquiriam gêneros de primeira necessidade que não eram produzidos na Serra.

Um lugar que suscita muitas histórias é a Lagoa dos Negros. Segundo alguns moradores, guarda um segredo, foi nela que os negros esconderam seus tesouros.

...quando nós chegou, os antigos, mai antigo do que a gente de 80, 90, 100 ano que morava aqui na Serra da Barriga. Erles dizia uma história assim: “oia, a lagoa, quando o povo viu a guerra com os negros da Serra que eles morreram tudinho. Antes deles morrer já sabia que não ia haver mai saivação pra erles, porque erles num queria ser mai cativo. E erles achou que queria que erles voltasse pro mermo tempo que eram cativero que erles já tavam aqui guardado, já corrido, num sei donde que vinha ... eles aqui já tavam certos ou vida ou morte, não queria ser mai escravo de ninguém”. E assim aconteceu.

Aí os mai veio, antigo, falava que a lagoa, ante derle morrer, o que erle tinha aqui de bom, de ouro. O ouro, não sei, disse que erle jogaro dentro da lagoa e começaro a cortar pau na mata, a cortar aqueles pau... pau bem horrive mermo, nesse tempo tinha pau bem grande mermo, aí amarrava de sipó de corda. 50, 100 negro amarrava aquele pau e arrastava de riba pra baixo, atirava dentro da lagoa e foro aterrando a lagoa só com aquele rolo de pau. Disse que eles fizeram...estivaro a lagoa assim... de rolo de pau.

Aí os mai veio contava essa história e a gente não acreditava, isso é conversa! E porque que erles fazia isso? Disse não, a história conta que erles despejaram o ouro na lagoa e fizeram o estivamento, dos pau, porque o povo que vinha a procura derle pro mode... já era a bem disso, pra vê se erle tinha essa grande fortuna aqui, ai erle jogaram dentro da lagoa.

Então a gente não acreditava não, que quando o prefeito fez a limpeza da lagoa, que tiraram toda lama pra fora, foi, pau de trezentos anos, os pau foi muito grande que erle jogaro, então, deu no estivamento das maderas, tinha dentro da lagoa, aquele estivamento falso. Aquela maderas mai fraca tinha se acabado, mai o bronze do miolo dentro da maderas tava prefeito, tava se estivado, não a lagoa toda uma parte da lagoa...ninguém sabe o que foi que erle guardaro dentro da lagoa...

Daí, da vez que fizeram essa limpeza, era a vê se achava esse ouro que tinha dentro da lagoa, mai só que ali, naquela lagoa, ela tem canto tem profundeza, acolá com quaje dois metro de fundura. Agora, ali embaixo, tudo é pedra. Aquela lagoa todinha embaixo do forro é pedra, agora tem altos e baixo, ali tem canto com um metro dá na pedra, acolá mai de um metro, prá colá tem mai profundeza. Mai ali é um lajero só a lagoa.

A história das maderas, se for contar... é verdadeira, era que nem uma história de trancoso, porque era uma coisa que ninguém acreditava, mai no fim da história...num foi uma história ...era verdadeira mermo... porque tinha maderas feito estivamento na lagoa. Agora só tinha lá as estacas... chega lá tinha feito a limpeza geral, deixa toda água aí achava, mai o que que tinha lá? Só podia valer mermo se fosse ouro, né? Mai outra coisa que erle tinha botado lá não valia mai nada, já tinha se acabado. Agora, o ouro se achasse valia tanto do dinheiro...

(Trecho da entrevista com o Sr. Cícero Antônio dos Santos, Morador da serra da Barriga)

Outros moradores contaram a mesma história a respeito do estivamento da lagoa dos negros. Muitos afirmam que trabalharam na obra de limpeza da lagoa. Mesmo afirmando que não tinham conhecimento de que se tratava do Quilombo, eles contam que as pessoas mais velhas da localidade falavam sempre em acontecimentos do tempo do Quilombo dos Palmares.

Uma das histórias ligadas à lagoa e ao tesouro do Zumbi é a de uma serpente gigante dourada e com uma coroa na cabeça que aparece e desaparece nas águas da lagoa. Quem conseguir tirar a coroa da cabeça dela fica rico porque a serpente é guardiã do tesouro de Zumbi.

Com relação à ocupação indígena, as respostas são sempre as mesmas, ninguém tem conhecimento. As panelas, cachimbos e outros objetos encontrados, são relacionados pelos moradores aos negros.

No povoado de Muquém, de descendentes quilombolas, foram entrevistadas a presidente da Associação dos Moradores e Dona Marinalva (figura 45), uma artesã que relatara como se deu a formação do povoado. Segundo D. Marinalva, o povoado começou com alguns negros fugidos do Quilombo. D. Marinalva falou também do processo de fabricação de cerâmica que ela continua executando da mesma forma que aprendeu com seus antepassados.



Figura 42 - Artesã do povoado Muquém fabricando cerâmica. Fonte: NEPA

Sobre a arqueologia, os entrevistados pouco sabiam. Os que moravam na Serra falavam da visão que tinham quando encontravam a equipe escavando. Nos primeiros contatos havia a desconfiança, por causa da história sobre o tesouro do Zumbi. Achavam que os arqueólogos estavam à procura do tesouro. Com o passar do tempo, começaram a entender a importância da pesquisa arqueológica e a colaborar, indicando locais em que tinham visto alguma anormalidade no solo, ou onde tinham encontrado materiais arqueológicos.

5.3 Visitas de Turistas às Escavações

Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2009, foram realizadas escavações no sítio dos Teto e no sítio Serra da Barriga. Durante os dias em que os trabalhos foram realizados, vários grupos de turistas se aproximaram, interessados em conhecer a dinâmica de uma pesquisa arqueológica.

Os turistas chegavam para conhecer a Serra, impulsionados pela história do Quilombo dos Palmares. Ao se depararem com um grupo de pesquisadores, muitos se aproximavam com a expectativa de que a pesquisa tivesse revelado dados que confirmassem a história já conhecida. As perguntas mais frequentes eram relacionadas à história do Quilombo. Eles se mostravam surpresos ao tomar conhecimento que a pesquisa até o momento só revelara ocupação indígena.

As escavações também chamaram a atenção dos moradores, principalmente das crianças e adolescentes (figura 43) que estavam sempre circulando, algumas vezes acompanhadas por turistas.



Figura 43 - Adolescentes observando a escavação no sítio Serra da Barriga. Fonte: NEPA

5.4 Palestra para Alunos e Professores da Rede Estadual e Municipal de Ensino de União dos Palmares

No mês de abril de 2009, a Secretaria de Cultura do Municipal de União dos Palmares realizou um ciclo de palestras para alunos e professores das Redes Municipal e Estadual de Ensino. Entre os temas abordados estava a pesquisa arqueológica na Serra da Barriga (figura 44). O objetivo da palestra era estabelecer um diálogo com a comunidade sobre os resultados das pesquisas realizadas na Serra da Barriga.

Nessa palestra, foram mostrados, de forma sucinta, alguns conceitos básicos sobre arqueologia de modo que os participantes pudessem entender como se dá a pesquisa arqueológica e daí poderem inferir-lhe importância. Também foram mostradas algumas leis de preservação dos sítios arqueológicos, e os cuidados que se devem ter ao visitá-los. Além disso, foram mostradas fotografias das etapas da pesquisa arqueológica e dos artefatos encontrados na Serra da Barriga desde as primeiras pesquisas realizadas por Orser e Funari em 1992 e 1993, como os machados, até a última realizada no período de janeiro e fevereiro de 2009.

Toda pesquisa arqueológica gera grande expectativa nos pesquisadores, nos financiadores e na comunidade em que está inserido o sítio. Porém, nem sempre os resultados obtidos são aqueles esperados. Essa situação tem sido vivenciada na Serra da Barriga, quando a expectativa de todos se volta para a revelação do Quilombo dos Palmares, a pesquisa mostra que havia na Serra uma intensa ocupação indígena anterior ao Quilombo. Essa descoberta tem trazido certo desconforto. Há uma dificuldade em aceitar os artefatos como sendo de procedência indígena, já que para muitos, e o que é largamente divulgado, inclusive nos livros didáticos, a Serra era um reduto de negros e as outras etnias eram vistas apenas como agregadas ao Quilombo. E isso foi colocado por alguns participantes que indagavam como ficariam suas cabeças já que por tanto tempo foram ensinados que a Serra era conhecida como o reduto de negros e agora ela é apresentada com uma ocupação indígena.

Essas indagações demonstram que as palestras e as entrevistas feitas na comunidade têm surtido efeito, já que fomentam o debate dessas questões antes tidas como verdades absolutas, abrindo, desta forma, espaço para se entender a Serra da Barriga como um local multivocal. É essa consciência que precisa ser despertada na população.

Alguns dias após a palestra, uma das professoras que esteve presente ao evento comentou como foi importante para ela, perceber a Serra numa outra perspectiva.



Figura 44 - Palestra para professores e alunos da Rede Municipal de Ensino de União dos Palmares. Fonte: NEPA

5.5 Palestra para Moradores da Serra da Barriga

A Serra da Barriga é habitada por alguns núcleos familiares a mais de 40 anos. Atualmente residem à Serra 17 famílias. Essas famílias sobrevivem do cultivo da terra, da caça e constroem suas casas com material retirado da mata. Com o tombamento da Serra da Barriga surgiu um grave problema: por se tratar de uma área de preservação, os moradores foram impedidos de abrir novas frentes de cultivo e de retirar madeira e palha da mata para reparar suas casas. Sentindo-se lesados, os moradores se uniram para buscar solução para o caso. Os moradores afirmam, que por diversas vezes, foram ameaçados de serem retirados do local. Com a criação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares a situação se agravou, pois a fiscalização ficou mais intensa. Eles reclamam de que já não têm como garantir a sobrevivência.

Pensando em obter condições dignas de se manterem no local que escolheram para viver, mesmo antes de saberem de seu valor histórico, os moradores solicitaram uma reunião com o presidente da Fundação Palmares que os atendeu. Nessa reunião, o presidente deixou claro, que sua intenção era resolver a questão da melhor forma possível, tanto para os moradores quanto para o Parque. Para isso, sugeriu aos moradores que listassem suas necessidades mais urgentes. Documentadas as reivindicações poder-se-ia buscar meios de solucioná-las.

Para discutir essas questões, os moradores se reuniram para listar os problemas. A partir dessa listagem, foi produzido um documento para ser entregue ao Presidente da Fundação. Nessa reunião, houve dois momentos; o primeiro já descrito a cima e o segundo em que os moradores participam de uma palestra sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga, já que a maior parte deles acompanhava as pesquisas a distância.

Nessa palestra, buscou-se, primeiramente, extrair dos participantes o que entendiam sobre a pesquisa arqueológica e que significância atribuíam a ela. O Sr. Zequinha, filho de um dos moradores mais antigo da Serra, falou um pouco da trajetória de seu pai e citou a criação do Centro Arqueológico Palmarino, reconheceu a importância dessa criação para toda a comunidade e solicitou aos presentes a colaboração na

montagem do Centro. O Sr. Severino, falou de sua experiência e da experiência de seu pai como trabalhadores nas escavações realizadas na Serra.

Só a partir das respostas foi explicada a importância dessa pesquisa na Serra e quais tinham sido os resultados adquiridos até o momento. Através de fotografias (figura 45) os moradores tiveram contato com alguns artefatos encontrados na Serra. No entanto, é difícil falar sobre a importância dessa localidade para o entendimento da história local quando os moradores se sentem ameaçados justamente por ela ter adquirido uma repercussão de tamanha proporção.

Contudo, foi possível perceber que os moradores presentes se mostravam interessados em conhecer os artefatos e as informações dessa história que só a Arqueologia tem condições de revelar.



Figura 45 – Moradores da Serra da Barriga observando fotografias de artefatos encontrados no sítio Serra da Barriga

5.6 Oficina

Nos dias 31 de março e 01 de abril de 2009, foi realizada a oficina sobre a Arqueologia da Serra da Barriga. Evento cujo objetivo era munir os alunos do curso de

formação de turismo promovido pela Fundação Palmares, de informações a respeito das pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga.

A oficina foi dividida em quatro momentos. O primeiro (figura 46) constou de uma parte teórica, já que, no início da oficina os participantes relataram não ter conhecimento sobre as pesquisas arqueológicas na Serra.

A oficina começou com a leitura do texto de Fernando Veríssimo, “O Lixo”, para que os participantes percebessem como os objetos descartados podem revelar hábitos, comportamentos e relações sociais de quem os utilizou. Após a leitura e discussão do texto, foi perguntado à turma que relação poderia haver entre o texto lido e o trabalho do arqueólogo; o que já sabiam a respeito das pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga e a importância que atribuíam à pesquisa arqueológica. Poucos conseguiram responder a esses questionamentos.

Após essa sondagem, foram mostrados em slides alguns conceitos básicos sobre arqueologia, pesquisa arqueológica, sítio arqueológico, contexto, vestígios, artefatos. Também foram esclarecidos os temas tombamento e bem cultural e arqueológico.



Figura 46 - Alunos do Curso de Formação de Turismo em aula teórica. Fonte: NEPA

O segundo dia da oficina, as aulas ocorreram no restaurante do Parque Memorial Quilombo dos Palmares (Figura 47). Nesse segundo momento, foram apresentados alguns

instrumentos utilizados nas escavações, alguns por fotografias e outros os próprios instrumentos; e, de forma resumida, os resultados obtidos até aquele momento nas pesquisas realizadas na Serra da Barriga.



Figura 47 - Alunos recebendo orientações sobre o trabalho arqueológico de campo. Fonte: NEPA

No terceiro momento, os participantes foram levados aos locais das escavações. Como eles estão se preparando para acompanhar os turistas percorrendo o sítio Serra da Barriga, pensou-se em levá-los aos locais que foram escavados para reforçar os cuidados que eles deveriam ter e recomendar aos visitantes do sítio. Algumas partes da pesquisa puderam ser mostradas na prática, como por exemplo, como fazer uma prospecção visual e como delimitar uma unidade de escavação (Figura 48).



Figura 48 - Simulação de uma delimitação de unidade de escavação. Fonte: NEPA

Por fim, no quarto momento, foi feito um estudo sobre como a Arqueologia pode contribuir para o desenvolvimento turístico, econômico e social da localidade com a discussão do texto: *“Patrimônio Cultural Arqueológico: Instrumento de Desenvolvimento Turístico”* de Rossano Lopes Bastos. Encerrando a oficina, os alunos fizeram uma avaliação da oficina (Figura 49).



Figura 49 - Alunos fazendo a avaliação da oficina. Fonte: NEPA

5.7 Considerações

Através das entrevistas e das conversas informais, as necessidades da população ficaram patentes. Desta forma, ganhando a credibilidade da comunidade, foi possível expor as pesquisas arqueológicas realizadas no município. Essas atividades foram de grande importância, visto que o Projeto *Valorização do Sítio Histórico Nacional da Serra da Barriga* ressaltou a educação patrimonial como um de seus principais objetivos.

Os questionários, entrevistas, palestras e oficinas realizadas durante esses dois anos, confirmaram as hipóteses de como cada segmento da sociedade percebia a Serra da Barriga. Nas entrevistas com Secretários e com as pessoas ligadas ao estudo de etnias, percebe-se a supervalorização da Serra e a constante reafirmação dela como o Quilombo dos Palmares, enquanto a presença indígena na Serra era ignorada.

Já a população não demonstrou tanto entusiasmo. Alguns falaram que tinha medo de ir a Serra pelas histórias que eram contadas sobre a localidade.

A situação melhorou com construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. A Secretaria Municipal de Educação começou a desenvolver um trabalho de conscientização dos alunos em relação ao patrimônio da cidade. O Projeto, chamando City Tour, além de visitar pontos turísticos da cidade, leva os alunos à Serra da Barriga, porém o intuito das visitas era rememorar a história de Zumbi ou explorar a flora e a fauna. Com relação à pesquisa arqueológica nada é comentado. O responsável pelo programa alega a falta de conhecimento. A mesma justificativa pode ser observada nos relatórios dos professores e alunos.

De toda forma, percebe-se que a história da Serra é associada apenas ao evento do Quilombo dos Palmares. E é para apresentar a Serra da Barriga como um local multivocal que é apresentado a seguir o Programa de Educação Patrimonial do Centro Arqueológico Palmarino.

CAPÍTULO VI

PROPOSTA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA O CENTRO ARQUEOLÓGICO PALMARINO - CENARP

Para implantar o programa de educação patrimonial em União dos Palmares, foi realizada, previamente, uma série de mecanismos de escuta da concepção que a comunidade de União dos Palmares tem do que seja o seu patrimônio cultural e arqueológico. Após elencar as percepções locais sobre sua cultura, foram elaboradas as apresentações didáticas sobre patrimônio cultural que serão levadas aos educadores e educandos, assim, aproximando destas comunidades o conceito de patrimônio arqueológico, e, de certo modo, fornecendo ferramentas para que essa comunidade se *apodere de seus bens culturais*.

Ao escutar a comunidade, antes de elaborar o programa de educação patrimonial, o arqueólogo atua como educador de grande relevância social, dando voz à heterogeneidade social por meio da heterogeneidade de memórias. Face a esse quadro, decidiu-se por um Programa de Educação Patrimonial dividido em vários projetos, todos interligados e complementares. A elaboração desses projetos levou em consideração a observação da realidade dada e do desejo de mudança da situação observada.

6.1 Apresentação do CENARP

O Programa de Educação Patrimonial, em União dos Palmares, foi desenvolvido por acreditar que a preservação só ocorre quando a comunidade conhece seus bens, incorporando-os à memória coletiva.

Muito já se discutiu e está comprovado que pouco adiantará continuar investindo na proteção e conservação de sítios e monumentos, sem que haja a colaboração direta da

sociedade nessas ações. Esse é o principal motivo da criação do Centro Arqueológico Palmarino: disponibilizar um local onde possa ocorrer essa familiarização.

6.2 Centro Arqueológico Palmarino

Na Praça Basiliano Sarmento, s/n está localizada a casa onde viveu o escritor, poeta e pintor alagoano, Jorge de Lima (Figura 50). A casa foi adquirida pela Universidade Federal de Alagoas em 21 de novembro de 1980. O prédio já passou por diversas modificações no seu interior.



Figura 50 - Casa do Poeta Jorge de Lima, sede do Centro Arqueológico Palmarino¹¹

A Casa Jorge de Lima que possui dois pavimentos já abrigou no pavimento inferior um museu com objetos referentes ao cotidiano, ao desenvolvimento econômico e social da cidade e a biblioteca pública. E no piso superior, a Secretaria de Cultura do Município e um espaço reservado para realizar oficinas de arte e cultura, e para expor obras de artistas locais.

¹¹ Fonte: <http://aterradaliberdade.blogspot.com/2010/04/casa-do-poeta-jorge-de-lima.html>

Atualmente, a Casa Jorge de Lima acolhe , no pavimento inferior, o Memorial Jorge de Lima, em homenagem ao ilustre poeta e no pavimento superior o Centro Arqueológico Palmarino.

O Centro Arqueológico Palmarino foi criado para proporcionar à população de União dos Palmares e a seus visitantes um local em que pudessem conhecer a Serra da Barriga, já que as pesquisas mostraram que a maior parte da população local nunca subiu a Serra. Assim se os moradores não vão à Serra, a Serra vem aos moradores.

Além de funcionar como local para exposições, o Centro apoiará e realizará projetos de Educação Patrimonial que visem o desenvolvimento da comunidade. Contribuindo para fortalecer as pessoas, respeitando as identidades culturais locais, difundindo a importância da herança cultural de União dos Palmares, e sensibilizando os segmentos da população para a contribuição na formação de agentes corresponsáveis na preservação do patrimônio cultural.

União dos Palmares possui um importante Parque Arqueológico. Esse fato traz para as autoridades e para a população de União a responsabilidade de zelar para que esse bem não seja depredado.

O Parque está sob a guarda da Fundação Cultural Palmares, que tem respaldo legal para coibir qualquer atitude que venha danificá-lo ou destruí-lo. No entanto, como já foi discutido, não basta criar leis, a sociedade tem que tomar, primeiro conhecimento do bem e depois consciência de que esse bem é importante para a sua história e a história de sua comunidade. Bem como o próprio governo precisa reconhecer que todas as histórias têm valor.

Os dados coletados revelaram que havia uma separação entre a sociedade de União dos Palmares e a Serra da Barriga. Essa separação continua latente, apesar dos esforços feitos pela Fundação Palmares e pela equipe de Arqueologia que trabalha na Serra para mudar essa situação. O que demonstra que nem pela força da lei, nem por ações imediatistas essa apatia será sanada. Buscando alternativa que pudesse resolver essa questão, as atenções se voltaram para os programas de educação patrimonial que já foram executados em várias instituições.

Porém, o CENARP não se resumirá a atender a comunidade escolar. Ele desempenhará três funções fundamentais: local de exposição arqueológica, laboratório de arqueologia e centro de formação de agentes educacionais voltados para a educação patrimonial.

6.2.1 Salão de exposição

Seguindo a tendência atual, o CENARP deverá ter caráter interdisciplinar, utilizando o objeto arqueológico como veículo para o conhecimento e com isso possibilitando a conscientização da população a respeito de suas raízes culturais. As populações, já dizia Camacho, “não olham para a exposição (coleção). Olham-se no seu patrimônio” (Camacho, 1989:133-134 apud TAMANINI, 1998). Nessa perspectiva, pretende-se que o CENARP deixe de ser considerado um fim, para passar a ser um meio em que exista uma interação profunda entre CENARP e o mundo em transformação tornando-se, um instrumento cultural a serviço da população.

A exposição deve ser temática e ter a duração de seis meses. Os monitores¹² deverão propor, a cada seis meses, a temática da exposição que deve ser também participativa, levando sempre ao questionamento, abrindo novas perspectivas e exibindo os problemas atuais pondo-os em paralelo com seus equivalentes históricos (JOHN KINARD apud ALMEIDA, 1996).

A primeira exposição trará como tema o histórico das pesquisas arqueológicas tanto da Serra da Barriga quanto as pesquisas realizadas em seu entorno. Nesse primeiro momento, painéis sobre todos os assuntos envolvidos nessas pesquisas: rituais funerários, cerâmica arqueológica, território palmarino e o histórico das pesquisas na Serra da Barriga. Além desses painéis, outros menores tratarão sobre o sítio dos Teto, material lítico encontrado na Serra da Barriga, cerâmica, cachimbos. Expositores colocaram os artefatos encontrados na Serra da Barriga.

¹² Alunos de ensino médio e graduação da cidade de União dos Palmares.

6.2.2 *Laboratório*

A partir da inauguração do CENARP, todos os artefatos da região quilombola serão processados em união dos Palmares. O Laboratório é mais um atrativo para os visitantes, já que através de uma parede de vidro, será possível acompanhar, todos os procedimentos realizados em laboratório desde processo de limpeza, processamento dos artefatos, reconstituição das peças. O laboratório também servirá para realização de oficinas que a partir da inauguração será oferecida a comunidade (ver apêndice A).

6.2.3 *Centro de Formação*

Entre as iniciativas previstas para o Programa de Educação Patrimonial do Centro Arqueológico Palmarino, estão campanhas educativas com publicações de cartilhas, realização de oficinas, seminários, cursos sobre o patrimônio e exposições que reúnam imagens e textos sobre os sítios arqueológicos.

O eixo do programa é o patrimônio arqueológico da cidade de União dos Palmares. Ações educativas e culturais serão desenvolvidas com o intuito de despertar a população para a sua conservação, demonstrando na prática, que preservação e desenvolvimento estão intrinsecamente relacionados. Sobre essas questões, Carta de Cabo Frio Vespuciana – Encontro de Civilizações nas Américas (Cabo Frio, outubro de 1989) reconhece a importância do engajamento de uma comunidade para o êxito de uma política preservacionista e traz as seguintes recomendações:

6. O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais.

7. A criação de unidades de conservação ambiental e preservação de sítios deverá ser acompanhada de soluções alternativas, de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

.....

9. Sendo a identidade cultural a razão maior e a base de existência das nações, é imprescindível a ação do Estado nas suas várias instâncias e a participação da comunidade na valorização e defesa de seus bens naturais e culturais. (CARTAS PATRIMONIAIS, 2004: 290-291)

Partindo da premissa que a participação da população é importante, o engajamento de educadores, de alunos e da comunidade para o levantamento de fontes de pesquisa não convencionais, o reconhecimento de manifestações, objetos e documentos que formam a sua história é um fator importante para esse programa. Nesse sentido, o Centro Arqueológico Palmarino passará a preencher essa lacuna oferecendo à população a alternativa de entrar em contato com as pesquisas arqueológicas e com a história sobre a Serra por ela revelada, sem que seja necessário subir a Serra.

6.3 Ações do Programa

A permanência do patrimônio histórico e arqueológico somente será assegurada se o saber for mantido como uma atividade viva e incorporada ao cotidiano da sociedade. O Centro Arqueológico Palmarino fomenta a realização de cursos, formação de monitores, pesquisa e resgate de história do povo palmarino. São duas as principais frentes de capacitação: a realização de cursos de formação para professores (ver apêndice A) e o apoio ao fortalecimento e ampliação de agentes locais de cultura e turismo, que já foi iniciado em 2009, como já foi descrito anteriormente (ver páginas 134–138). Visto que, a Serra está sendo preparada para receber turistas.

6.3.1 Educação Patrimonial para a Comunidade Escolar

O programa de educação patrimonial deve envolver o processo educativo, de modo que possibilite aos estudantes utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades que possam ser usados na vida cotidiana e dentro da formação educacional. O patrimônio arqueológico deve oferecer oportunidades de

despertar nos alunos o interesse e a curiosidade sobre o passado, para melhor compreensão do presente e planejamento do futuro. Buscando como sugere Freire, primeiro inteira-se daquilo que o aluno conhece, para trazer a cultura do educando ao programa;¹³ em seguida explorar as questões relativas aos temas em discussão, permitindo que o aluno construa o caminho do senso comum para a visão crítica da realidade. E finalmente, volta-se do abstrato para o concreto, na chamada etapa de problematização, com sugestões de ações para superar impasses. Para Freire, esse procedimento serve ao objetivo final do ensino, que é a conscientização do aluno.

A metodologia deve ser estabelecida em parceria com os professores, para definir os objetivos educacionais, adequando o grau de atividades das crianças com a faixa etária e o assunto pretendido. Os recursos e atividades deveram ser enriquecidos e inovados pelo professor nos encontros de formação de Professores.

O CENARP disponibilizará um “cantinho das crianças” em que atividades com jogos lúdicos e teatro de fantoche serão desenvolvidas, a fim de colocar a criança em contato com o universo arqueológico. Os jogos são quebra-cabeças montados em blocos de madeira em diversos graus de dificuldade, seis peças em forma triangular para crianças a partir de três anos de idade; os quebra-cabeças de dez peças para crianças a partir de cinco anos; os de vinte peças, crianças a partir dos sete anos e de trinta peças acima de dez anos de idade.

6.3.2 Preparar a Visita de Professores e Alunos ao Centro Arqueológico Palmarino

As visitas ao Centro Arqueológico Palmarino devem ser significativas para alunos e professores. Para isso, é necessário investir na preparação desse encontro entre o passado e o presente palmarino.

De acordo com as entrevistas feitas nas escolas, constatou-se que não há uma interação entre a comunidade escolar e os museus da cidade. As escolas quando levavam os alunos ao museu não havia uma atividade programada para desenvolver no museu.

¹³ O que já foi feito através dos questionários aplicados nas escolas e entrevistas com autoridades e a população no período de abril de 2008 a maio de 2009.

Professores não recebiam nenhum apoio dessas instituições, não havendo uma preparação para esse momento de contato. O que se propõe, com a criação do CENARP, é disponibilizar um local que possa apoiar e auxiliar o professor nessa tarefa de possibilitar aos alunos a apropriação dos bens culturais de sua cidade, já que esse espaço é capaz de suscitar nos alunos o interesse pelo conhecimento e pela preservação dos bens culturais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com os temas transversais, abriu um leque de possibilidades de temas que envolvem etnia, pluralidade cultural, cidadania, dentre outros. Com isso, é possível trabalhar em sala de aula temas que há algum tempo era dissociado da prática pedagógica.

No entanto, para lidar com temas referentes à preservação dos bens culturais, é necessário instrumentalizar o professor com a concepção de educação patrimonial, reunindo documentos textuais e fotográficos, entrevistas, recortes de jornais sobre as pesquisas arqueológicas (ver apêndice B). Esses materiais reunidos num kit serão levados às escolas pelo monitor do CENARP semanas antes da ida ao CENARP, para ser analisado, trabalhado e recriado por alunos e professores. Após esse primeiro contato a turma se dirige ao CENARP onde poderá entrar em contato com as coleções que já foi previamente analisada. Desta forma, as visitas serão objetivas e mais proveitosas.

6.3.3 Encontros de Formação de Professores

Conhecer e valorizar a cultura, seja ela do passado ou do presente, é uma das tarefas mais importantes do sistema educativo. Os PCNs inseriram a pluralidade cultural entre os temas a serem trabalhados de forma transversal na escola. No entanto, para que essa transversalidade ocorra é preciso que os docentes sejam conhecedores do patrimônio histórico, cultural e arqueológico do município em que atuam. Neste sentido, foi fundamental conhecer a visão da comunidade escolar das redes pública e privada do município de União dos Palmares acerca do patrimônio local. Os resultados da pesquisa feita nas escolas foram relevantes para a formulação de cursos de formação de professores.

Os dados foram coletados por meio de um questionário contendo questões fechadas e abertas, foi entregue a setenta professores, no entanto, apenas dezenove professores devolveram o questionário devidamente respondido. Essa relutância em responder o questionário foi explicada com a afirmação de não desenvolverem as atividades questionadas, ou seja, grande parte dos professores não utiliza o patrimônio cultural do município como recurso didático em suas atividades pedagógicas. Evidenciou-se como causa, fatores como a falta de conhecimento sobre o assunto e a desconsideração desta prática como atividade comum. Essa inércia diante do patrimônio justifica a implantação de um programa dedicado à formação de professores.

Os Encontros de Formação de Professores têm como objetivo a inserção da Educação Patrimonial no currículo escolar, pois, o investimento em Educação é a forma mais eficaz de mudar a postura das pessoas diante de determinada situação. Essa concepção é amplamente discutida. Cobra-se da escola resultados imediatos de ações que levam anos para serem inculcadas, pois mudança de postura é lenta.

Nesse sentido, após a constatação de que é preciso rever conceitos e valores a respeito da Serra da Barriga e entendendo que essa não é uma tarefa solitária, mas que deve ser refletida conjuntamente para que se alcancem os fins esperados, optou-se por oferecer um espaço em que educadores possam discutir e elaborar seus projetos de Educação Patrimonial.

Os encontros deverão ser planejados a partir da metodologia da ação-reflexão-ação, ou seja, a ação executada deve ser analisada, discutida, os procedimentos revisados e aplicados novamente. A partir de dinâmicas vivenciais, usadas como recurso pedagógico, os professores têm a oportunidade de trocar experiências e de consolidar os conceitos trabalhados.

6.3.4 Mini-Curso

Os Mini-Cursos de Educação Patrimonial têm o objetivo de promover a discussão e a consolidação dos conceitos de Educação Patrimonial para o coletivo de professores

nas escolas, dando-lhes a oportunidade de vivenciar atividades e de construir estratégias pedagógicas a partir do Kit de Educação Patrimonial criado para o Programa de Educação Patrimonial do Centro Arqueológico Palmarino.

O Kit de educação patrimonial é composto de documentos textuais e fotográficos sobre arqueologia, recortes de jornais sobre as pesquisas arqueológicas; entrevistas.

Todas as escolas em que se realizem os Mini-Cursos receberão o Kit de Educação Patrimonial. Não é pretensão esgotar em um único livro as informações sobre Arqueologia ou sobre as pesquisas na Serra da Barriga, por entender que esse primeiro contanto deve ser para familiarizar a população com essa ciência que estava ao mesmo tempo tão perto e tão distante dela.

Assim foram criadas três cartilhas, a primeira de atividades lúdicas direcionadas a crianças até nove anos de idade (ver apêndice C); a segunda uma cartilha para crianças a partir dos dez anos, nessa cartilha não há atividades apenas textos e fotografias dos trabalhos arqueológicos (ver apêndice D); e a terceira direcionada aos professores e ao público adulto, composta de duas partes. A primeira com informações sobre Arqueologia e a segunda um relato das pesquisas na Serra da Barriga e no entorno (ver apêndice E). Nessas cartilhas, procurou-se adequar a linguagem ao público a que está direcionada. Todas as cartilhas tratam do mesmo tema a Arqueologia e a pesquisa arqueológica na Serra da Barriga. Nessas cartilhas não foram utilizados personagens. Utilizar unicamente as fotografias das atividades foi a alternativa para não criar personagens conflituosos.

Outras atividades como jogos e brincadeiras serão implementados em parceria com professores. Observando que essas atividades devem respeitar o aluno, para dessa forma, contribuir para o desenvolvimento da memória, da concentração e outras habilidades físicas e mentais.

6.3.5 Mostra de Educação Patrimonial

Ao término da Formação, os professores devem apresentar o trabalho desenvolvido por ele e seus alunos em educação patrimonial. A mostra é a culminância dos encontros de formação de professores.

O objetivo da mostra é estimular a participação juvenil e possibilitar o intercâmbio de ideias, projetos e soluções para as questões patrimoniais. Além de mobilizar professores e alunos, a mostra também é uma forma de envolver os artesãos locais no processo de preservação do patrimônio. E Assim, poder promover a integração entre sociedade, escola e CENARP, por meio de oficinas.

6.3.6 Palestra e Visita Pública

As palestras e as visitas públicas objetivam a construção e propagação do conhecimento, mediante processo de apropriação e valorização da herança cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente dos indivíduos da sua herança cultural fortalecem os sentimentos de identidade e cidadania. O patrimônio pode ser usufruído, reconhecido como um legado, constituindo a riqueza cultural, a memória, que distingue a cultura Palmarina de outras culturas. Essa percepção contribui para o desenvolvimento da tolerância e respeito das diferenças. O respeito e a compreensão sobre a própria herança são instrumentos de proteção e valorização dos bens culturais. O CENARP disponibilizará uma equipe para ministrar palestras tanto na sua sede com em outros locais com escolas, associações. Também fará parte das ações agendamentos para visitas monitoradas aos sítios arqueológicos na Serra da Barriga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observar que o distanciamento da população de União dos Palmares com relação a Serra da Barriga não era modificado com as intervenções anteriores, projetou-se a Criação do Centro Arqueológico Palmarino, numa tentativa de trazer a Serra da Barriga a União dos Palmares, já que União não ia até lá.

A proposta inicial dessa dissertação constava de duas etapas. A primeira, fazer um levantamento sobre o conhecimento da população local sobre a pesquisa arqueológica na Serra da Barriga através de entrevistas, questionários, conversas com moradores de cidade. A partir dos dados obtidos, seria montado o programa de educação patrimonial baseado nas necessidades da população. Nessa etapa, que foi realizada no período de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009, percebeu-se que a população de União, apesar do longo período que são realizadas as pesquisas na Serra, não tomou conhecimento da mesma. Até mesmo profissionais da educação e algumas autoridades expressaram seu desconhecimento.

A Serra, que é considerada no Brasil e no exterior como um símbolo importante para a história da liberdade na América e para a igualdade racial no Brasil, para a população local não tem a mesma dimensão. No entanto, a situação se agrava quando o assunto é a ocupação indígena na Serra. Constatada pelas pesquisas arqueológicas e comprovada pelo processo de datação termoluminescência que revela uma idade aproximada de 900 ± 67 AP., a ocupação indígena continua sendo ignorada pelas autoridades e intelectuais que preferem continuar repetindo os confortáveis fatos historicamente construídos. Fatos esses que Freitas já advertia não serem confiáveis, já que trata-se da visão dos opressores. Tudo isso reflete a falta de um projeto educativo, que envolva, não apenas a educação formal, mas também a informal.

Como foi citado no corpo do trabalho, alguns bons exemplos de como o investimento em educação com a população pode resultar em muitos benefícios para a população, para o governo e para o patrimônio. É o que pode ser constatado com o que foi feito no Piauí. A população dos municípios que circundam o Parque Arqueológico foi inserida nas equipes de pesquisa, de restauração e de técnicos em informática. Além dos

cursos de formação para guias, guarda-parques, e dos cursos destinados a jovens, adolescentes e crianças. Esse, sem dúvida, foi um longo processo pautado na educação, no envolvimento de todos e no respeito ao bem cultural. Pode-se concluir que a valorização do patrimônio cultural, promovido pela Arqueologia Pública, pode beneficiar o desenvolvimento ao aproximar e dinamizar a relação entre a comunidade local e o seu patrimônio por meio de um dos mais importantes processos que se desenvolvem ao longo da vida do indivíduo que é a educação. A partir do momento que o patrimônio cultural é utilizado como fonte de conhecimento, passa a ter seu valor de uso efetivamente observado e pode, potencialmente, proporcionar o desenvolvimento do valor afetivo por parte daquele que dele se apropria.

Essa é uma realidade que se quer em União dos Palmares, já que a Serra é o maior Parque arqueológico de Alagoas, o primeiro a ser pesquisado e tombado. E a demora em tomar uma atitude já trouxe irreparáveis prejuízos para a elucidação da história do Quilombo dos Palmares e da própria história da ocupação indígena.

A segunda etapa da dissertação seria a análise do impacto da abertura do CENARP. Como o CENARP estava previsto para ser inaugurado em 2009, daria, no mínimo, seis meses de pesquisa na comunidade e retorno as escolas para aplicação de questionários e novas entrevistas para constatar se houvera mudança a partir das intervenções feitas com o trabalho desenvolvido no CENARP. Essa constatação seria apresentada como resultado da dissertação. No entanto a demora na abertura do Centro inviabilizou a realização dessa etapa. Contudo, essa etapa não foi descartada, ela será realizada futuramente para outros fins.

O turismo, por sua vez, pode ser beneficiado neste processo de forma secundária, à medida que a educação patrimonial seja capaz de conduzir a formação de uma mentalidade consciente da necessidade de valorização e preservação do patrimônio cultural e arqueológico local. O que facilitaria a proteção ao patrimônio cultural e arqueológico e sua utilização para fins turísticos, de forma que a comunidade local seja parte interessada tanto na proteção do patrimônio quanto no seu uso como atrativo.

Com relação ao Programa de Educação Patrimonial do Centro Arqueológico Palmarino, constata-se que, frente à falta de familiaridade dos professores face à utilização didática do patrimônio cultural, conforme evidenciado nos questionários, a

ação mais urgente é a de investimentos na capacitação sistematizada do educador. Para isso, é preciso um engajamento do poder público, Secretarias de Cultura, Turismo e Educação para viabilizar o sucesso do projeto.

Educar uma sociedade é uma missão que deve ser norteadada pela vontade de diminuir as desigualdades sociais acirradas pela discriminação de acesso à informação e bens, e à fruição dos bens culturais. As ações educativas voltadas para a preservação devem contribuir para a formação de sujeitos ativos e livres na construção de sua própria vida e da dimensão coletiva a ela inerente. É essa dimensão coletiva, conquistada e reafirmada, que permite ao indivíduo ressignificar termos como cidadania, participação, responsabilidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDYMAN, Peter V. “Reconstruction as interpretation: the example of the Jorvik Viking Centre, York”. In: GOTHERCOLE, P., & LOWENTHAL (eds). *The Politics of the Past*. London: Routledge, 1994.

ALARCÃO, Jorge de. *Para uma Conciliação das Arqueologias*. Porto: Edições Apontamentos (Coleção: Histórias e Idéias), 1996.

ALLEN, Scott Joseph. “Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga”. In: *Índios do Nordeste: Temas e Problemas II*. Luiz Sávio de Almeida et alii (orgs), Maceió: EDUFAL, 2000.

_____. *Zumbi Nunca Vai Morrer: History, the Practice of Archaeology and Race Politics in Brazil*. Ann Arbor: UMI Company, 2001. v. 1. 222 p

_____. *O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga*. Relatório Semestral, março a setembro de 2005.

_____. *O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga*. Relatório Semestral, abril a outubro de 2006.

_____. “As vozes do Passado e do Presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público na Serra da Barriga”. In *Clio Arqueológica*, Recife - PE, Nº 20, Vol 1, p. 81-101, 2006.

_____. “Os desafios da arqueologia de Palmares”. In: Gomes, F.. (Org.). *Mocambos de Palmares: Histórias e Fontes (Séc. XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, v. , p. 119-130.

_____. *Culture Contact and Change in Northeastern Brazil: Challenges for Archaeological Interpretation*. In *J. Lavinâ and N. Moragas (eds.) Sociedades en contacto en América Latina: Prehispánico y Colonial*. Barcelona: Publicacions UB, 2011.

ALMEIDA, Márcia Bezerra de. *O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil*. *Habitus – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Universidade Católica de Goiás, jul./dez. de 2003 V.1, nº 2.

ALMEIDA, Maria Mota. *Mudanças Sociais / Mudanças Museais: Nova Museologia/Nova História - Que relação? Cadernos de sociomuseologia: Museus e Ação Social*. ULHT: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Nº 5, 1996. Disponível em < [http:// cadernosociomuseologia. Ulusofona.pt/Arquivo](http://cadernosociomuseologia.Ulusofona.pt/Arquivo)> Acesso em 28 de maio de 2009.

ALMEIDA, M. *O Australopiteco Corcunda: as crianças e a arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola*. Tese de Doutorado.FFLCH USP. São Paulo, 2002.

AMORIM, Ana Carmem. *Casco Jara. Sociedade e Educação Patrimonial*
Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=131>. Acesso em 19.01.09

ANDRADE, Izabel Cristina Feijó de. Princípios Norteadores da Educação Infantil. In Direcional Educador, São Paulo: Grupo Direcional. Ano 3, edição 37, fevereiro de 2008.

APRENDENDO ARQUEOLOGIA, Erechim Habilis, 2007.

ATAÍDES, Jézus Marcos de. Et alli. Cuidando do Patrimônio Cultural, 2ed. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.

BASTOS, Rossano Lopes. A Arqueologia Pública no Brasil: novos Tempos. In IPHAN. Patrimônio: atualizando o Debate. São Paulo, 2006.

_____. O Papel da Arqueologia na Inclusão Social. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico: O desafio da Preservação, nº 33, ano 2007.

BITTENCOURT, José. Cultura Material, Museus e História: algumas Considerações Sobre Um Debate Que Não É Tão Intenso Quanto Deveria Ser... Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0029.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOWER, Mím. Marketing Nostalgia: na exploration of heritage management and its relation to human consciousness. In COOPER, A. FIRTH, J. & wheatley, D. (eds) Managing Archeology, London: Routledge, 1995.

BRANDÃO, José M. Acção Cultural e Educação em Museus. Cadernos de sociomuseologia: Museus e Acção Social. ULHT: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Nº 5, 1996. Disponível em <<http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo>> Acesso em 28 de maio de 2009.

BROCHIER, Laércio Loiola. Diagnóstico e Manejo de Recursos Paranaense. Arqueológicos em Unidades de Conservação: uma proposta para o litoral paranaense. 2004. 165p. Dissertação Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e Turismo: os caminhos para a educação patrimonial. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1998.

CALDARELLI, S. B. & SANTOS, M. Arqueologia de Contrato no Brasil. In Revista USP. Dossiê antes de Cabral Arqueologia Brasileira I. São Paulo, n. 1, p.23-51, (dez, jan, fev), 1999-2000.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. Psicologia da Aprendizagem, 19ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CANTARINO, Carolina. Arqueologia e Patrimônio. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php?Id=133>. Acesso em 24 de janeiro de 2007.

CARVALHO, Aline vieira de. FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia Pública: as relações entre a academia e a sociedade. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>>. Acesso em 09 de setembro de 2009.

COMERLATO, Fabiana et alli. Caderno de Educação Patrimonial – Patrimônio Arqueológico da Bahia: Material Didático para Professores do Ensino Fundamental e Médio. Salvador: UFBA/ MEA, 2007.

COPELAND, T. Presenting Archaeology to the Public: constructing insights on-site. IN: MERRIMAN, Nike. Public Archaeology, London: Routledge, 2004. p.132-144.

COSTA, Diogo Menezes. Arqueologia Patrimonial: o Pensar do Construir. In Habitus – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, jul./dez. de 2004 V.2, nº 2.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3ª Ed. São Paulo: Estação liberdade: UNESPA, 2006.

CUCHE, Denys. A noção de Cultura nas Ciências Sociais. Bauru - SP: EDUSC, 1999.

CRUZ, Maria Tereza Sousa. A Ação Educativa do Max: Uma Experiência em Construção In Canindé Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. Universidade de Sergipe Nº 2, dezembro de 2002.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Col. Leitura, escrita e oralidade)

DORTA, Sonia Ferraro. Paríko: Etnografia de um artefato plumário. Coleção Museu Paulista Etnologia (vol.4) Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1981.

FAULKNER, N. Archeology from below. Public Archaeology, (1), London: J & J, 2000.

FERNANDES, Tatiana Costa. Vamos Criar um Sentimento?! Um Olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FORTALEZA, Sandra Maria; CONSOLARO, Marina Mancini. Estimulação das múltiplas inteligências por meio de jogos educativos em crianças da 3ª série. In: PINHO, Sheila Zambello de; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa. (Org.). Núcleos de Ensino. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 646-658. Disponível em: < <http://www.boletimef.org/biblioteca/2085/Estimulacao-das-multiplas-inteligencias-por-meio-de-jogos-educativos>> Acesso em 04 de ago. de 2010.

FOWLER, Don D. Uses of the past: Archaeology in the Service of the State. In: American Antiquity : Society for American Archaeology ,Vol. 52, No. 2 (abril., 1987), pp. 229-248 disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/281778>> Acesso em 26 de setembro de 2010.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Col. Educação e Comunicação Vol.I.

_____. Pedagogia do Oprimido. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Décio. República dos Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII, Maceió: Edufal, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. A “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga, Revista USP, 28, 6-13, 1996. Disponível em <http://www.maea.ufjf.br/artigos_funari/texto8.pdf> acesso em 25 de dezembro de 2007.

_____. A Arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil. Orgs. Reis, João José. Gomes, Flávio dos Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano. In Cultura Material e Arqueologia Histórica. Org. Pedro Paulo A. Funari, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas – São Paulo, UNICAMP, 1998. (coleção Idéias).

_____. Como se tornar um Arqueólogo no Brasil, Revista USP, São Paulo, n. 44, p.74-85, dez/fev., 1999-2000.

_____. Os desafios da Destruição e Conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. In Tralhos de Antropologia e Etnologia, Porto, nº 41, 2001b.

_____. Arqueologia e Patrimônio, Erechim Habilis, 2007.

_____. e PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahae Editor, 2006. (col. Ciência passo-a-passo)

_____. Public Archaeology in Brazil. IN: MERRIMAN, Nick. Public Archaeology. London, Routledge, 2004, p. 202-201.

_____. O Papel Estratégico da Arqueologia na Delimitação das Terras Indígenas e Quilombolas.

Disponível em

<https://sistema.planalto.gov.br/siseventos/exec/arquivos/ANAISVIIENEE_INTERNET/04TEMAASSOCIATIS/MESA46DIREITOSECONQUISTAS/MESA46PAPERS/PedroPapelEstrategicoQuilombolas.pdf>

>acesso em 25 de dezembro de 2007.

FUMDHAM, Informativo Fumdham. Disponível em <<http://www.fumdham.org.br/parque.asp>>. Acesso em 10 jan. 2010.

_____. Informativo Fumdham, abril, 2009.

GEOARQUEOLOGIA Pesquisa Científica. Educação Patrimonial: Vamos descobrir o que é arqueologia e sua importância para o nosso patrimônio Cultural? Florianópolis/SC.

GOULDING, C. Interpretation and Presentation. In. LESAK, A & YEOMAN, I. (eds). Heritage Visitor Attractions: an Operations Management Perspective. London: Cassell, 1999.

GRIFFA, Maria Cristina. MORENO, José Eduardo. Chaves para a Psicologia do Desenvolvimento: Adolescência, Vida Adulta, Velhice, Tomo 2, São Paulo: Paulinas, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Classes, Raças e Democracia, São Paulo: Editora 34, 2002.

HAIGERT, Cynthia Gindri. et ali. Educação Patrimonial através da imagem disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2004/trabalhos/epg/pdf/EPG7-17.pdf> Acesso em 26 de setembro de 2010.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Martin. The Burden of Tribalism: the Social Context of Southern African Iron Age Studies, *American Antiquity*, Vol. 49, No. 3 (Jul., 1984), pp. 455-467. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/280354>> Acesso em 26 de setembro de 2010.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HIRATA, Elaine F. Veloso. ELAZARI, Judith Mader. MORITZ Jussara. Arqueologia e Educação: Uma proposta para o Engenho São Jorge dos Erasmos, Santos, SP. In *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Universidade de São Paulo. São Paulo, Nº 11, 2001.

HODDER, Ian. *Interpretación em Arqueologia: Corrientes Actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.

_____ *Theory and Practice in Archaeology*. London; New York: Routledge, 1996.

HOLTORF, Cornelius. *Archaeology is a brand*. Oxford: Archaeopresse, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

JAMESON, J. H. Jr. Introduction: What this Book is to the public: digging about. In. JAMESON, J.H. Jr. (ed). *Presenting Archaeology Or truths*. London: Altamira Press, 1997. p.11-20.

_____ *Public Archaeology in the United States*. In. MERRIMAN, Nick. *Public Archaeology*. London: Routledge, 2004. p 1-58.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais* In *Textos em Representações Sociais*. Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovich (orgs): 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JULIANI, L. J. C. O. *Gestão Arqueológica em Metrôpoles: uma Proposta para São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

LE GOFF, História e Memória. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Jannette Maria Dias de. Relatório da Perícia Arqueológica em Palmeira dos Índios. Recife: UNICAP, 1990.

LIMA, Tânia Andrade. Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder. In Revista de Arqueologia. Rio de Janeiro: Sociedade de Arqueologia Brasileira. V.5 – nº 1, 1988.

LINDOSO, Dirceu. O Poder Quilombola: A Comunidade Mocambeira e a Organização Social Quilombola. Maceió: EDUFAL, 2007.

LUTZENBERGER, José. Manual de Ecologia: do Jardim ao Poder. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. 5ª ed. Editora Universitária da UFPE, 2008.

MARTÍNEZ, Victor M. F. Teoria y Metodo de la Arqueologia. Madrid: Sintesis, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe B. HOLANDA, Fabíola. História Oral: como fazer, Como pensar São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Isabel Margarida. O museu Inspirador: Exercício de Aplicação da Ferramenta de Auto-avaliação *Inspiring Learning for all* em Quatro Serviços Educativos de Museus Portugueses, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Museologia. Lisboa: 2007. Disponível em: <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/Arquivo/sociomuseologia_1_22/Cadernos%2032-%202009.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2009.

MERRIMAN, Nick. Public Archaeology, London: Routledge, 2004. p. 1-17.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. O Desenho Epistemológico da Arqueologia Pública: regras para construção de um relatório técnico-científico. Disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=26>> Aceso em 08 de agosto de 2010.

MOUTINHO, Mário Conova. A Construção do Objeto Museológico. In *Cadernos de Museologia* n. 4 – ULHT, Lisboa, 1994. Disponível em: <www.minon-icom.org./txtol/txt2.2.html> Acesso em: 14 ago. 2004.

MUNIZ, Silvana Cristina Oliveira. Núcleo Pedrinhas – História e Imagens. In *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Org. Pedro Paulo A. Funari, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas – São Paulo: UNICAMP, 1998. (Coleção Idéias).

MUSEU Paraense Emílio Goeldi. Histórico. Disponível em <<http://marte.museu.goeldi.br/Arqueologia/historico.html>>. Acesso em 05 fev. 2011.

NASCIMENTO, Abdias. Nascimento E.L. Africans in Brazil: A Pan-African Perspective Trenton, NJ: Africa World Press, Inc. 1992.

NOVA ESCOLA, Grandes Pensadores. Edição Especial, São Paulo: Editora Abril, julho de 2008.

_____. Violência Virtual, São Paulo: Editora Abril, Ano XXV, nº 233, (p: 66-73), jun e jul de 2010.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro. OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de. Educação patrimonial, memória e saberes coletivos. In Revista de Arqueologia SAB: Sociedade de Arqueologia Brasileira, ano 2004, V.17.

OLIVEIRA, Mariana de Novaes. Crescimento e desenvolvimento. In Direcional Educador, São Paulo: Grupo Direcional. Ano 3, edição 37, fevereiro de 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnia e Estrutura Social, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. O Trabalho do Antropólogo. 2.ed. Brasília: Paralelo 15: São Paulo: Editora Unesp, 2006.

OOSTERBEEK, Luiz. CURA, Sara. CURA, Pedro. Educação, Criatividade e Cidadania no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação. In Revista de Arqueologia. SAB: Sociedade de Arqueologia Brasileira. Ano 2004, V. 17.

PARDI, Maria Lúcia F. Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação. Dissertação de Mestrado. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

PATRIMÔNIO Cultural: o que é, como Preservar/Organização FUMDHAM/ IPHAN, São Raimundo Nonato, Piauí, 2006.

PESSIS, Anne-Marie. Patrimônio Imaterial e Identidade Histórica. In CLIO Arqueológica nº 20, Ano 2006 Vol. 1.

PRIMO, Judite. O Museólogo-Educador Frente aos Desafios Económicos e Sociais, 2002. Disponível em <http://www.mestrado-museologia.net/Textos_juditeprimo/MuseologoEducadorJP.pdf> Acesso em 26 de setembro de 2009.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. Uma História da Liberdade In Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil. Orgs. Reis, João José. Gomes, Flávio dos Santos São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RENFREW, Colin. BAHN, Paul. Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica. 2ª ed. Madrid – Espana: Akal, 1998.

SANTOS JUNIOR, Valdeci dos. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n.13, dez. 2004/jan.2005. Disponível em < <http://www.seol.com.br/mneme> > Acesso em 01 jun. 2007.

SANTOS, Maria Célia Moura. Uma Abordagem Museológica do Contexto Urbano IN Cadernos de sociomuseologia: Museus e Ação Social. ULHT: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Nº 5, 1996. Disponível em < [http:// cadernosociomuseologia. Ulusofona.pt/Arquivo](http://cadernosociomuseologia.Ulusofona.pt/Arquivo)> Acesso em 28 de maio de 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. et alli. Guia Arqueológico do Baixo Vale do Ribeira – Memorial do Mar, Iguape, São Paulo: 2003.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Discurso, Velhice e Classes Sociais: A Dinâmica Contraditória do Dizer Agitando as Filiações de Sentidos na Processualidade Histórica. Maceió: Edufal, 2007.

SOARES, F. C. Experiências educativas. Educação patrimonial: Perspectivas. Milder, S. E. S. (org). Santa Maria (UFSM): Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

SPINK, Mary Jone. Desvendando as Teorias Implícitas: Uma metodologia de Análise das Representações Sociais. In Textos em Representações Sociais. Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovich (orgs): 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TAMANINI, Elizabete. O Museu, a Arqueologia e o Público: Um Olhar Necessário. In *Cultura Material e Arqueologia Histórica*. Org. Pedro Paulo A. Funari, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas – São Paulo: UNICAMP, 1998. (Coleção Idéias).

_____ Museu, Educação e Arqueologia: prospecções entre Teoria e Prática. In. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 3, p. 339-345, 1999. Suplemento.

TERRA, Márcia Regina. O Desenvolvimento Humano na Teoria de Piaget. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/d00005.htm>> Acesso em 31 de julho de 2010.

TRIGGER, Bruce J. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus, 2004.

UMA VISITA AO SÍTIO ARQUEOLÓGICO, Fundação FIDESA e Museu Paraense Emílio Goeldi. s/d.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Os povos Indígenas e a Colonização Europeia: do Anonimato à Afirmação étnica. In Resistência, Memória, Etnografia. Org. Luiz Sávio de Almeida e alli, Maceió: Edufal, 2007 (Col. Índios do Nordeste – Temas e Problemas; V. 8)

XINGÓ: Uma Aventura Arqueológica no Sertão. Realização Universidade Federal de Sergipe. s/d.

APÊNDICE A**Projeto de Educação Patrimonial: Curso de formação para professores**

Contexto Comunitário e Educação Patrimonial

Apresentação

Na cidade de União dos Palmares – Alagoas, recentemente foi criado do Centro Arqueológico Palmarino cujo objetivo é trazer à população o conhecimento sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas nesse município. O Centro comportará um salão de exposição que exhibirá os artefatos encontrados na Serra da Barriga, possibilitando a comunidade o acesso a esse bem. Além do Salão, o Centro abrigará o laboratório arqueológico e um espaço para palestras e cursos. Com a criação do Centro Arqueológico Palmarino, criasse um espaço para a implantação de um programa de educação patrimonial permanente que promova o envolvimento de todos os segmentos da sociedade de União dos Palmares com a Serra da Barriga, pois, a expectativa da educação patrimonial é oferecer à sociedade, à comunidade arqueológica uma perspectiva de atuação que possa contemplar o conhecimento, a valorização, e a apropriação, por parte da população do patrimônio arqueológico.

Assim, ligadas ao projeto, “Valorização do Sítio Histórico Nacional da Serra da Barriga: Arqueologia Pública e Museologia em União dos Palmares”, e como parte das atividades do Centro, ações de educação patrimonial têm sido desenvolvidas. As primeiras ações realizadas foram a aplicação de um questionário nas escolas públicas e particulares; entrevistas com autoridades e conversas com a população do município de União dos Palmares cuja finalidade foi perceber o interesse da comunidade local no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga, a identificação com o patrimônio e se o valorizava como um bem de toda a coletividade.

Também já foram realizadas palestras com alunos e professores da rede municipal de ensino; palestra com moradores da Serra da Barriga e uma oficina no curso de turismo oferecido pela Fundação Zumbi dos Palmares. Os resultados obtidos foram utilizados na montagem do programa de educação patrimonial.

Dentre ações a serem desenvolvidas pelo Centro está a formação de professores, da qual poderão tomar parte professores de todos os níveis de ensino do município de União dos Palmares.

A proposta de elaborar um programa de capacitação para professores se deu pela constatação de que a comunidade escolar pouco sabia sobre a arqueologia e em particular sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no município. Esse desconhecimento não partia apenas de alunos; dos professores entrevistados apenas um afirmou ter acompanhado o desenrolar das pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga. A partir da análise desses questionários foi possível perceber que para conscientizar a população sobre a importância das pesquisas arqueológicas, deve-se trabalhar também com aqueles que estão diretamente envolvidos na tarefa educacional.

Porém, não se pode falar de pesquisa arqueológica particularizando-a em um determinado local ou momento histórico sem relatar o grande esforço que tem sido feito ao longo de sua trajetória até a sua consolidação como ciência, pois por muito tempo, e ainda hoje, ela tem sido vista como um passatempo e os arqueólogos aventureiros em busca de valiosos tesouros. A mídia tem colaborado para essa situação ao apresentar em filmes o arqueólogo como um aventureiro e, em muitos casos, saqueador, figura gananciosa, desleixada e sem nenhum comprometimento com a busca do conhecimento. Cabe ao arqueólogo mudar essa imagem e apresentar à população os verdadeiros propósitos da pesquisa arqueológica.

Outro fator interessante de ser debatido nesse curso é a intervenção política nos rumos da pesquisa arqueológica. Pois, poucos têm conhecimento, mas o momento histórico, político, econômico e social pode interferir e muito nos resultados das pesquisas. As interpretações arqueológicas refletem as discussões filosóficas, antropológicas e biológicas que imperavam em determinada época. O poder político, em muitos países, manipulava as pesquisas a seu favor.

Finalizando, e como parte prática do curso, os participantes poderão se inteirar das pesquisas realizadas no município, não apenas como expectador, mas atuando nos vários processos de uma pesquisa arqueológica, desde os levantamentos bibliográficos, etnográficos até das análises em laboratório, possibilitando dessa forma uma maior familiaridade com a ciência. Portanto essa formação pretende levar aos professores o entendimento da rotina da pesquisa arqueológica, a fim de que possam levar a seus alunos de forma adequada e experimentada esse conhecimento.

O curso será dividido em quatro etapas, será oferecido anualmente com a duração de 40 horas distribuídas em cinco semanas, 8 horas semanais. As três primeiras etapas com duração de 8 horas tratarão do panorama geral da formação da arqueologia; os conceitos mais relevantes; a trajetória das pesquisas arqueológicas no Brasil; e os

resultados das pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga. A quarta etapa, com duração de 16 horas, será composta de oficinas mostrando as etapas de uma pesquisa arqueológica. Caso haja pesquisa em andamento, os cursistas poderão tomar parte. Também serão sugeridas e elaboradas propostas de atividades. Os resultados das discussões levantadas durante a formação serão organizados em um livro que servirá a qualquer pessoa interessada em arqueologia.

CURSO DE FORMAÇÃO PROFESSORES DAS REDES MUNICIPAL, ESTADUAL E PARTICULAR DE ENSINO DE UNIÃO DOS PALMARES
PROGRAMAÇÃO
LOCAL: _____ PERÍODO: _____ DURAÇÃO: _____
Ementa: <ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar aos formandos um conhecimento introdutório sobre a Arqueologia, suas técnicas de campo e de laboratório; histórico dos estudos de arqueologia na Serra da Barriga; como também demonstrar a importância da pesquisa arqueológica para o desenvolvimento turístico, sócio-cultural e econômico da Cidade.
Metodologia: <ul style="list-style-type: none"> • A partir do texto “Lixo” de Luiz Fernando Veríssimo, chamar a atenção sobre a importância da cultura material para o entendimento da sociedade, relacionando-o com a pesquisa arqueológica que tem como seu objeto de estudo a cultura material descartada pela sociedade. • As técnicas utilizadas: estímulo a participação e interesse do formando, por meio de perguntas e respostas para dinamizar o processo de aprendizagem. • A parte prática será feita por meio das oficinas: História em quadrinhos; oficina do laboratório arqueológico; oficina de cerâmica; conservação da cultura material; a preservação dos sítios. Essas oficinas deverão ser trabalhadas com os alunos do Ensino Fundamental e Médio União dos Palmares- AL. • Para a familiarização com a pesquisa desenvolvida no município serão organizadas fotografias que revelam o desenrolar da pesquisa. As fotos deverão ser trabalhadas com os alunos. Acompanhará um guia, com informações. • Oficina de Limpeza e processamento de artefatos
Estratégias utilizadas: Aula expositiva; exposição de equipamentos utilizados pelo arqueólogo, simulação do trabalho do arqueólogo (trabalho de laboratório, processamento dos artefatos); discussão e reflexão em grupo
Material didático utilizado: Textos, fotografias, slides
Bibliografia Recomendada:

ALLEN, Scott Joseph. "Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga". In: Índios do Nordeste: Temas e Problemas II. Luiz Sávio de Almeida et alii (orgs), Maceió: EDUFAL, 2000.

_____. Zumbi Nunca Vai Morrer: History, the Practice of Archaeology and Race Politics in Brazil. Ann Arbor: UMI Company, 2001. v. 1. 222 p

_____. O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, março a setembro de 2005.

_____. O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, abril a outubro de 2006.

_____. "As vozes do Passado e do Presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público na Serra da Barriga". In Clio Arqueológica, Recife - PE, Nº 20, Vol 1, p. 81-101, 2006.

_____. "Os desafios da arqueologia de Palmares". In: Gomes, F.. (Org.). Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, v. , p. 119-130.

ALMEIDA, Márcia Bezerra de. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. In Habitus – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, jul./dez. de 2003 V.1, nº 2.

FUNARI, Pedro Paulo A. A "República de Palmares" e a Arqueologia da Serra da Barriga, Revista USP, 28, 6-13, 1996. Disponível em <http://www.maea.ufjf.br/artigos_funari/texto8.pdf> acesso em 25 de dezembro de 2007.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

APENDICE B- KIT DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Reportagem sobre a pesquisa arqueológica na Serra da Barriga

1-Serra da Barriga: interesses e conflitos

LELO MACENA

O governo federal, o governo do Estado, a Prefeitura de União dos Palmares e a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) têm um desafio pela frente: combinar preservação e desenvolvimento na Serra da Barriga, um dos mais valiosos sítios históricos do Brasil, situado na zona da mata alagoana, palco de um dos maiores movimentos sociais na história do País. Um grandioso projeto está em andamento, mas ainda cercado por uma série de questões que envolvem burocracia, posições conflitantes e interesses políticos e financeiros.

Pesquisadores avançam sobre o passado da Serra da Barriga e denunciam as agressões que ao longo do tempo arrasaram uma boa parte da história negra na serra, enquanto os governos anunciam que ali será erguido um grande pólo de turismo.

A Serra da Barriga hoje não é apenas o mais importante símbolo da resistência negra no Brasil, como sempre afirmaram os movimentos afro-descendentes. O local, situado no município de União dos Palmares, a 80 quilômetros de Maceió, é considerado também o principal sítio arqueológico do País, capaz de redimensionar a história do povo africano no Brasil e nas Américas.

Agressão ao patrimônio

Mas desde 1986, quando foi tombada, a Serra da Barriga vem sendo alvo de constantes agressões, verdadeiros crimes contra o patrimônio histórico. Somente para citar um deles - talvez o mais grave - em 1995, durante as comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi, uma motoniveladora da Prefeitura de União dos Palmares subiu a serra e, com o objetivo de fazer um campo de pouso para o helicóptero presidencial, praticamente destruiu a camada do solo onde se encontravam os vestígios do quilombo.

O fato foi considerado “o maior crime contra a história negra no continente americano”, segundo o arqueólogo da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Zanettini, um dos que participaram das primeiras pesquisas, no começo da década de 90.

As atividades do 20 de novembro e os vários projetos temporários idealizados pelos governos para o local também são responsáveis por perturbações graves sofridas pelo sítio histórico.

Arqueologia

A Serra da Barriga é objeto de pesquisas arqueológicas desde 1992, quando tiveram início as primeiras escavações feitas pelo professor americano Charles Orser, da Universidade de Illinois, e pelo professor da Unicamp Pedro Paulo Funari.

Nos anos de 92 e 93, quando a pesquisa foi realizada, cerca de 2.500 peças - a maioria cacos de cerâmica - foram colhidas na área explorada pelas equipes dos dois pesquisadores daquela época.

Atualmente, o responsável pelos estudos é o arqueólogo americano, radicado no Brasil há cerca de uma década, Scott Allen, 43, doutor em Antropologia pela Brown University, nos Estados Unidos. É ele quem responde pelo sítio arqueológico da Serra da Barriga e, desde 96, vem realizando trabalhos sistemáticos com o objetivo de desvendar o cotidiano dos palmarinos. Além disso, os trabalhos servem ainda como orientação de alunos de graduação em técnicas de campo e arqueologia pública. A pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFAL (Nepa) também tem o apoio do CNPQ e da Prefeitura de União dos Palmares.

A Gazeta esteve em União dos Palmares e subiu os mais de 500 metros da serra para acompanhar um dia de trabalho da equipe do professor Scott Allen.

###

Governos federal e municipal divergem

O interesse arqueológico está longe de ser o único a predominar na Serra da Barriga. Desde a data de seu tombamento, governos, movimento negro e outros movimentos sociais usam o local como símbolo para suas causas. A história de Zumbi se transformou numa espécie de estandarte das lutas sociais, enquanto a preservação e o estudo sistemático do sítio histórico sempre ficaram relegados a segundo plano.

A prefeitura de União dos Palmares reclama que sempre esteve de fora de todos os projetos realizados na Serra da Barriga. “A Fundação Cultural Palmares empurra tudo goela abaixo. Nós somos sempre os últimos a saber dos projetos realizados na serra”, reclama o vice-prefeito de União, Areski Freitas, o Kil. Segundo ele, o município já tentou de todas as maneiras uma parceria com a Fundação e nunca recebeu resposta. “No começo do ano nós fizemos a proposta de cooperação técnica e até hoje não recebemos nenhuma resposta”, afirma ele.

A Fundação Cultural Palmares, órgão federal criado em 1988 e responsável pelos 248 hectares do sítio histórico da Serra da Barriga se defende. “Não fizemos isso por absoluta falta de recursos”, argumenta Zulu Araújo, diretor de estudos e pesquisas da instituição. “Nós tivemos 57% de nossa verba cortada”, diz ele, em entrevista por telefone à Gazeta. Segundo Zulu, a Fundação Cultural Palmares gasta por ano na serra cerca de R\$ 120 mil. A maior parte desse dinheiro é para a manutenção do posto de observação da Serra da Barriga e pagamento dos quatro agentes florestais responsáveis pela vigilância do sítio histórico.

Quanto às agressões sofridas pelo sítio arqueológico, ele diz “desconhecer completamente” o

fato e que “o professor Scott deve repassar as informações à fundação, para que as providências sejam tomadas”. Zulu discorda do arqueólogo também quanto ao motivo da suspensão da pesquisa em 97.

Para ele, o problema foi mesmo a falta de verbas e não a censura dos trabalhos por causa dos vestígios indígenas encontrados.

Quanto a novos investimentos na Serra da Barriga, ele adianta: “Agora mesmo estou aqui com o mais novo projeto da Serra da Barriga”, diz Zulu, já adiantando a mais nova investida do governo de Alagoas no patrimônio histórico dos Palmares e confirmando que o próximo dia 20 de novembro deve marcar o início das obras.

“Nesse novo projeto pretendemos trabalhar em conjunto tanto com o governo de Alagoas quanto com a Prefeitura de União dos Palmares”, afirma, destacando alguns dos objetivos do projeto, que deve ser oficializado na terça-feira, dia 6, quando o governador Ronaldo Lessa deve receber no Palácio dos Martírios o presidente da Fundação Cultural Palmares, Ubiratan Castro.

O novo projeto do qual fala Zulu Araújo é mais uma tentativa de resgate da história do Quilombo dos Palmares. Só que dessa vez os idealizadores querem evitar que a investida não fique pelo meio do caminho, como tantas outras que só consumiram dinheiro público e não tiveram continuidade.

“Dessa vez, nós temos três objetivos, que são recontar a história do Quilombo dos Palmares, criar uma demanda turística na serra e gerar renda para o município de União dos Palmares”, explica Zezito Araújo, da Secretaria de Defesa e Proteção das Minorias (Sedem) e um dos idealizadores do Memorial Quilombo dos Palmares - Serra da Barriga. Ele reconhece o atraso com que chega um projeto desse porte, mas acredita que a partir dessa iniciativa a Serra da Barriga deva receber os cuidados e a atenção que merece.

Zezito ainda não se arrisca a falar de valores, pois alguns orçamentos, a exemplo do projeto arquitetônico, ainda não foram repassados. Segundo ele, o projeto contempla ainda o calçamento da via de acesso à serra, já que nos meses de inverno fica praticamente impossível a subida ao local. LM

##

Estado reconhece agressões ao sítio

O secretário de Defesa das Minorias, Zezito Araújo, reconhece que vários projetos realizados

anteriormente causaram perturbações no sítio arqueológico. “Realmente, alguns projetos feitos no passado, sem o devido acompanhamento, trouxeram prejuízos ao sítio”, diz Zezito. Porém ressalta que dessa vez os trabalhos terão o acompanhamento do arqueólogo responsável, no caso o professor Scott Allen, até porque é uma exigência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pela fiscalização do sítio histórico.

Apesar do cuidado e de algumas restrições quanto ao novo projeto, o arqueólogo Scott Allen e suas pesquisas serão contemplados, segundo Zezito Araújo. Os espaços físicos destinados aos estudos arqueológicos correspondem a 25% da planta do novo projeto. Duas salas abertas vão abrigar o local de processamento de materiais e de exposição dos artefatos encontrados. O público deve participar de atividades arqueológicas de campo.

Na terça-feira passada, dia 30 de agosto, a superintendente do Iphan em Alagoas, Lousane Leão, esteve na Serra da Barriga a convite do pesquisador Scott Allen. “Foi uma visita para nós nos inteirarmos das pesquisas que estão sendo feitas, pois precisávamos saber quais os resultados que ele está obtendo”, explica. Segundo ela, a visita serviu também para uma avaliação in loco a respeito da localização do museu que será construído. “A idéia do projeto é muito interessante. Acho que um museu lá em cima será perfeito, até para a exposição dos artefatos que já foram encontrados nas escavações. O problema é nós discutirmos de que maneira isso vai ser feito”, diz ela, que já recebeu o projeto, mas ainda não tem um parecer. “Ainda não defini nada. O governo já enviou o projeto ao Iphan, mas ainda tenho de trinta a quarenta dia para me posicionar”, afirma Lousane Leão. “Nós também temos que entender que não é apenas o sítio arqueológico que deve ser preservado. O sítio paisagístico vai precisar de um reflorestamento”, afirma ela, que está em Maceió desde junho deste ano. Lousane Leão não quis tecer comentários sobre as agressões sofridas pelo sítio no passado, mas garantiu que a partir de agora o patrimônio histórico da Serra da Barriga deve receber atenção especial por parte do Iphan.

Outro problema a ser resolvido é a situação dos moradores da Serra da Barriga que vivem dentro dos limites do sítio histórico. O Incra já começou a fazer os levantamentos e cadastrar as famílias. Segundo Katiucia Mendes, representante do Incra, o órgão ainda não tem um número exato de famílias que vivem no local. “Ainda estamos no começo dos trabalhos. A intenção não é de retirar essas pessoas de lá, até porque existe a possibilidade de todos permanecerem onde estão”, afirmou. LM

##

Arqueologia e índios na serra de Zumbi

Dentre os artefatos encontrados nas escavações da equipe de Scott Allen, os que mais chamam a atenção são as urnas funerárias indígenas. Ao todo, quatro urnas foram achadas durante as pesquisas.

A primeira urna foi descoberta pelos pioneiros das escavações na serra, os professores Charles Orser e Paulo Funari, em 1992. Junto a ela estavam dois machados - um polido e outro picoteado - que não apresentavam marcas de uso. Essa urna apareceu apenas 15 centímetros abaixo da superfície, o que mostra o quanto estão à “flor da terra” os vestígios da vida palmarina, daí a necessidade de um controle mais efetivo com a finalidade de preservar o local.

A segunda urna também foi achada no platô principal da Serra da Barriga. O artefato media 80 centímetros de altura por 80 centímetros de bojo e continha, ainda, fragmentos de cerâmica e um dente humano. A terceira urna foi achada na estrada de acesso ao platô.

A quarta urna foi encontrada durante uma sondagem feita pela equipe do professor Scott Allen e foi a única que estava em área não atingida pelo trator de nivelamento.

Vale ressaltar que outras urnas já foram encontradas por moradores da serra, enquanto roçavam suas lavouras, outra atividade cotidiana da Serra da Barriga que também põe em risco os estudos arqueológicos naquele local. Segundo relatos, também foram encontrados material ósseo (dentes e mandíbula) e mobiliário fúnebre (colares e cachimbo).

Segundo Scott Allen, tudo leva a crer que as urnas encontradas são da tradição Aratu, um termo usado pelos arqueólogos para dividir em categorias os tipos de cerâmica produzidos pelos grupos indígenas pré-coloniais, cerca de 600 mil anos atrás. Para ele, as urnas encontradas não se diferenciam das demais achadas nos vários sítios arqueológicos do Nordeste.

Mesmo reconhecendo que as constantes visitas de curiosos à serra, as comemorações do dia 20 de novembro e projetos de governos que não tiveram continuidade causaram perturbações no sítio arqueológico, o professor Scott Allen acha que a Serra da Barriga deve gerar renda para o município. Para ele, a exploração turística deve ser feita de forma responsável, já que se trata não apenas de um sítio arqueológico, mas também histórico, etnográfico e paisagístico.

Para o pesquisador, os estudos que estão sendo feitos vão permitir que se reescreva a história do Quilombo dos Palmares a partir do ponto de vista dos palmarinos. “Não podemos descartar a história oficial sobre Palmares, mas temos de saber que foi uma história escrita pelo colonizador”, diz ele, afirmando que a Arqueologia tem instrumentos para desenterrar a

história que está escrita no “chão” da Serra da Barriga.

De acordo com a história oficial, o Quilombo dos Palmares começou a se formar em 1630, no período da economia canavieira e de lutas contra os holandeses. Chegou a ter uma população de cerca de 30 mil pessoas. Palmares resistiu a pelo menos 17 tentativas de destruição promovidas pela coroa portuguesa. Os quilombolas cultivavam enormes roças, onde todos trabalhavam e a pecuária também fazia parte das atividades. O Quilombo dos Palmares foi exterminado em fevereiro de 1694 e o último refúgio de Zumbi e seus guerreiros foi a Serra da Barriga.

Em novembro, o professor Scott Allen viaja para os Estados Unidos, onde deve proferir palestra no encontro anual da American Anthropological Association. Lá ele vai falar de suas recentes descobertas, além de afirmar o multivocalismo da Serra da Barriga, “um lugar que fala não apenas pelos negros, mas pelos índios e por todas as vozes dos excluídos.” |LM

Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/v2/gazetadealagoas/imprimir.php?cod=74328>>

Acesso 16.11.10.

2-

Escavações sugerem Palmares ‘mestiço’

REINALDO JOSÉ LOPES
DA REPORTAGEM LOCAL

Depois de quase uma década desde que as primeiras escavações foram feitas, os arqueólogos estão voltando a meter sua colher num dos lugares mais míticos e pouco compreendidos da história brasileira: o quilombo dos Palmares, no interior alagoano.

Por enquanto, a equipe da Ufal (Universidade Federal de Alagoas) continua a achar vestígios de uma forte presença indígena no lugar, ao lado de cerâmica de influência portuguesa. Nada que lembre decididamente a África emergiu das escavações, que estão sendo conduzidas desde março e devem ir pelo menos até 20 de novembro, data em que se recorda a destruição do quilombo.

Ainda é cedo para dizer o que essa estranha ausência num lugar que era (ou pelo menos deveria ser) o reduto de africanos fugitivos significa, mas uma das possibilidades é que os palmarinos, na verdade, tenham se reinventado como grupo étnico, incorporando influências dos demais povos do Nordeste brasileiro do século 17. “Essa é uma hipótese que eu propus para explicar os dados da arqueologia, embora ela ainda não esteja comprovada”, ressalva o arqueólogo americano Scott Joseph Allen, da Ufal, que coordena os trabalhos na área.

Preliminares

Allen explica que os primeiros arqueólogos a estudarem a região da serra da Barriga, no começo dos anos 1990, não tiveram chance de investigar Palmares a fundo. “Havia o que nós chamamos de pesquisas exploratórias e preliminares”, conta ele. Mesmo nessa fase, os primeiros dados já revelavam influências não-africanas. Para alguns parecia no mínimo estranho que o local-símbolo da luta pelos direitos dos negros brasileiros contrariasse sua própria aura, e a Fundação Cultural Palmares, órgão que zelava pelo sítio, acabou proibindo as atividades arqueológicas ali em 1997.

Como há a intenção de aumentar significativamente a estrutura



SAIBA MAIS

Reduto escravo resistiu por cerca de um século

DA REPORTAGEM LOCAL

Palmares resistiu durante cerca de cem anos aos ataques de portugueses e holandeses. Fundado no fim do século 16, estima-se que o quilombo (na verdade, um conjunto de vários povoados que parecem ter sido uma confederação) tenha chegado a abrigar dezenas de milhares de pessoas.

Os palmarinos tiravam partido da vegetação densa e do terreno montanhoso e usavam táticas de guerrilha para escapar dos exércitos coloniais. Plantavam, caçavam e realizavam ataques periódicos a engenhos. Sua língua parece ter sido uma mistura de português com dialetos de Angola e até tupi.

Um dos mistérios que ainda restam é a localização exata de Macaco, a “capital” do reduto. “Acho que ela pode ter estado não no alto da serra, mas em uma de suas encostas”, diz Allen. (R/L)

para receber visitantes na serra da Barriga durante as comemorações que acontecem anualmente lá em 20 de novembro, Allen e seus colegas recomeçaram os estudos pelo sítio conhecido como SBI, que deverá receber o impacto

inicial das obras. A equipe descobriu, por exemplo, urnas funerárias indígenas numa área que deveria ser um estacionamento.

“Muito material parece ter sido danificado pelos carros que subiam anualmente a serra. Conseguimos inclusive associar especificamente a quebra de urnas e painelas com esse impacto”, conta Allen. Outro problema sério é que o alto do platô onde as comemorações aconteceram foi terraplanado, o que bagunçou significativamente a estratigrafia (a sucessão de camadas de solo) do lugar.

Por isso tudo, ainda é difícil traçar associações temporais claras entre os diferentes tipos de artefato. É certo que, em épocas pré-históricas (a data mais antiga é de uns mil anos atrás), o lugar foi ocupado por indígenas provavelmente ligados ao tronco lingüístico macro-jê, comum em todo o Brasil Central e, em tempos antigos, também no interior nordestino. “Também temos registros que podem ser associados à tradição tupinambá, que chegou posteriormente à região”, diz Allen.

A presença de faiança grossa (um tipo de cerâmica tipicamente portuguesa, só que produzida com menos refinamento, na própria colônia) em associação com a cerâmica indígena ainda é difícil de interpretar com clareza. “Não podemos negar uma proximidade muito forte entre os índios e os palmarinos. Mas ainda precisamos de muito mais pesquisa para saber que tipo de relação era essa”, afirma o pesquisador.

Os indígenas poderiam fazer parte da população do quilombo ou, no mínimo, comerciavam com os negros. Esse tipo de contato explicaria a presença da faiança —registros históricos falam de trocas entre os habitantes do quilombo e os colonos, ou de brancos que se mudaram para lá.

“O sítio é muito complexo, mas parece-me que estamos nos aproximando de um bom entendimento da seqüência de ocupação”, diz Allen. Com o auxílio do computador, os pesquisadores pretendem investigar a presença de cercas defensivas e outras estruturas arquitetônicas na área.

ARQUEOLOGIA DE PALMARES

As escavações já foram interrompidas por não acharem traços marcantes de ocupação africana

Enquanto você lê esta reportagem, o arqueólogo Scott Allen e seus colegas da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) estão caminhando sobre um quebra-cabeças histórico dos mais bagunçados. A equipe está investigando o platô que fica no alto da serra da Barriga, em busca de sinais de Palmares e das levas de ocupação humana que chegaram ao local antes de Zumbi e seus companheiros. Em sete meses de trabalho – Allen e companhia estão por lá desde março –, deu para perceber que o local sofreu um bocado depois do fim do quilombo. E, ironicamente, até as tentativas de celebrar o que Palmares representa podem ter atrapalhado. “Pelo que os moradores da serra nos contaram, nos anos 1940 começaram a abrir a mata para cultivo, ainda usando só a enxada”, conta Allen. A coisa mudou de figura, porém, quando, nos anos 1980 e 1990, o platô virou o foco das comemorações anuais de 20 de novembro, em homenagem a Zumbi. Uma terraplenagem pode ter removido até 60 centímetros do solo do platô, bagunçando significativamente a estratigrafia (a sucessão de camadas de solo, vital para estabelecer a seqüência de ocupação de um sítio arqueológico). A equipe de Allen está seguindo os passos das primeiras escavações depois de um longo hiato. Em 1997, a Fundação Cultural

Palmares, que ajuda a gerir o local por mandato do governo federal, chegou mesmo a proibir as escavações ali, uma vez que os achados originais estavam mostrando uma presença indígena muito mais forte (e uma africana muito menos marcada) do que se esperava. Tanto o arqueólogo Pedro Paulo Funari quanto Allen dizem entender a proibição e não atacam a fundação – afinal, poucos lugares são mais simbólicos para o movimento negro brasileiro. Com a nova permissão para os trabalhos, os pesquisadores da Ufal continuam a achar indícios fortes de presença indígena. São urnas funerárias e outros objetos de cerâmica, que podem remontar a até mil anos atrás e talvez se estendam até a época em que o quilombo existia. Há também faiança, um tipo português de cerâmica (nesse caso, feito na própria colônia). Alguma peça pode sugerir influências africanas, mas a análise ainda precisa ser aprofundada. “Apesar de tudo, acredito que temos grandes chances de encontrar rastros dos palmarinos, em especial em outros sítios, menos impactados”, diz Allen. Com o auxílio do computador, eles pretendem “unir os pontos” de cada sítio achado para tentar encontrar sinais de estruturas arquitetônicas. E resta ainda saber onde exatamente ficava o povoado de Macaco. “Eu acho que estava mais na encosta da serra, não no topo”, diz Allen.

Ponta de quartzo,
resíduo de chumbo
e caco de cerâmica:
vestígios dos povos que
viveram em Palmares



TURISMO HISTÓRICO

Palmares no "chão" da Serra da Barriga

Os platôs da Serra da Barriga, na zona da mata alagoana, vão ser palco para a celebração da consciência negra no dia 20 de novembro. Afinal, foi ali que, há mais de trezentos anos, viveram o líder Zumbi, milhares de escravos fugidos e mesmo alguns índios que habitavam o famoso Quilombo dos Palmares. O local, tombado como patrimônio histórico nacional em 1985 e hoje conhecido como Parque Nacional do Zumbi, fica a cinco quilômetros do

centro do município de União dos Palmares, distante mais oitenta quilômetros da capital Maceió. Em princípios da década de 1990, urnas funerárias indígenas, machados e outros vestígios foram encontrados nos sítios arqueológicos da região. Desde então, novas facetas da comunidade *palmarina* vêm sendo reveladas a partir de escavações, como a forte presença indígena no quilombo. Mas não faltam polêmicas e dificuldades. A principal delas talvez seja o descuido de visitantes e políticos com a preservação desse patrimônio. Em 1995, por exemplo, durante as comemorações dos trezentos anos da morte de Zumbi, uma motoniveladora da prefeitura de União subiu a serra para fazer um campo de pouso para o helicóptero do presidente da República, praticamente destruindo a camada do solo onde se encontravam outros vestígios do mocambo. Ainda assim, além de conhecer as memórias de Palmares no chão da Serra da Barriga, apreciar lá de cima os vales com palmeiras reais ou mesmo se refrescar nas cachoeiras das redondezas, é possível descobrir outras histórias de resistência em conversas com moradores, nas ruas, museus e casas de União dos Palmares, como a que abriga o acervo do poeta alagoano Jorge de Lima (1895-1953), autor de *Invenção de Orfeu*.
Informações: (82) 281-2170

Do alto da Serra da Barriga (abaixo), local em que se instalou o famoso Quilombo dos Palmares, ainda é possível avistar algumas palmeiras reais

3- Textos Sobre Arqueologia

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?

O Patrimônio Cultural já foi chamado, em períodos anteriores, de Patrimônio Histórico e Artístico. O termo atual é mais amplo e inclui, tanto o aspecto histórico como o ecológico, uma das grandes preocupações do homem hoje.

O Patrimônio Cultural é constituído de bens culturais, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual e material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que rodeia pode ser chamado de bem cultural.

Hoje o Patrimônio Cultural está agrupado em quatro categorias. Há os bens naturais, que são os elementos pertencentes à natureza: animais, vegetais e minerais. São recursos naturais os rios, os vales, as montanhas etc. Os bens de ordem material são as criações dos homens visando aumentar seu bem estar social, familiar, sua vida e adaptar-se ao meio em que vivem. São bens materiais as coisas, os objetos, as construções etc, realizadas pelo homem. Os bens de ordem intelectual, são os “saberes” do homem. O conhecimento ou o saber que o homem utiliza na construção de um objeto é um exemplo de bem de ordem intelectual. Os bens de ordem emocional representam o sentimento individual ou coletivo – são manifestações folclóricas, cívicas, religiosas e artísticas, eruditas e populares que expressam por intermédio da música, da literatura, da dança etc. A “folia de reis”, a “festa do congo” podem ser citadas como bens de ordem emocional.

Pesquisa Esburacada: Como é a escavação de um Sítio Arqueológico?

É um trabalho metódico, que pouco tem a ver com as aventuras de Indiana Jones e de outros arqueólogos do cinema. Para começar, o terreno escolhido é o mapeado por um topógrafo, para que se tenham as medidas tridimensionais (largura, comprimento e altura) exatamente do local. Isto é importante para que os pesquisadores saibam, por exemplo, quais peças surgiram na mesma profundidade, mesmo que tenham sido extraídos de trechos do sítio com relevo desigual. Feita a topografia, são escavadas trincheiras ao redor do terreno. O tipo de vestígio encontrado nelas – ossos, pedaços de objetos, partes de alguma edificação antiga etc – indica qual área merecerá uma escavação detalhada. Para isso, a parte escolhida é repartida em quadras. Depois desta divisão, cada um dos arqueólogos fica encarregado de um pedaço – e começa a cuidadosa retirada do solo. “o sítio pode ser escavado em várias frentes. Um arqueólogo cuida, por exemplo, de quatro quadras; outro de uma trincheira mais afastada”, diz o arqueólogo Levy Figuti da Universidade de São Paulo (USP). Além disso, o grupo costuma incluir especialistas em determinadas áreas. No caso de uma aldeia pré-histórica, a equipe contaria necessariamente com profissionais especializados em artefatos de pedra lascada, cerâmica, ossos animais e humanos. Seja como for, todos põem a mão na massa cavam, limpam, carregam baldes de areia... Por fim, tudo o que for encontrado de arqueologicamente interessante é registrado e especialmente embalado. Esses achados – itens como pedras trabalhadas, pedaços de ornamentos, conchas ou ossos que sobram de algum almoço; entre outros – vão para um laboratório. Quando não sobra mais nada para escavar, o sítio costuma ser coberto de novo com terra. “se possível, cobrimos os buracos com lona e colocamos terra por cima. Assim, se futuros arqueólogos, um dia, chegarem até lá, saberão que o terreno já foi escavado”, afirma Levy.

Extraído: VERSIGNASI, Alexandre. Como é a escavação de um sítio arqueológico? In: Superinteressante Especial: Mundo Estranho. Edição 06. São Paulo: Ed. Abril, 2002, p. 32-33. In HERBERTS, Ana Lúcia. COMERLATO, Fabiana. Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar. 2003

PRÉ-HISTÓRIA

O que chamamos de Pré-história corresponde, em termos gerais, ao passado que antecede a escrita (por volta de 3000-2000 a.C. na Mesopotâmia e no Egito) sendo utilizado correntemente no Velho Mundo. Porém, quando termina a Pré-História até que adquirissem escrita ou fossem objeto de registro escrito por parte dos povos letrados? Portanto, a Pré-história é um conceito flexível conforme o povo ou cultura estudada.

Isto se agrava ao estudarmos os povos ameríndios, pois este conceito de Pré-história parece muito inadequado para os astecas, maias e incas, ou seja, havia povos ameríndios com história e outros não?

Um termo mais recente é o contato cujo período varia conforme a data do encontro entre um determinado povo ameríndio e os europeus. Este conceito é muito útil para os especialistas, mas para uma utilização mais generalizada torna-se muito complexa.

Outros termos são utilizados tais como Pré-Colombiano ou Pré-cabralino (só para o Brasil) cujo valor é quase equivalente ao Pré-Colonial, apenas tem usos mais limitados. O Pré-Colombiano é quase que exclusivamente utilizado para as grandes civilizações ameríndias, como os astecas e maias. Por outro lado, o Pré-Colombiano ainda tem seu uso pouco difundido.

Enfim, o conceito de Pré-Colonial utiliza-se de um acontecimento (o Descobrimento) para marcar uma data que permite dividir o passado claramente. Ou seja, o Pré-Colonial corresponde à história que antecede a um determinado evento, a chegada de Colombo (ou de Cabral), antes do estabelecimento dos europeus na América, transformando 1492 ou 1500 em datas limites, que facilitam a compreensão e delineiam o período com clareza. Assim, por sua simplicidade didática, o Pré-Colonial serve de modo mais adequado à apresentação do extenso passado ameríndio (...).

O LIXO

Encontraram-se na área de serviço. Cada um com seu pacote de lixo. È a primeira vez que se falam.

- Bom dia...
- Bom dia.
- A senhora é do 610.
- E o senhor do 612.
- É.
- Eu ainda não lhe conhecia pessoalmente...
- Pois é...
- Desculpe a minha indiscrição, mas tenho visto o seu lixo...
- O meu quê?
- O seu lixo...
- Ah....
- Reparei que nunca é muito. Sua família deve ser pequena...
- Na verdade sou só eu.
- Mmmm. Notei também que o senhor usa muita comida em lata.
- É que eu tenho que fazer minha própria comida. E como não sei cozinhar...
- Entendo.
- A senhora também...
- Me chame de você.
- Você também perdoe a minha indiscrição, mas tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons, coisas assim...
- É que eu gosto muito de cozinhar. Fazer pratos diferentes. Mas como moro sozinha, às vezes sobra...
- A senhora... Você não tem família?
- Tenho, mas não aqui.
- No Espírito Santo.
- Como é que você sabe?
- Vejo uns envelopes no seu lixo. Do Espírito Santo.
- É, Mamãe escreve todas as semanas.
- Ela é professora?
- Isso é incrível! Como foi que você adivinhou?
- Pela letra no envelope. Achei que era letra de professora.
- O senhor não recebe muitas cartas. A julgar pelo seu lixo.
- Pois é...
- No outro dia tinha um envelope de telegrama amassado.
- É.
- Más notícias?
- Meu pai morreu.
- Sinto muito.
- Ele já estava bem velhinho. Lá no Sul. Há tempos não nos víamos.
- Foi por isso que você recomeçou a fumar?
- Como é que você sabe?
- De um dia para o outro começaram a aparecer carteiras de cigarro amassadas no seu lixo.
- É verdade. Mas consegui parar outra vez.
- Eu, graças a Deus, nunca fumei.
- Eu sei. Mas tenho visto uns vidrinhos de comprimido no seu lixo...
- Tranquilizantes. Foi uma fase. Já passou.

- Você brigou com o namorado, certo?
- Isso você também descobriu no lixo?
- Primeiro o buquê de flores, com o cartãozinho, jogado fora. Depois, muito lenço de papel.
- É, chorei bastante, mas já passou.
- Mas hoje ainda tem uns lencinhos...
- É que eu estou com um pouco de coriza.
- Ah.
- Vejo muita revista de palavras cruzadas no seu lixo.
- É, sim. Bem. Eu fico muito em casa. Não saio muito. Sabe como é.
- Namorada?
- Não.
- Mas há uns dias tinha uma fotografia de mulher no seu lixo. Até bonitinha.
- Eu estava limpando umas gavetas. Coisa antiga.
- Você não rasgou a fotografia. Isso significa que, no fundo, você quer que ela volte.
- Você já está analisando o meu lixo!
- Não posso negar que o seu lixo me interessou.
- Engraçado. Quando examinei o seu lixo, decidi que gostaria de conhecê-la. Acho que foi a poesia.
- Não! Você viu meus poemas?
- Vi e gostei muito.
- Mas são muito ruins!
- Se você achasse eles ruins mesmo, teria rasgado. Eles só estavam dobrados.
- Se eu soubesse que você ia ler...
- Só não fiquei com eles porque, afinal, estaria roubando. Se bem que, não sei: o lixo da pessoa ainda é propriedade dela?
- Acho que não. Lixo é domínio público.
- Você tem razão. Através do lixo, o particular se torna público. O que sobra da nossa vida privada se integra com a sobra dos outros. O lixo é comunitário. É a nossa parte mais social. Será isso?
- Bom, aí você já está indo fundo demais no lixo. Acho que...
- Ontem, no seu lixo...
- O quê?
- Me enganei, ou eram cascas de camarão?
- Acertou. Comprei uns camarões graúdos e descasquei.
- Adoro camarão.
- Descasquei, mas ainda não comi... Quem sabe a gente pode...
- Jantar juntos?
- É.
- Não quero dar trabalho.
- Trabalho nenhum.
- Vai sujar a sua cozinha.
- Nada. Num instante se limpa tudo e põe os restos fora.
- No seu lixo ou no meu

Luiz Fernando Veríssimo

APÊNDICE C – ARQUEOLOGIA NA SERRA DA BARRIGA
CADERNO DE ATIVIDADES

The cover features a stylized, low-poly illustration of a landscape. In the foreground, there are three large, smooth, rounded stones of varying shades of brown and tan. The background shows rolling hills and mountains under a sky with soft, pastel-colored clouds in shades of pink, purple, and blue. The overall aesthetic is clean and modern.

ARQUEOLOGIA NA SERRA DA BARRIGA

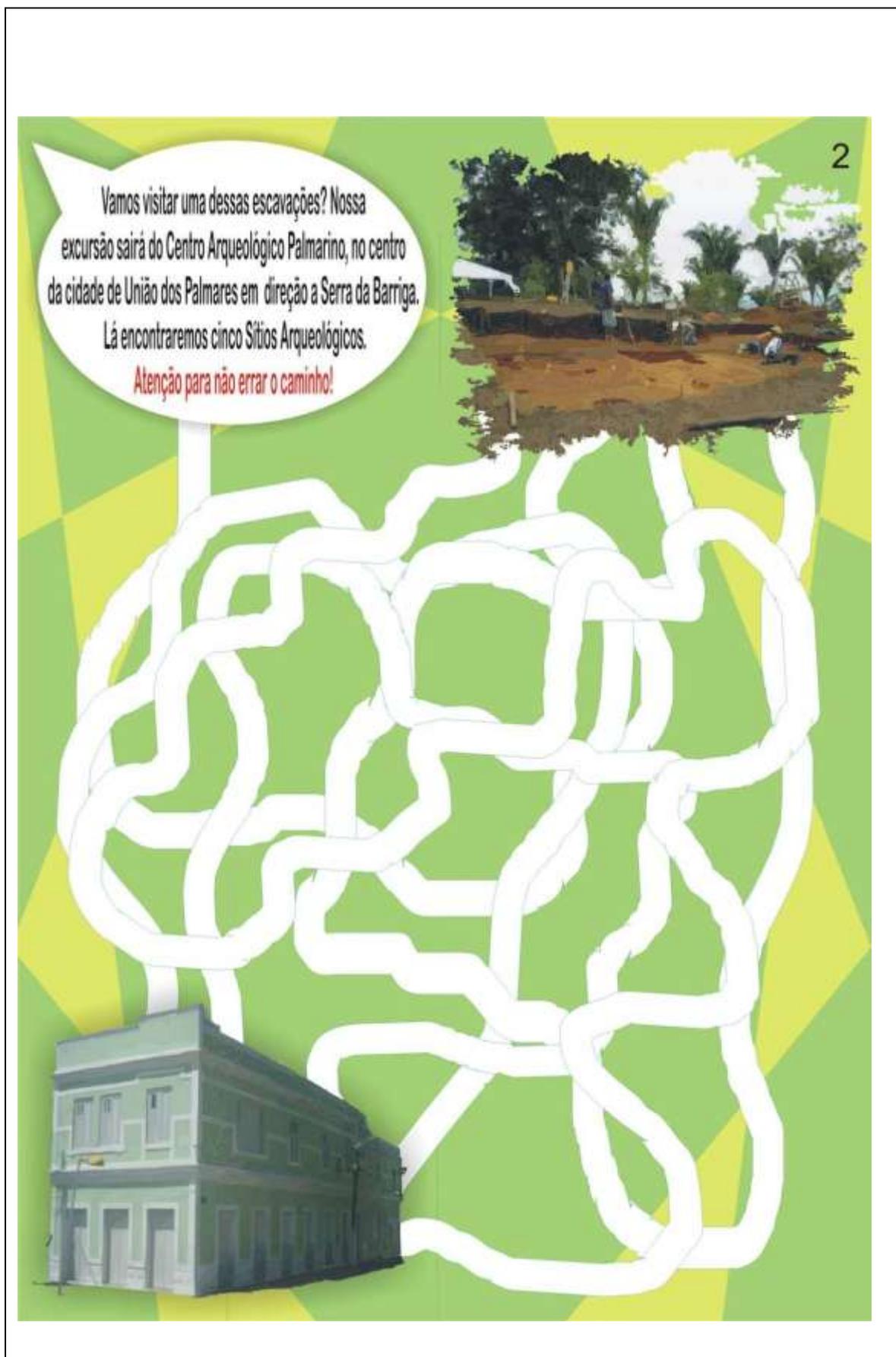
**Caderno de
atividades**

ARQUEOLOGIA NA SERRA DA BARRIGA 1

Os sítios arqueológicos da Serra da Barriga vêm sendo estudados desde 1992. Neles foram encontrados vários objetos, que os arqueólogos chamam de artefatos, e marcas das moradias de povos que habitaram esse lugar desde a pré-história.



Durante as pesquisas arqueológicas são feitas escavações nos locais onde essas pessoas viviam. É durante essas escavações que são encontrados os artefatos arqueológicos.



O TRABALHO DO ARQUEÓLOGO ³

O trabalho arqueológico começa com pesquisas em livros e documentos históricos, consulta à comunidade e visita ao local que vai ser pesquisado.

Após essa etapa segue-se com as escavações, estudo dos artefatos encontrados e divulgação dos resultados da pesquisa para as comunidades que vivem nas proximidades dos sítios arqueológicos.

Esse jogo da memória vai ajudá-lo a conhecer o trabalho do arqueólogo na Serra da Barriga. O jogo é formado por figuras de alguns artefatos encontrados nas escavações, imagens da pesquisa arqueológica de campo e paisagens naturais da Serra da Barriga.

Recorte as imagens da página 3 até a página 6 para fazer seu jogo da memória.



Escavando na Serra da Barriga

Escavando na Serra da Barriga

4



Fichas de jogos



Fichas de jogos



Cachimbo de cerâmica



Cachimbo de cerâmica



Representação de uma oca



Representação de uma oca

5



Lagoa do Negro



Lagoa do Negro



Cachimbo em forma de tatu



Cachimbo em forma de tatu



Arqueólogo medindo os limites do sítio arqueológico



Arqueólogo medindo os limites do sítio arqueológico

6



Urna funerária



Urna funerária



Machado de pedra



Machado de pedra



Peneiramento do sedimento retirado nas escavações



Peneiramento do sedimento retirado nas escavações

¿¿¿Artefato???

7

Numa pesquisa arqueológica, o objeto encontrado na escavação que tenha sido fabricado ou modificado pelo homem é chamado de **ARTEFATO**. Nas escavações da **SERRA DA BARRIGA** encontramos **URNAS FUNERÁRIAS**, utilizadas para enterrar os mortos; **TIGELAS**, usadas para preparar e guardar alimentos e água; **MACHADOS DE PEDRA**, instrumento usado para cortar; **OSSOS HUMANOS**, encontrados dentro das urnas funerárias; **OSSOS DE ANIMAIS** e **CONCHAS**, que podem indicar o tipo de alimentação; **CACHIMBOS**, **CARVÃO**, de restos de fogueira e **FORNO**.

Encontre no quadro abaixo as palavras destacadas no texto.

A	S	W	Q	U	E	S	C	A	C	H	I	M	B	O	S	T	U
A	R	T	E	F	A	T	O	N	F	E	I	R	A	C	X	Z	R
R	A	C	P	I	M	U	N	D	D	O	S	D	E	T	A	I	N
E	U	A	I	C	I	N	C	A	M	U	U	B	M	C	C	O	A
H	W	N	N	R	A	L	H	X	Z	Z	H	F	D	S	A	P	S
K	W	N	K	Q	B	U	A	S	R	T	I	S	O	O	K	L	F
M	A	C	H	A	D	O	S	D	E	P	E	D	R	A	D	J	U
S	C	A	F	E	I	R	A	Q	U	E	S	C	A	A	E	F	N
S	E	R	R	A	D	A	B	A	R	R	I	G	A	E	N	L	E
U	N	V	R	A	C	R	A	L	H	X	I	M	R	M	N	O	R
F	C	Ã	D	E	T	C	A	M	I	E	O	I	D	M	S	U	Á
R	I	O	S	S	O	S	D	E	A	N	I	M	A	I	S	R	R
F	R	A	G	M	E	E	C	O	S	D	E	C	E	R	Â	I	I
P	E	D	A	Ç	O	S	D	E	C	E	R	Â	M	I	C	A	A
G	T	I	G	E	L	A	S	J	U	T	I	I	E	L	A	S	S
A	D	J	U	F	O	R	N	O	R	A	L	H	X	A	D	J	U
R	A	L	H	X	K	W	N	K	Q	A	D	J	U	M	B	R	S
W	X	O	S	S	O	S	H	U	M	A	N	O	S	M	E	E	I

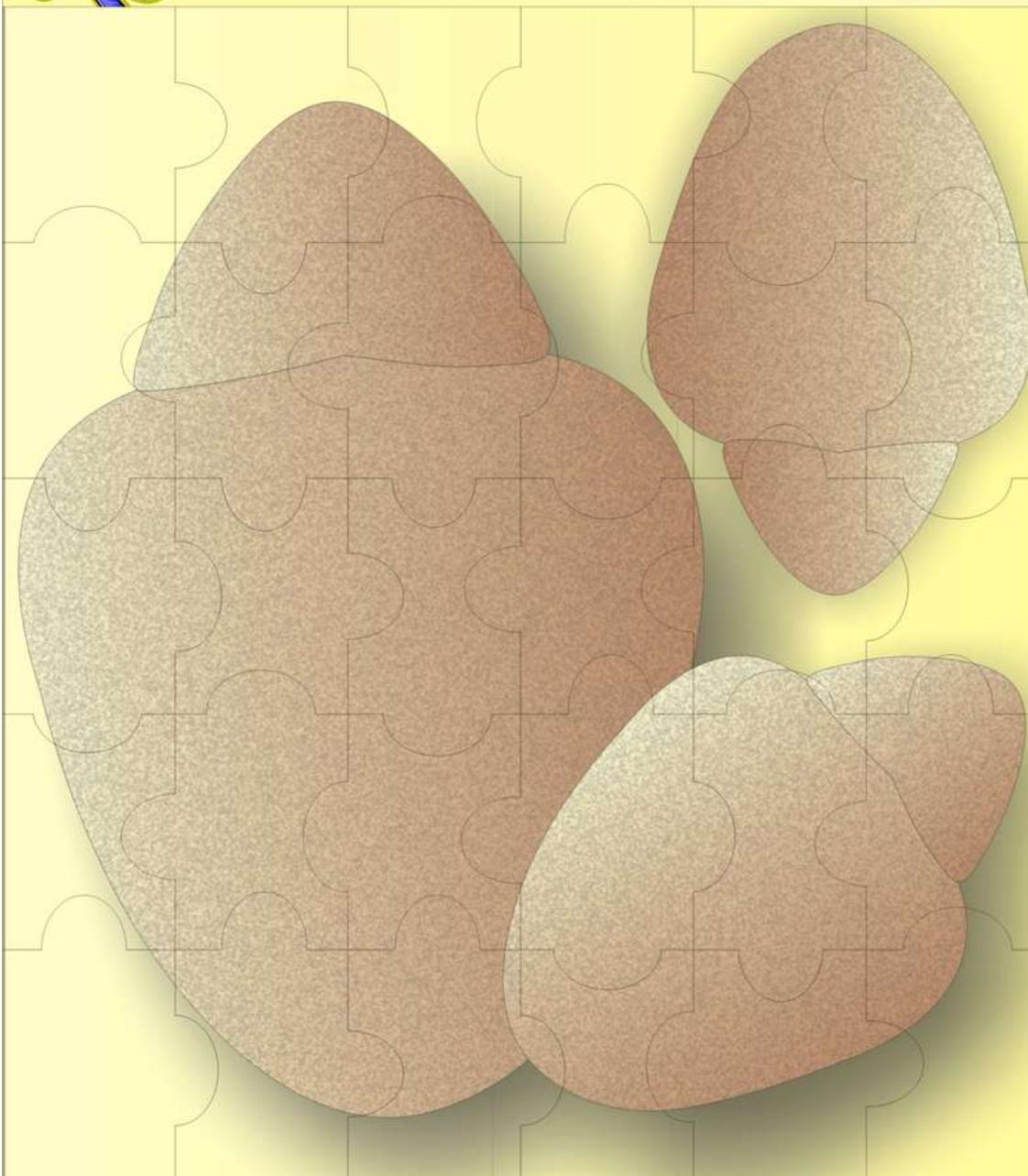
URNA FUNERÁRIA

As urnas funerárias, encontradas na Serra da Barriga são vasilhames de argila que foram utilizados pelos indígenas para enterrar seus mortos. Observe a foto de uma urna funerária encontrada na Serra da Barriga. Ela está fragmentada. Os pedaços foram recolhidos e enviados ao laboratório.



9

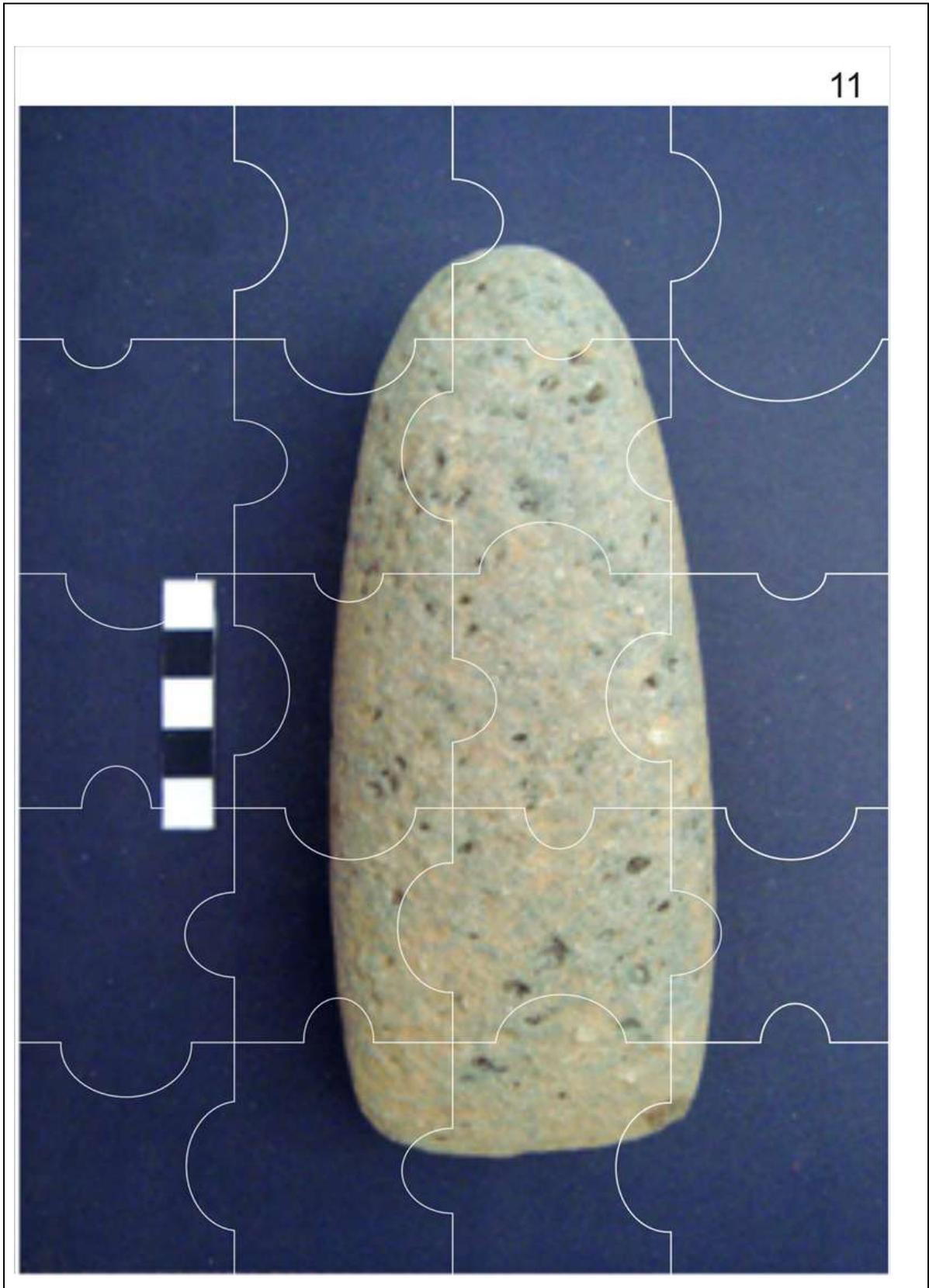
Vamos ajudar o arqueólogo a reconstituí-la?
Cole essa página em uma cartolina, recorte e
monte seu quebra-cabeça.



10

Agora que você aprendeu um pouco sobre o trabalho do arqueólogo, que tal montar quebra-cabeça? Cole as imagens em uma cartolina recorte as partes e divirta-se.





12

Centro Arqueológico PALMERINO



Agora que nossa aventura chegou ao fim, que tal fazer uma visita ao Centro Arqueológico Palmerino? Lá você vai encontrar os artefatos da Serra da Barriga, ter acesso a uma biblioteca sobre arqueologia, participar de oficinas arqueológicas e acompanhar os trabalhos de laboratório. Além de conhecer toda trajetória das pesquisas arqueológicas através de artefatos, painéis e fotografias.

Praça Basiliano Sarmiento, S/N - Centro - União dos Palmares/AL

CENTRO ARQUEOLÓGICO PALMARINO**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALLEN, Scott Joseph. "Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia na Serra da Barriga". In: Índios no Nordeste; Temas e Problemas II, Luiz Sávio de Almeida et alii (orgs), Meceió: EDUFAL, 2000.

_____. **Zumbi Nunca Vai Morrer: History, the Practice of Archaeology and Race Politics in Brazil. Ann Arbor: UMI Company, 2001. v. 1. 222 p**

_____. **O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, março a setembro de 2005.**

_____. **O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, abril a outubro de 2006.**

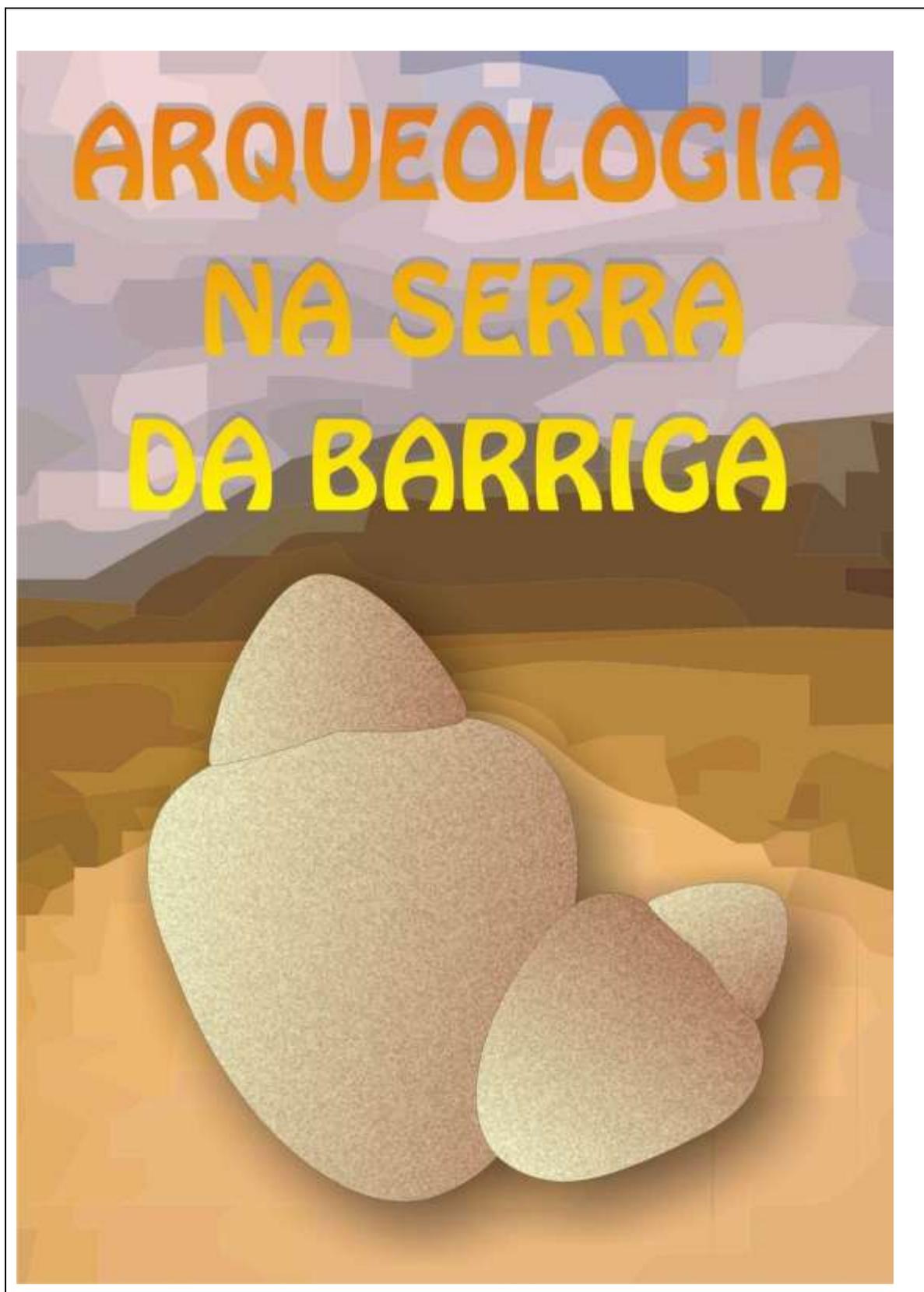
_____. **"As Vozes do Passado e do Presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público na Serra da Barriga". In Clio Arqueológica, Recife-PE, Nº 20, Vol. 1, p. 81-101, 2006.**

_____. **"Os desafios da Arqueologia de Palmares". In: Gomes, F..(Org.). Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 letras, 2010, v. , p. 119-130. ANDRADE, Izabel Cristina Feijó de. Princípios Norteadores da Educação Infantil. In Direcional Educador, São Paulo: Grupo Direcional. Ano 3, edição 37, fevereiro de 2008.**

APRENDENDO ARQUEOLOGIA, Erechim Habilis, 2007.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. (organizador) Os primeiros Habitantes do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC: IPHAN, 2004.

APÊNDICE D – Arqueologia na Serra da Barriga – Cartilha



Um pouco sobre União dos Palmares ¹

União dos palmares é uma das cidades históricas de Alagoas. Suas primeiras casas surgiram à margem esquerda do rio Mundaú, formando o povoado chamado de Cerca Real dos Macacos.

No decorrer de sua história, União dos Palmares mudou de nome seis vezes: primeiro foi chamada de Cerca Real dos Macacos, depois Maria Madalena, Vila Nova Imperatriz, Santa Maria Madalena, União e atualmente se chama União dos Palmares em homenagem ao Quilombo dos Palmares que durante mais cem anos permaneceu em uma das serras que circunda a cidade de União dos Palmares.



União dos Palmares

Fonte: www.blogdobenilson.blogspot.com

Que Serra é Essa?

2



Serra da Barriga

A Serra da Barriga é conhecida na história nacional e no mundo como o local em que os negros fugidos da escravidão se esconderam e construíram um refúgio para se protegerem. Porém, antes dos negros habitarem a Serra, outras pessoas já haviam construído suas moradias lá. Foram os povos indígenas, que moraram na Serra da Barriga há mais de novecentos anos.

Vamos conhecer OS primeiros moradores da Serra da Barriga?

3

Esses povos costumavam mudar-se em busca de locais próximos de fontes de água e com oferta de alimento, por isso, ocuparam os lugares próximos ao rio Mundaú. Nessas mudanças deixavam alguns objetos, que com o passar do tempo foram cobertos pelo solo. Vamos conhecer alguns desses objetos?

Cachimbo de cerâmica



Cachimbo em forma de Tatu



Machado de pedra



Uma funerária

Alguns objetos foram encontrados pelos atuais moradores da Serra da Barriga, quando preparavam o solo para fazer seus roçados. A maioria, porém, foi encontrada pelos arqueólogos durante as escavações de sítios arqueológicos da Serra.

Afinal, o que é um sítio arqueológico?

Chamamos de sítio arqueológico o lugar onde são encontrados sinais de ocupação humana. Esses sinais podem ser resto de construções antigas, fragmentos de cerâmica (pedaços de potes ou tigelas fabricados em barro) ou pinturas nas rochas.

Na Serra da Barriga, esses sinais são cachimbos, fragmentos de cerâmica, tigelas de barro, urnas funerárias e machados de pedra que podem estar na superfície do solo ou cobertos pela terra. Para encontrar os artefatos que estão cobertos, os arqueólogos precisam escavar.



Escavação Arqueológica

Conhecendo o trabalho dos arqueólogos

5

A escavação arqueológica é um trabalho de especialistas treinados para descobrir informações que possam esclarecer parte de nossa história. O trabalho de escavação vai sendo registrado por meio de desenhos, fotografias e anotações. A terra retirada na escavação é peneirada para não se perder nenhum artefato arqueológico.

Equipe de arqueologia escavando na Serra da Barriga



Arqueólogo desenhando a tampa de uma urna funerária



Arqueólogo fotografando a escavação



Peneiramento da terra retirada nas escavações

Os objetos encontrados nas escavações são identificados, embalados e levados ao laboratório para limpeza, registro em catálogo e estudo.



Limpeza dos artefatos



Registro em catálogo



Artefatos prontos para estudos

Os resultados obtidos são comparados com outros estudos. Essa análise permite aos arqueólogos entender como era o modo de vida das populações do passado. Os novos achados são examinados pelos arqueólogos, ajudados por outros cientistas e pela comunidade. Em seguida são divulgados através de publicações e exposições.

Tudo que é encontrado em uma escavação é importante para identificar o que ocorreu no lugar pesquisado. Uma mancha escura pode ser resto de uma fogueira, ou o piso de uma casa. Ossos de animais e sementes podem indicar o tipo de alimentação dessas pessoas. Alguns objetos podem explicar como caçavam, pescavam, plantavam, cozinhavam, construíam suas casas ou enterravam seus mortos, além de outros costumes como o de fumar cachimbo e jogar com fichas feitas a partir de fragmentos de algum objeto de barro.

Uma das formas de descobrir a época em que essas pessoas viveram, é fazer testes com materiais encontrados na área pesquisada, verificando em que época o animal ou vegetal morreram e quando um objeto foi fabricado.

Uma maneira de saber que objetos são mais antigos ou em que época as pessoas habitaram o local, fabricaram e utilizaram os objetos, é observar a profundidade em que os objetos estão enterrados. Quanto mais profundo estiver o objeto, mais antigo ele é.

¿¿¿Artefato???

Em uma pesquisa arqueológica, o objeto encontrado na escavação é chamado de artefato. Nas escavações da Serra da Barriga encontramos urnas funerárias, tigelas, cachimbos, machados de pedra, forno e materiais arqueológicos como conchas, carvão, ossos humanos e ossos de animais.



URNA FUNERÁRIA⁸

As urnas funerárias, também chamadas de Igaçabas, são grandes potes que os indígenas usavam para enterrar seus mortos. Nessas urnas também eram enterrados os pertences dos mortos como armas, instrumentos, colares e vasilhas. Esses objetos são chamados de mobiliário fúnebre.

Por causa da grande quantidade de urnas funerárias encontradas na Serra da Barriga, acredita-se que ela foi utilizada como um cemitério indígena.

Porém, a maioria das urnas encontradas estava quebrada, por causa da passagem de carros e tratores utilizados para fazer uma grande limpeza no platô da Serra da Barriga.

Ao longo de vinte anos, essa limpeza continuou sendo feita, e a terra removida foi empurrada para as encostas. Com isso, muitos artefatos saíram do lugar em que foram deixados. Essa ação provocou a perda de parte da história palmarina.



Centro Arqueológico ⁹ PALMARINO



Agora você que já conhece um pouco sobre as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga, que tal fazer uma visita ao Centro Arqueológico Palmarino? Lá você vai encontrar os artefatos da Serra da Barriga, ter acesso a uma biblioteca sobre arqueologia, participar de oficinas arqueológicas e acompanhar os trabalhos de laboratório. Além de conhecer toda a trajetória das pesquisas arqueológicas através de artefatos, painéis e fotografias.

Praça Basiliano Sarmiento, S/N - Centro - União dos Palmares/AL

CENTRO ARQUEOLÓGICO PALMARINO**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALLEN, Scott Joseph. "Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia na Serra da Barriga". In: Índios no Nordeste; Temas e Problemas II, Luiz Sávio de Almeida et alii (orgs), Meceió: EDUFAL, 2000.

_____. Zumbi Nunca Vai Morrer: History, the Practice of Archaeology and Race Politics in Brazil. Ann Arbor: UMI Company, 2001. v. 1. 222 p

_____. O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, março a setembro de 2005.

_____. O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, abril a outubro de 2006.

_____. "As Vozes do Passado e do Presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público na Serra da Barriga". In Clio Arqueológica, Recife-PE, Nº 20, Vol. 1, p. 81-101, 2006.

_____. "Os desafios da Arqueologia de Palmares". In: Gomes, F.(Org.). Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7 letras, 2010, v. , p. 119-130. ANDRADE, Izabel Cristina Feijó de. Princípios Norteadores da Educação Infantil. In Direcional Educador, São Paulo: Grupo Direcional. Ano 3, edição 37, fevereiro de 2008.

APRENDENDO ARQUEOLOGIA, Erechim Habilis, 2007.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. (organizador) Os primeiros Habitantes do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC: IPHAN, 2004.

MARTIN, Gabriela. Pré-História do Nordeste do Brasil. 5ª ed. Editora Universitária da UFPE, 2008.

SILVA, Manoel Luiz da. Uma volta ao Passado. União dos Palmares, Alagoas. João Pessoa : Impressão Eletrônica Copiart: 1999.

APÊNDICE E – Arqueologia em União dos Palmares: Dicas para professores

Arqueologia em União dos Palmares

Dicas para professores



**SERRA DA BARRIGA
UNIÃO DOS PALMARES
ALAGOAS**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1.CONHECENDO A ARQUEOLOGIA	3
1.1 O que é Arqueologia?	3
1.2 Importância de conhecer o passado	3
1.3 Sítios Arqueológicos	4
1.4 Como trabalham os arqueólogos	4
1.5 Como proceder ao encontrar um sítio arqueológico	11
2. PESQUISAS ARQUEOLOGICAS NA SERRA DA BARRIGA	12
2.1 As primeiras pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga	12
2.2 Pesquisas realizadas por Allen	13
2.3 Construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares	20
2.4 Arqueologia na Microrregião Serrana dos Quilombos	20
2.4.1 Sítio dos Teto	22
2.4.2 Sítio Rosa	23
2.5 Reconhecimento arqueológico na Região Serrana dos Quilombos: Alagoas e Pernambuco	24
2.6 Centro Arqueológico Palmarino	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26
GLOSSÁRIO	27

APRESENTAÇÃO

O Programa de Educação Patrimonial partiu da necessidade de preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arqueológico Serra da Barriga. Todavia, a preservação só ocorre quando a comunidade conhece seus bens, incorporando-os à memória coletiva. Pouco adiantará investir em preservação e conservação de monumentos e sítios arqueológicos se não houver a colaboração direta da comunidade nessas ações.

Nesse sentido, o Centro Arqueológico Palmarino - CENARP, partindo do conhecimento prévio da necessidade de se ter em União dos Palmares, um local de referência em que a população pudesse interagir com seu patrimônio, implantou um programa de educação patrimonial que atenda desde o público infantil com a criação de um espaço dedicado a esse público no qual possa receber informações de forma prazerosa com jogos educativos, teatro de fantoche e cartilhas informativas até o público mais exigente.

Dentre esses públicos a serem atendidos por esse programa está o professor. Por sua importância na sociedade, como formador de opinião, o professor precisa estar atento às transformações sociais, políticas e culturas de sua localidade. O CENARP está oferecendo uma série de ações cujo objetivo é contribuir para a formação desse profissional. Uma dessas ações é o caderno *Arqueologia em União dos Palmares: Dicas para professores* que traz aos professores informações básicas sobre os principais conceitos arqueológicos e um panorama sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas em União dos Palmares, Alagoas.

Esperamos que esse material seja uma ferramenta de conscientização e preservação desse rico patrimônio que é a Serra da Barriga.

1. CONHECENDO A ARQUEOLOGIA

1.1 O que é Arqueologia?

A Arqueologia estuda as sociedades a partir dos vestígios materiais que elas deixam. Os estudos abarcam desde o surgimento do homem, até períodos mais próximos do presente, desde que o objeto de estudo seja a cultura material produzida por estes grupos.

Esses estudos são realizados para entender como era a vida dessas populações: quem eles eram; o que comiam; em que época viveram; como conseguiam seus alimentos; como produziam seus instrumentos; como eram suas casas; como se locomoviam; que contatos tinham; o que pensavam. Com isso, busca-se remontar o cotidiano dos grupos humanos no passado por meio de evidências materiais.

1.2 Importância de conhecer o passado

Os vestígios materiais do passado representam testemunhos de realizações de homens que atuaram na região e tiveram que solucionar problemas relacionados ao ambiente.

A importância de saber sobre o passado não está apenas no conhecimento sobre as sociedades que nos antecederam, mas na compreensão da interação das populações que viveram antes de nós com o ambiente em que vivemos hoje. Desta forma, tendo mais clareza sobre os erros e acertos do passado, podemos usufruir desses séculos de experiências para interferir com mais consciência sobre o nosso presente. Assim, o patrimônio deve ser preservado e utilizado no presente, como garantia de sua manutenção para as gerações futuras.

1.3 Sítios arqueológicos

Os locais onde os indícios de ocupação humana são encontrados são denominados sítios arqueológicos. Os sítios arqueológicos podem ser de diversas naturezas dependendo do seu uso, na época em que foi ocupado, e do tipo de material encontrado.



Coleta de artefatos- sítio dos Teto, União dos Palmares, Alagoas

1.4 Como trabalham os arqueólogos

Para um arqueólogo, lascas de pedra, fragmentos de vasilhas de barro, ou mesmo uma mancha preta podem trazer inúmeras informações.

Para que os vestígios possam fornecer informações sobre as sociedades, é importante seguir uma série de procedimentos.

Inicialmente são realizados levantamentos documentais, da bibliografia disponível sobre a região ou áreas próximas e informações orais dos moradores da região.

Após essa fase da pesquisa, o arqueólogo percorre a região escolhida observando as diferenciações no solo e na vegetação, procurando possíveis marcas da antiga intervenção do homem.

A etapa de localização dos sítios arqueológicos consiste em: mapear a área, estudando a topografia na busca por locais característicos de ocupações e em seguida, áreas com concentração de vestígios na superfície. Para verificar estes locais são realizadas sondagens para identificar anormalidades no solo natural que indiquem a presença de vestígios do uso desses locais por grupos humanos do passado. Esse tipo de análise pode indicar a presença de elementos culturais e a existência de um sítio arqueológico.

Um dos instrumentos utilizados para localizar sítios arqueológicos é o fluxgate gradiometro, que identifica diferenças no solo a partir da prospecção geofísica.



Equipe de arqueologia usando o fluxgate gradiometro na identificação de sítios arqueológicos. Sítio Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas.

As áreas nas quais foram identificados vestígios e artefatos arqueológicos são delimitadas com o auxílio de aparelhos para topografia. Posteriormente, são realizadas pequenas escavações ou sondagens, nessas áreas, para saber se o que está sendo observado na superfície também ocorre em profundidade.



Delimitação da área a ser escavada,
após a identificação do sítio arqueológico.
Sítio Serra da Barriga



Sondagem. Sítio dos Teto



Corte vertical no solo mostrando como se formou o sítio arqueológico (mancha preta com fragmentos de cerâmica).
Sítio Serra da Barriga

Na escavação, o arqueólogo usa métodos e instrumentos apropriados para recuperar ao máximo os vestígios sem danificá-los. Os principais instrumentos utilizados nesta etapa são: pincéis, colheres de pedreiro, baldes, pás e peneiras.



Fragments de cerâmica com ossos de animais associados, sendo escavados com pincel e colher. Sítio Serra da Barriga.



Marcação da posição dos artefatos e vestígios encontrados durante escavação. Sítio Serra da Barriga.

Antes da remoção dos artefatos é preciso registrar exatamente o local onde foram encontrados. Para isso o arqueólogo anota em etiqueta de identificação, que será ensacada junto ao artefato, nome do sítio, localização do artefato, indicação da unidade de escavação, profundidade/camada em que foram encontrados e lhe designa um número. É realizado também um desenho (croqui) que indica a relação entre os artefatos e vestígios.



Desenho (croqui) da distribuição dos artefatos e vestígios na unidade de escavação. Sítio Serra da Barriga.



Machado encontrado em escavação arqueológica com sua etiqueta de identificação. Sítio Serra da Barriga.

Após de identificado, o material arqueológico é levado ao laboratório para análise, onde é limpo, catalogado, classificado, agrupado, reconstituído (quando possível) e comparado a outras coleções.



Limpeza de artefatos arqueológicos em laboratório.
Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico.
Universidade Federal de Alagoas



Catologação dos artefatos. Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico.
Universidade Federal de Alagoas



Artefatos prontos para serem embalados e armazenados no
acervo de arqueologia Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológico.
Universidade Federal de Alagoas

A análise dos artefatos e da documentação da escavação permite aos arqueólogos formularem hipóteses sobre o modo de vida de populações do passado. Os resultados devem ser veiculados para a sociedade em geral.

A divulgação geralmente é feita em congressos, publicações científicas, livros e exposições.

1.5 Como proceder ao encontrar um sítio arqueológico

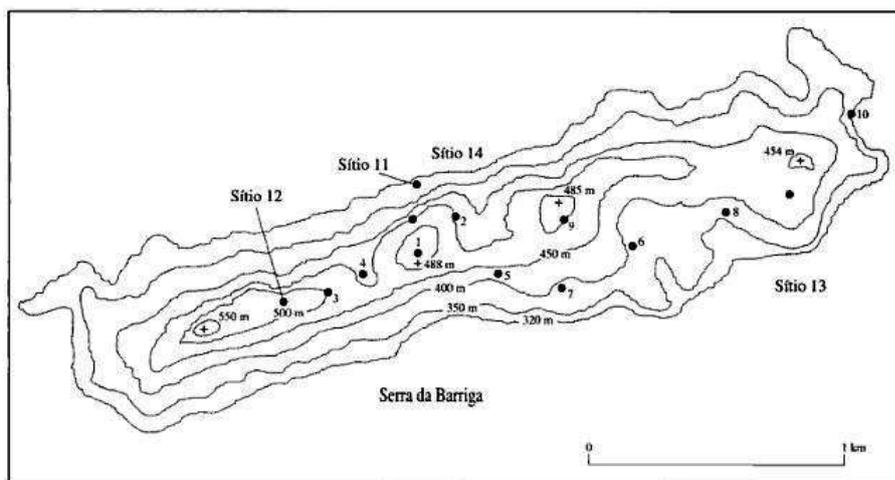
Ao se encontrar um sítio arqueológico alguns cuidados como os que estão descritos abaixo, devem ser observados:

- Todo patrimônio arqueológico é bem da União, assim como tudo o que faz parte do subsolo da Nação;
- A exploração ou aproveitamento desses bens e/ou recursos deverá ser realizado sempre em benefício de toda a sociedade nacional;
- É crime causar qualquer dano ao patrimônio arqueológico;
- É proibido o comércio e/ou destruição de material arqueológico;
- O proprietário de uma área é o responsável por sua conservação, mas não perderá seu direito a posse da terra;
- O trabalho do arqueólogo é levantar informações sobre a história de quem ali viveu anteriormente, antes que elas desapareçam;
- Caso encontre ou saiba sobre algum local onde haja vestígio arqueológico avise ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;

2. PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA SERRA DA BARRIGA

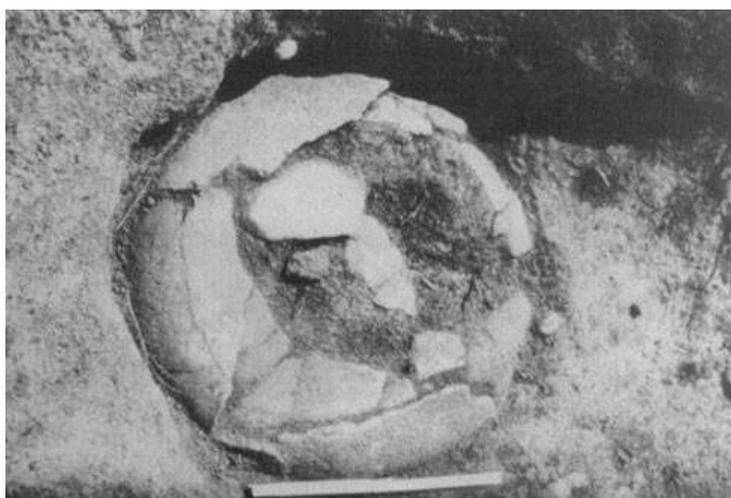
2.1 As primeiras pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga

No ano de 1992, foi realizada a primeira pesquisa arqueológica na Serra da Barriga. Essa pesquisa foi feita para estudar o Quilombo dos Palmares. Inicialmente foi identificado quatorze sítios de onde foram recolhidos 2448 artefatos.



Desenho da distribuição espacial dos sítios encontrados na Serra da Barriga.

Fonte: Funari, 1996.



Vaso encontrado por Orser e Funari. Fonte: Funari, 1996

Entre 1992 e 1997, a preocupação da pesquisa arqueológica na Serra da Barriga era resgatar a história de Palmares. Os primeiros resultados das prospecções arqueológicas na Serra da Barriga indicavam que o tema seria crucial para a compreensão da identidade cultural do quilombo.

Nessa pesquisa, os autores, Orser e Funari, (Funari, 1996) sugerem que a partir da cerâmica encontrada em sítios arqueológicos da Serra da Barriga, poderia supor-se que ali conviviam pessoas de diversas origens étnicas e culturais. Este caráter multiétnico derivada, em parte, da situação histórica e estratégica de Palmares. Os quilombos estabeleceram-se em uma região circundada por indígenas, a oeste, por moradores e fazendeiros, na costa e, entre 1630 e 1654, os holandeses a nordeste. Os mocambos sobreviveram em confronto, mas também, em interação com esses grupos.

2.2 Pesquisas realizadas por Allen

As pesquisas arqueológicas continuaram em 1996 e 1997 sob a coordenação de Allen que redefiniu a área de estudo e designou quatro sítios arqueológicos. Nesse período, as pesquisas indicaram uma intensa ocupação indígena na Serra em épocas pré-coloniais. Diante dessas evidências, foi levantada a possibilidade da Serra da Barriga ter servido como cemitério indígena.



Distribuição espacial das áreas escavadas no platô da Serra da Barriga. Fonte: ALLEN, 2006

De 1997 a 2004 as pesquisas arqueológicas na Serra foram suspensas só retornando em 2005. Nesse período houve uma devastação no sítio. Atividades ao longo desses anos provocaram intensa erosão. Dessas atividades a mais grave foi a terraplenagem iniciada por volta de 1980. Durante a comemoração dos trezentos anos da morte de Zumbi, em 1995, foi construído um campo de pouso para o helicóptero do Presidente da República (NOSSA HISTÓRIA, nov., 2005: 93). Essa prática, mesmo denunciada em âmbito nacional continuou até 2003.

Zanettini, Folha de São Paulo, Novembro 1995.



Terraplenagem e descontextualização do registro arqueológico. Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas. Fonte: ALLEN, 2006

Em 2005 as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga foram retomadas, concentrando-se na área designada para a construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares. Nessa campanha, foram realizadas sondagens dentro da área terraplenada, nos montes de solo deixados por essa atividade e nas áreas que não foram atingidas. O objetivo dessas sondagens foi verificar as transformações ocorridas no sítio, e identificar locais que ainda apresentassem registros arqueológicos relativamente intactos. Algumas áreas do platô apresentaram manchas pretas, nelas foram encontrados fragmentos de cerâmica e fogueiras modernas. A maioria raízes de árvores.



Unidades após a escavação dos vestígios arqueológicos.
Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.

As pesquisas revelaram evidências de ocupação indígena incluindo o piso de uma oca, estruturas de sepultamento em urna funerária, ferramentas líticas e cachimbos de barro.



Lâmina de machado lítico.
Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.



Cachimbo de cerâmica Serra da Barriga.
União dos Palmares, Alagoas.



Urna funerária com tigelas associadas.
Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.



Cachimbo de cerâmica.
Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.

Em 2006, teve início a construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, a obra foi acompanhada pela equipe de arqueólogos. Esse acompanhamento foi importante por que evitou que durante a construção do Parque, áreas contendo material arqueológico fossem danificadas, garantindo, dessa forma, a preservação do patrimônio arqueológico da Serra da Barriga.



Equipe fazendo escavação na área designada para a construção da lavanderia. Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.



Arqueólogo fazendo sondagem para verificação de vestígios e artefatos arqueológicos em profundidade. Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.



Urna funerária encontrada na área designada para a construção da lavanderia. Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.

2.3 Construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares

A construção do Parque Memorial Quilombo dos Palmares iniciou-se em 2006 e foi concluída em março de 2007. Em 19 de novembro de 2007, o Parque foi inaugurado e hoje é considerado um referencial para a valorização, o conhecimento da história negra brasileira e um local de desenvolvimento do turismo, com atividades culturais e educativas, aberto diariamente à visitação. É considerado o maior parque temático afro da América Latina.



Armação dasocas indígenas doParque Memorial Quilombo dos Palmares Serra da Barriga. União dos Palmares, Alagoas.

2.4 Arqueologia na Microrregião Serrana dos Quilombos

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2009 foram realizadas escavações na Serra da Barriga e em seu entorno. Desta vez, com o objetivo de dar continuidade aos estudos iniciados em 2005 para identificar e localizar pisos de ocupação. Nessa campanha, o material enviado para datação revelou uma cronologia de 900 ± 67 AP.

Esse resultado confirma a origem indígena dos artefatos provenientes da Serra da Barriga.



Unidades de escavação – sítio Serra da Barriga.
União dos Palmares, Alagoas



Unidades de escavação – sítio Serra da Barriga
União dos Palmares, Alagoas

Outros dois sítios foram escavados, nas imediações da Serra da Barriga: sítio dos Teto e o sítio Rosa.

2.4.1 Sítio dos Teto

O sítio dos Teto está situado a aproximadamente 03 km do sítio Serra da Barriga. O sítio está localizada em uma área de plantio de macaxeira (área A), circundada por mata secundária (área B). Nesse sítio, foram mapeados em superfície, mais de 700 artefatos cerâmicos. Também foram realizadas sondagens e escavação de duas trincheiras, uma na área A, situada no trecho de plantação de macaxeira, e outra na área B, que engloba toda a mata secundária ainda restante no sítio.



Prospecção visual na mata. Sítio dos Teto.
União dos Palmares, Alagoas



Escavação de trincheira na área B. Sítio dos Teto.
União dos Palmares, Alagoas

2.4.2 Sítio Rosa

O sítio Rosa foi localizado na Chácara Recanto, próximo ao limite sudeste da área tombada da Serra da Barriga. Em janeiro de 2009, foram realizadas prospecção visual e coleta de amostras de material arqueológico que estava em superfície. No ano seguinte, os estudos continuaram com a realização de pesquisas de campo mais intensivas na região.

Os resultados obtidos através da pesquisa de campo revelaram um sítio bastante erodido e com a maior parte dos artefatos exposta em superfície. As sondagens realizadas mostraram um subsolo escasso de artefatos. Foram coletados 1484 artefatos, a maioria material cerâmico. Foram encontrados também líticos lascados e materiais do período histórico, como louça, faiança, ferro e grés.

Durante o trabalho de campo foram evidenciados apenas artefatos fragmentados. Entretanto, após o trabalho de campo, trabalhadores rurais, ao abrir uma vala de escoamento de água, encontraram dois vasilhames pouco fragmentados e associados, possivelmente uma urna e uma tampa.

2.5 Reconhecimento arqueológico na Região Serrana dos Quilombos: Alagoas e Pernambuco

Além dos sítios acima citados, foram realizadas prospecções e sondagens nas serras que formam o vale do Mundaú para localizar e identificar outros sítios. Dessa forma, será possível uma melhor caracterização da ocupação histórica e pré-histórica da região, visando reconhecer a organização social e a diversidade cultural através dos vestígios arqueológicos.



Prospecção nas serras que formam o vale do rio Mundaú.
União dos Palmares, Alagoas.

2.6 Centro Arqueológico Palmarino



Agora você já conhece um pouco sobre as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga, que tal fazer uma visita ao Centro Arqueológico Palmarino? Lá você vai encontrar os artefatos da Serra da Barriga, ter acesso a uma biblioteca sobre arqueologia, participar de oficinas arqueológicas e acompanhar os trabalhos de laboratório. Além de conhecer toda a trajetória das pesquisas arqueológicas através de artefatos, painéis e fotografias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Scott Joseph. "Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga". In: *Índios do Nordeste: Temas e Problemas II*. Luiz Sávio de Almeida et alii (orgs), Maceió: EDUFAL, 2000.

_____. Zumbi Nunca Vai Morrer: History, the Practice of Archaeology and Race Politics in Brazil. Ann Arbor: UMI Company, 2001. v. 1. 222 p

_____. O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, março a setembro de 2005.

_____. O Resgate de Palmares: Preservação e Estudo do Patrimônio Arqueológico da Serra da Barriga. Relatório Semestral, abril a outubro de 2006.

_____. "As vozes do Passado e do Presente: Arqueologia, Política Cultural e o Público na Serra da Barriga". In *Clio Arqueológica*, Recife - PE, Nº 20, Vol 1, p. 81-101, 2006.

_____. "Os desafios da arqueologia de Palmares". In: Gomes, F.. (Org.). *Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010, v. , p. 119-130.

COMERLATO, Fabiana et alii. *Caderno de Educação Patrimonial – Patrimônio Arqueológico da Bahia: Material Didático para Professores do Ensino Fundamental e Médio*. Salvador: UFBA/ MEA, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A. A "República de Palmares" e a Arqueologia da Serra da Barriga, *Revista USP*, 28, 6-13, 1996. Disponível em <http://www.maea.ufjf.br/artigos_funari/texto8.pdf > acesso em 25 de dezembro de 2007.

_____. A Arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In *Liberdade Por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. Orgs. Reis, João José. Gomes, Flávio dos Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RENFREW, Colin. BAHN, Paul. *Arqueologia: Teorias, Métodos y Práctica*. 2ª ed. Madrid – Espana: Akal, 1998.

GLOSSÁRIO

A.P.: antes do presente (antes de 1950)

Artefato: todo o produto humano, desde monumentos a instrumentos de pedra.

Cerâmica: abrange todos os produtos derivados de uma composição de argila e outras substâncias minerais, postos ao cozimento para obter solidez e inalterabilidade(Pileggi apud Tocchetto et alli, 2001, p.21).

Contexto: geralmente o contexto de um artefato consiste no material que o rodeia, sua situação (a posição horizontal e vertical dentro do estrato) e sua associação com outros artefatos(aparição junto com outros restos arqueológicos, em geral no mesmo nível).

Escavação Arqueológica: principal método para a aquisição de dados em Arqueologia. Consistem em, de modo sistemático, retirar a terra que encobre o artefato. O objetivo específico é recuperar os restos materiais, obtendo toda a informação possível sobre o grupo humano que ocupou o local.

Estratigrafia: é o estudo da colocação ou deposição de estratos ou camadas (também chamados de depósitos) superpostos.

Grés: Também conhecida como Stoneware é uma cerâmica de textura muito forte, densa, impermeável, de grãos fino, cozida a altas temperaturas e levada à vitrificação total. Sua origem é alemã do séc. XV; foi uma tentativa para alcançar a fórmula da porcelana. Não existem estudos sobre a periodização da entrada deste produto no Brasil (Santos, 2005, p. 121).

Pré-Colonial: corresponde à história que antecede a chegada de Colombo (ou de Cabral), antes do estabelecimento dos europeus na América, tornando 1492 ou 1500 em datas limites.

Sítio Arqueológico: acumulação espacial de artefatos, estruturas, construções e restos orgânicos e meio ambientais que permaneceram como resíduos de atividade humana.

Topografia: Descrição minuciosa de uma localidade. Arte de representar no papel a configuração de uma porção de terreno, com todos os objetos que estão à superfície deste.

Urna funerária: tipo de vaso de cerâmica usado pelas sociedades indígenas do passado para enterrar seus mortos.